



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 879, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso da atribuição *ad referendum* que lhe confere o art. 15, *caput*, inciso XX, do Regimento Geral da UFPI, e de acordo com o que consta do processo nº 23111.041606/2025-43 da UFPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – CMPP/UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 15 de agosto de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Reitora



TERESINA- PI – 2025
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO
DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM
ENFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM ARTES E
MEDIÇÃO CULTURAL

NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:1825713
5372

Assinado de forma digital
por NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.08.15 15:09:50
-03'00'

TERESINA- PI – 2025



Documento assinado digitalmente
DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 15/08/2025 11:40:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES E MEDIAÇÃO CULTURAL

Projeto Pedagógico do Curso de *Licenciatura em Artes e Mediação Cultural*, Universidade Federal do Piauí *Campus Ministro Petrônio Portela*, no município de *Teresina* – Piauí, a ser implementado em *2026.1*.

GOVERNO FEDERAL

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

REITORA

Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO - CGE

Profa. Dra. Suely Carvalho Santiago Barreto

COORDENADORA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE
Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR -
CDAC**
Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC
Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

COORDENADOR DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE
Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA – CDAC/PREG

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC
Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Adelaide Maria de Sousa Costa
Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa
Técnica em Assuntos Educacionais

Maira Danuse Santos de Oliveira
Técnica em Assuntos Educacionais

Vando Milhomem Santos
Assistente em Administração

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO NO ÂMBITO DO
PRILEI**

Antônia Dalva França Carvalho
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha
Francisco das Chagas Amorim de Carvalho
Francisco Waldílio da Silva Sousa
Gardênia de Sousa Pinheiro
Keylla Rejane Almeida Melo
Liane Mendes Feitosa Soares
Manoel Vieira de Matos Neto
Marli Clementino Gonçalves
Ray Victor Guimarães Serra
Sandoel de Brito Vieira
Willian Mikio Kurita Matsumura

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n, CEP: 64049-550 (ou de *Campi* Fora de Sede)

CIDADE: Bom Jesus

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	8
2 INTRODUÇÃO	10
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS	16
3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso	21
3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	24
4. PERFIL DO EGRESSO	33
5. OBJETIVOS	35
5.1 Objetivo geral	35
5.2 Objetivos Específicos	35
6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.	36
6.1 Aspectos teóricos conceituais: Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana	36
6.2 Princípios	36
6.3 Base legal	38
6.4 Aspectos teóricos metodológicos	40
6.4.1 Pedagogia da Alternância	42
6.5 Sistemática de avaliação	43
6.5.1 Da avaliação do processo de ensino e aprendizagem	43
7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS	47
7.1 Dimensões do processo formativo	47
7.2 Alinhamento do curso à BNCC	48
7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	50
7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral	53
7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo	55
7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação	57
7.7 Organização Curricular	59
7.7.1 Matriz Curricular	63
7.7.2 Fluxograma do curso	69
7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar	70
8. REQUISITOS LEGAIS	109
8.1 Prática como componente curricular	109
8.2 O estágio supervisionado obrigatório	110
8.3 Trabalho de Conclusão de Curso	112
8.4 Atividade Curricular Complementar	112
8.5 Atividades Curriculares de Extensão	117
9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM	120
9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais	120
9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação	121
9.3 Ingresso e Permanência	123
10. ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	125

10.1 Articulação com a Pós-Graduação	125
11. INFRAESTRUTURA	127
11.1 Recursos humanos	127
11.1.2 Docentes	127
11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos	127
11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática	128
11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais	129
11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico	130
11.5 Condições de acessibilidade	130
12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	131
13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO	134
14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA	134
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	141
Anexo I – Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório	142
Anexo II – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	156
Anexo III – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares	160
Anexo IV – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão	164

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - LIAMC
- **MODALIDADE:** Presencial com base na Pedagogia da Alternância. Ou seja, está organizado em tempos e espaços diferentes e complementares: parte do curso é desenvolvida presencialmente em períodos intensivos de formação presencial na Universidade (Tempo Universidade – TU) e parte presencialmente em períodos intensivos de formação presencial no território onde vive o aluno (Tempo Comunidade – TC). Ambos os tempos interagem por meio de projetos de intervenções na realidade social e educacional do discente, a partir das atividades desenvolvidas na Universidade e com o acompanhamento dos docentes do curso, em forma de pesquisa-ação.
- **OBJETIVO:** Formar docentes para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área de Artes e Mediação Cultural, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar.
- **PROFISSIONAL FORMADO:** Licenciado(a) em Artes e Mediação Cultural
- **PÚBLICO-ALVO:** alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores do Ensino Fundamental (séries finais, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior;
- **FORMA DE INGRESSO:** ENEM e seleção em Edital específico do PRILEI/PREG/UFPI.
- **FORMA DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES.** para ministrar as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.
- **REGIME ACADÊMICO:** Crédito.
- **CARGA HORÁRIA:** 3.335 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12.
- **DURAÇÃO DO CURSO:** 8 semestres (04 anos), conforme o Edital nº 03/2025-SEB/MEC do PRILEI.
- **TURNOS DO CURSO:** O Curso é integral pois está organizado de acordo com a modalidade da Pedagogia da Alternância.
- **VAGAS:** 40 vagas.

- **SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR**

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

2 INTRODUÇÃO

Em consonância com o Edital MEC/SEB nº 03, de 18 de julho de 2025, que se caracterizou pela Chamada Pública para seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES), voltadas à formação inicial de professores, visando à oferta de até 2.880 (duas mil, oitocentas e oitenta) vagas em cursos de Licenciaturas, na modalidade presencial, no âmbito do **Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei)**, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), mais especificamente, o Campus Ministro Petrônio Portela apresenta o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, que se destina à formação inicial e valorização social de professores com ênfase na Educação Integral observando os contextos socioculturais diversificados.

Neste projeto, expõe-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a valorização social da profissão docente, assegurando a equidade de oportunidades, reduzindo as desigualdades regionais e diminuindo a carência de professores da Educação Básica, por meio do regime de colaboração entre a UFPI, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), as secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Piauí, buscando realizar sua missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, vem colaborar com a formação de professores de Ciências da Natureza, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A viabilização de formação superior específica para professores em exercício na rede pública estadual e/ou municipal e de alunos que concluíram o Ensino Médio e tiveram bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica na Região entre Rios do Piauí, local em que há carência de professores qualificados para o ensino da Arte com ênfase na Educação Integral; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade, equidade e gratuidade quanto às condições de acesso..

A disciplina Educação Artística foi instaurada como disciplina obrigatória nos currículos de 1º e 2º graus através da lei 5692/71. Desde então, foram criados cursos de Licenciatura em Educação Artística com habilitações em Artes Cênicas, Artes Plásticas, Desenho e Música, dentre os quais o curso de Educação Artística da UFPI, criado em 1977, através da Resolução nº. 01/77 CCE/UFPI, CONSUN. Todavia, considerando o papel do professor de Arte na sociedade, ao longo dos anos, exigiram mudanças e reformas na estrutura dos currículos destes cursos.

Na maioria dos Estados Brasileiros, a Licenciatura em Arte Visuais, Música, Teatro e Dança tem já décadas de implantação. Além das escolas, a qualificação neste campo tem importância para toda a indústria da cultura local e regional. A LDB 9394/96 institui o ensino de Arte e a inclui na “estrutura curricular como área, com conteúdos próprios ligados à cultura artística e não apenas como atividade” (PCNs, vol. 6, p. 30). A Lei 13.278/2016, inclui as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro nos currículos dos diversos níveis da Educação Básica. A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996) estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Este documento apresenta o Projeto Político Pedagógico para implantação da Licenciatura em Artes e Mediação Cultural. A área Arte, conforme explicitado anteriormente, abrange 4 linguagens: a Dança, o Teatro, as Artes Visuais e a Música, a mesma BNCC acrescenta o eixo temático Artes integradas, mas também é necessário considerar a Performance, o Circo e o Cinema; é importante considerar as orientações das novas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação (Lei 13.278 de maio de 2016), sobre a formação específica quando se trata das licenciaturas regulares, dada a complexidade de cada área.

Por ocasião do Edital PRILEI/2025, aqui apresenta-se proposta de Licenciatura Interdisciplinar observando o documento Referenciais Orientadores para as Licenciaturas Interdisciplinares (R.O.LIs.), elaborado por um Grupo de Trabalho constituído pela SESu/MEC e publicado em agosto de 2014, as LIs são assim descritas:

[...] cursos de graduação que habilitam professores para atuar na Educação Básica e que se organizam curricularmente de modo a favorecer a construção de percursos de formação docente nas áreas do

conhecimento, caracterizados por um permanente diálogo entre essas áreas. Segundo o documento, a organização curricular por disciplinas teria surgido não da pesquisa, mas da didática, ao operar “modos de apropriação da realidade, cada vez mais profunda e complexa.

O contexto histórico, social, político, econômico, nos diferentes setores da organização das sociedades contemporâneas, os temas e problemas a serem enfrentados, considerando a complexidade, exigem uma abordagem sistêmica, uma religação dos saberes (MORIN, 2021) ao tempo que é necessária, uma ecologia epistêmica ou ecologia dos saberes (SANTOS, 2008). Buscou-se, então, formas de expandir e criar conexões na construção do conhecimento escolar, o que exige a formação de professores também mais ampliada, articulando áreas do conhecimento que traduzir a interdisciplinaridade, também a necessidade de atender aos temas urgentes que mobilizam a educação, as ciências e toda a sociedade, a exemplo dos temas da transversalidade: a ética, a ecologia [urgências climáticas], a diversidade cultural, a equidade, portanto o tema da multiculturalidade, também a necessidade de esforços conjuntos para cumprir as metas das Agendas Globais, explicitados nos ODS, entre outros programas: Cidades Educadoras e Cidades Criativas. Desse modo, a formação docente precisa estar pautada no diálogo pluri-epistêmico e integrador entre campos convergentes do saber, objetivando-se em propostas de Cursos interdisciplinares.

Esta proposta vem apresentar uma oportunidade de formação inovadora para a Educação Básica, e uma alternativa para superar a ausência de profissionais habilitados para o ensinar e aprender de forma interdisciplinar a Arte na escola. O licenciado em Artes Visuais e o licenciado em Música estão habilitados para atuarem desde o Ensino Fundamental (séries finais) até o Ensino Médio.

Neste sentido, da organização de um currículo inovador, é importante recordar que consta entre os princípios da Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024: “XII - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.

Além desta inadequação do professor-artista, atualmente com a ampliação dos espaços de cultura, com as novas concepções dos museus, e mesmo, as novas concepções do acontecimento artístico, com as relações entre escolas e os espaços de cultura, sugeridos pelo Novo Ensino Médio, também nas políticas destes espaços de fazerem a arte e a cultura acessível a públicos de diferentes idades, é necessária a

formação de artistas ou de professores-artistas, arte-educadores, com saberes pedagógicas de maneira que estejam habilitados a fazer as mediações culturais com alunos/as crianças e adolescentes bem como com alunos/as jovens e adultos, seus familiares e comunidade escolar em geral.

Então, a Licenciatura em Artes e Mediação Cultural vem para superar a ausência de profissionais para atuarem com segurança e competência com as artes desde o Ensino Fundamental, oferecendo as condições para que os profissionais das Artes, da Pedagogia e de áreas convergentes, complementem a formação primeira. O arte-educador com formação inicial em Artes Visuais ou em Música - os cursos existentes na UFPI - poderão ampliar seu repertório com saberes das outras linguagens artísticas, e por outro lado, o pedagogo poderá ampliar seu conhecimento das pedagogias das 4 linguagens artísticas, o que o tornará melhor capacitado para conduzir processos de ensino e aprendizagem com as linguagens artísticas e a mediação cultural no ambiente escolar e em espaços culturais.

Outro objetivo desta proposta é suprir as escolas e espaços culturais com profissionais cuja formação os habilite a articular e mobilizar os conhecimentos artísticos e pedagógicos, cujo perfil será constituído com as habilidades e competências de um educador, mas também mediador cultural, para atuar na escola, também em espaços de educação não-formal: espaços de cultura, museus, galerias de arte etc.

Sabe-se da importância das artes na formação humana, e está demonstrado que na educação escolar, são imprescindíveis para o desenvolvimento pleno de todas as dimensões e potenciais na constituição da criança. É inconcebível uma educação de qualidade sem a presença das artes, contribuindo com seus aspectos lúdicos, com seus jogos e brincadeiras. Nos documentos oficiais para este público, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, consta que é dever do Estado garantir o direito da criança a ter acesso às artes, às culturas e ao lazer.

Além das justificativas anteriores, a proposta de criação deste curso também vem colaborar para sanar uma ausência ainda comum nas escolas do Piauí, pois, ainda não são ofertadas Licenciaturas para o Teatro e a Dança, em nível superior de ensino.

A Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, além das pedagogias em Artes Visuais e Música, cursos existentes na UFPI e com consolidada eficiência para a formação de professores na área Arte, este curso que ora propomos, também ofertará como componentes curriculares a pedagogia do teatro e a pedagogia da dança. Pedagogias que sistematizadas e articuladas com fundamentos teóricos e as

experiências práticas, em forma de laboratórios, ateliês, oficinas, seminários, residências artístico-pedagógicas, constituirão o itinerário formativo do estudante, de maneira que o licenciado tenha conhecimento das pedagogias das 4 linguagens artísticas da Arte.

A LI em Artes e Mediação Cultural é um passo para a implantação das licenciaturas faltantes (Teatro e Dança) para suprirem suas ausências nos anos finais do ensino fundamental e no Ensino Médio, que, sugere-se, possam ser implantadas em ocasião oportuna, e os estudantes conhecerem com maior profundidade a grandeza destas áreas. Almeja-se que as mesmas possam contribuir para a plena formação humana, realizando as seis dimensões no ensino de Arte [Criação, Crítica, Estesia, Expressão, Fruição e Reflexão] conforme propõe a BNCC, o que somente é possível concretizar se estiver presente no transcorrer dos anos da Educação Básica, e alcançar a qualidade de uma Educação Integral.

O currículo do curso tem como referência a legislação anteriormente citada, considera a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Bem como a LDB 9394/96, visando à Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação plena; está subsidiado pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei nº 13.005/2014, pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, que estabelece as normas gerais de funcionamento da UFPI, pela Resolução CEPEX/UFPI nº 220/2016, que define as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais para Educação Básica, pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre o Estágio Supervisionado 1; Resolução CEPEX/UFPI nº 22/09, que dispõe sobre o Estágio Obrigatório no âmbito da UFPI; pela Lei nº 13.415/2017, que altera as Leis nº 9.394 e nº 11.494/2007; também em consonância com o PDI 2020-2024; e Resolução CEPEX/UFPI nº 26/09, que regulamenta o Estágio não Obrigatório na UFPI.

A Licenciatura em Artes e Mediação Cultural que se apresenta também atende à Resolução CNE/CES no 3/07, que dispõe sobre o conceito hora-aula; à Resolução CNE/CES no. 1/2009, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais e dá outras providências; e à Deliberação CEE 111/2012 alterada pela Deliberação 154/2017, por

meio do Parecer CEE no 590/2017 e Portaria CEE-GP no 681/17, apresentando o Curso com carga horária total de 3.315 horas.

Assim, considerando o artigo 53, item II, da LDB, que atribui às universidades, no exercício de sua autonomia, “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes”; e as premissas estabelecidas pela Secretaria de Ensino Superior (SESu), que orienta para a construção de currículos que atendam especificidades regionais, vocações específicas de cursos e mercados de trabalho diversificados, apresentamos o Projeto de criação e implantação da **Licenciatura em Artes e Mediação Cultural**.

A relação universidade, cultura e sociedade está pautada na nossa missão institucional quando se busca compreender a realidade a partir do perfil discente e seu entorno, oferecendo mecanismos mais eficientes para a formação de um profissional com mais consciência, maior autonomia e comprometido com uma educação transformadora. Citamos a missão institucional, exposta no PDI, como referência de um sistema que inspira e conduz este Projeto:

Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional (PDI-220/2024).

A Universidade em sua missão mantém o compromisso com a formação de qualidade, e com a imprescindível responsabilidade social. As constantes modificações propostas pelo SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, também contribui para as proposições que ora nos ocuparemos, principalmente no que compete a busca de estreitamento entre o espaço de responsabilidade social da IES, da comunicação com a sociedade, o planejamento de avaliação, as políticas de atendimento ao estudante e, como norteador e regulador de cada passo, a relação Missão e PDI quando da aplicação das políticas que viabilizem o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão em nossa realidade acadêmica.

A adequação de todas essas dimensões supracitadas não é tarefa pequena e tampouco, simples, mas, são tarefas que urgem e fazem sentido em uma realidade

onde os saberes e fazeres artísticos e culturais são catalisadores e fomentam a produção de novas perspectivas e realidades.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS

O Projeto Pedagógico do Curso é produto de um trabalho coletivo envolvendo uma equipe de professores de diversas áreas epistemológicas convocados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, cuja pró-reitora integra a equipe de elaboração. A elaboração conceitual deste curso representa mais uma ação inovadora rumo à consolidação da presença da UFPI nas mais diversas áreas do conhecimento que carecem de professores com qualificação e que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nesta etapa de ensino.

De fato, o contexto atual exige que os professores tenham o domínio de conhecimentos e habilidades que dialoguem com as necessidades dos dias de hoje. Além disso, é necessário que eles tenham competências específicas com vistas a atender a essas demandas, de acordo com o que prevê o Edital do PRILEI (Brasil, 2025, p. 1-2), em alguns dos seus objetivos, a saber:

- a) incentivar a melhoria da qualidade da docência na Educação Básica, com ênfase nas escolas da rede pública;
- b) fomentar a atratividade, a permanência e a conclusão em cursos de licenciatura junto às IES;
- c) ampliar o ingresso de licenciados na carreira docente;
- d) diminuir a carência de professores da Educação Básica nas regiões e nas áreas de conhecimento de maior carência;
- e) reduzir as desigualdades regionais nas redes de ensino da Educação Básica;
- f) assegurar a equidade de oportunidades de desenvolvimento na formação docente e a valorização profissional dos professores;
- g) contribuir para a valorização social da profissão docente, de modo a reconhecer a importância dos professores para o desenvolvimento do País;
- h) induzir a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de

ensino;

- i) promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
- j) contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo, aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- k) incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos e de empreendedorismo;
- l) estimular a articulação das Instituições de Ensino Superior (pós-graduação, pedagogia e licenciaturas) com as Redes de Ensino, visando ao desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciandos, por meio do estágio e disciplinas práticas;
- m) estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede e com ênfase na vivência prática na escola básica, buscando preencher as lacunas acadêmicas no que concerne à formação interdisciplinar dos professores da Educação Básica.

Notadamente o Piauí tem expressivos indicadores educacionais que o caracterizam como uma região com elevados níveis de desigualdade social marcados pela precariedade da formação profissional e pela oferta restrita de empregos. Ora, a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, há a necessidade de se implantarem novos cursos, de Graduação e de Pós-Graduação, que contribuam efetivamente

para o desenvolvimento regional, e contribuir com a fixação de excelentes profissionais na região. Em face desta realidade justifica-se plenamente a iniciativa da UFPI de implantar mais Licenciatura Interdisciplinar com foco nas artes e mediação cultural, assumindo sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania e dos direitos culturais. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso buscou atender às inovações conceituais tanto da BNCC como das diretrizes curriculares nacionais.

O Centro de Ciências da Educação da UFPI teve como base de sua fundação o Departamento de Educação, este instituído pela Resolução nº 18/1971, e tinha como objetivo ministrar as disciplinas pedagógicas para os cursos de Licenciatura ofertados pela instituição na época. Com a criação de cursos próprios, Pedagogia e Artes Práticas, em que se ampliaram e se diversificaram as atividades desse departamento, incluindo-se também cursos conveniados com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí, tornou aquela estrutura insuficiente para atender tais demandas. Nesse contexto, através de estudos realizados por uma comissão criada com atribuição específica, resultou em um relatório elaborado pela referida comissão no qual se evidenciou a necessidade da transformação do Departamento de Educação em uma unidade administrativa que pudesse comportar os cursos recém-criados e continuar a oferecer as disciplinas pedagógicas de origem. Assim, pela Resolução nº 10/75 de 19 de março de 1975, foi criado o Centro de Ciências da Educação, constituído pelos Departamentos de Fundamentos da Educação, Métodos e Técnicas de Ensino e de Artes Práticas. Na ocasião, o CCE funcionava no SG 04, uma estrutura restrita e, apenas no ano de 1989, foi transferido para as atuais instalações, com o curso de Pedagogia e Artes. O curso de Comunicação, recém-criado, continuou funcionando no prédio anterior, para anos depois vir a ter espaço no CCE.

O Curso de Artes Visuais, que atualmente existe na UFPI, antes constituído como Curso de Licenciatura em Artes Plásticas, foi atualizado para Artes Visuais, com a colaboração de um conjunto de professores comprometidos em acompanhar as transformações e orientações da LDB e dos PCNS, que já separava as linguagens artísticas em modalidades: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. Cabe ressaltar que esta atualização teve a colaboração do professor Francisco das Chagas Amorim de

Carvalho, que na ocasião, era portador do primeiro título de Mestre em Artes Visuais do Piauí, com formação na Universidade Estadual Paulista [UNESP].

Para dar suporte e condições de formação continuada em Artes para professores da rede pública, o professor Francisco Amorim de Carvalho firmou convênio com o Instituto Arte na Escola, instituição privada de São Paulo, criando na UFPI o Pólo Rede Arte, em sintonia com os pólos já implantados em outras universidades.

Para seguir as orientações da BNCC, seria fundamental a implantação das Licenciaturas em Teatro e Dança. Considerando os desafios de alocar recursos para estes novos cursos, mas objetivando atender a demanda de formação nestas linguagens, foi necessário criar as condições para oferecer cursos de atualização para professores da rede pública de ensino nestas linguagens artísticas, então o professor Francisco Amorim de Carvalho cadastra os projetos de Extensão: Laboratório de Artes Cênicas e o Laboratório de Dança e Artes do Corpo, onde tem realizado ações de formação. Esta breve digressão consiste em evidenciar a vocação e formação interdisciplinar que caracteriza a atuação do corpo docente dos cursos de artes da UFPI.

O Teatro Universitário (TEU), Grupo que, desde 1989, tem seus trabalhos vinculados à Universidade Federal do Piauí, acumula no seu repertório espetáculos construídos a partir de processos criativos autorais, e a encenação de textos já conhecidos na História do Teatro brasileiro e internacional.

Em agosto de 2004 o grupo passa a ter uma nova direção, inicialmente com nome Cabrobó, antiga fazenda de Pernambuco que deu origem ao Piauí, o grupo foi reconfigurado e passou a se identificar como Berro – Laboratório de Artes Cênicas. Tem como uma das suas principais referências estéticas o teatro dialético de forma épica, organizado por Bertholt Brecht (Eugen Bertholt Friedrich Brecht, Augsburg, 1898 – Berlim Leste, 1956) médico, poeta, dramaturgo e encenador alemão; com suas pesquisas experimenta novas possibilidades estéticas para que os seus trabalhos atendam aos desafios e provocações do contexto social. Concilia em suas montagens o prazer estético ao prazer reflexivo, entende o espaço cênico como arena de discussão pública, em seus espetáculos incentiva a arte do espectador – um espectador que cria o espetáculo junto com os artistas durante o fenômeno teatral – um espectador teórico. Realiza pesquisas teóricas e práticas dos diferentes gêneros e formas teatrais, além das performances e demais artes do corpo.

A Direção e Coordenação do Berro, realizada pelo professor, ator e diretor de Teatro, Francisco das Chagas Amorim de Carvalho, traz os referenciais de sua formação e atuação em São Paulo, no Instituto de Artes da UNESP, na Companhia Ocamorana de Teatro, nas oficinas com grupos como a Companhia do Latão, Galpão do Foliás entre outros. Com a experiência de atuação sob direção de Alexandre Mate e Carminda Mendes André, com a formação teórica a partir dos estudos na USP com Iná Camargo Costa, curso de Direção e Dramaturgia com Chico de Assis, e Luis Alberto de Abreu, entre outras referências no Teatro e na Dança. Suas experiências e pesquisas com os jogos teatrais resultaram em publicação através do Ministério da Educação, com o título: 'Jogos teatrais e estética para atores e arte-educadores', distribuído para as escolas públicas.

O Laboratório de Artes Cênicas tem quatro linhas de pesquisa: Teatro e Educação, Teatro e História Social, Teatro e Ciências e o Núcleo de Dramaturgia. O Berro se organiza em núcleos: de Formação, Artístico e de Produção, tem ainda um Conselho Artístico, Este Conselho, constituído de artistas e convidados das comunidades e teóricos da filosofia, sociologia, história, áreas diversas, tem a função de ser interlocutor crítico em relação aos trabalhos do Berro, para que este alcance seus objetivos; entre estes objetivos o ensino de Teatro nas escolas e nas comunidades que convivem com pouco ou limitado acesso às artes e à pluralidade de práticas culturais.

O Núcleo de Dramaturgia desenvolve a análise de textos de autores brasileiros e estrangeiros, em especial de autores piauienses, buscando, assim, estudar o teatro do Piauí. Além das análises de textos, trabalha-se com adaptação e construção de textos para rádio, cinema, televisão, teatro, circo, e espaços abertos. Além da produção de textos e pesquisa sobre técnicas de dramaturgia, faz leituras dramáticas de textos significativos para o contexto sociocultural piauiense ou ainda de textos que tenham relevância na história do teatro.

Os estudos do grupo, a elaboração de oficinas e cursos, como forma de socializar os conhecimentos desenvolvidos pelo Berro, ficam sob a coordenação do Núcleo de Formação. A concepção estética das encenações é coordenada pelo Núcleo Artístico, envolvendo a criação de figurinos, cenários, sonoplastia, iluminação, direção e interpretação. O Núcleo de Produção viabiliza as condições para a realização dos espetáculos, coordena também a elaboração de projetos, comunicação e articulação com instituições públicas e particulares com interesse na produção cultural do Berro.

O Berro - Laboratório de Artes Cênicas organiza cursos e oficinas abertas, em Extensão, para a comunidade de forma contínua nos espaços da Universidade Federal do Piauí; desenvolve projetos voltados para a educação artística e estética, nas associações de moradores, assentamentos da reforma agrária, e demais comunidades. As oficinas estão presentes em eventos promovidos pela universidade, em eventos promovidos por Secretarias de Educação e Cultura de cidades do Piauí, através de parcerias e convênios; e colabora em ações culturais nas comunidade,s nos diferentes territórios do Piauí; suas ações estão presentes em projetos como o Prato Cheio de Arte e Cultura, que, além de acontecer na UFPI, realizou ações em espaços e comunidades da capital, e nos diferentes territórios do Piauí, a exemplo do projeto Cultura Viva, realizado no território dos Cocais entre outros.

O Laboratório de Artes Cênicas, em parceria com o Laboratório de Dança e Artes do Corpo, além do compromisso com a pesquisa estética, processos poéticos e criativos, oferece ao público os resultados das suas ações, colabora para a formação continuada de profissionais da educação formal e não formal, nas escolas e em espaços culturais, nas áreas de ensino de teatro e da dança; também tem colaborado para a formação e aprimoramento de artistas das artes cênicas, profissionais atuam nos centros de formação em artes do Piauí. Espera-se que os gestores públicos considerem a necessidade de maior investimento nas artes e na cultura e a urgência na implantação de uma Licenciatura que habilita profissionais para atuarem nas escolas e nos espaços culturais com as artes e sua integralidade e em sua diversidade de expressões.

3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso

Apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu lócus socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, considera-se as experiências concretas dos educandos pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio socioprofissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006)

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização destas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade dos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Nessa perspectiva preconiza o protagonismo do aluno, investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018). Isso quer dizer que o curso se guia por metodologias ativas, nas quais os alunos aprendem fazendo, para ser capaz de ensinar nas escolas de educação básica. Isso quer dizer ainda que a concepção de aprendizagem do curso se assenta na aprendizagem significativa (Ausubel, 1968, p.

37-38) que implica na organização e integração do material na estrutura cognitiva, entendida como “[...] conteúdo total de ideias de certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento”. Para que a aprendizagem significativa possa ocorrer o professor deve considerar o contexto social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido, dando condições de o indivíduo participar ativamente do processo de aprendizagem e colaborar de forma consciente para as necessidades sociais que passam a perceber (Moreira; Masini, 2001).

Além disso, formar professores para atuar nestas áreas como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Efetivamente as necessidades de um Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural está posta pela demanda crescente de carência de professores nesta área.

Considerando o exposto, é urgente atender o que determina a LDB sobre a formação de professores para atuarem na Educação Básica nas linguagens artísticas. Existe na UFPI licenciaturas em Artes Visuais e Música, inclusive conta a favor do Curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, o fato de poder receber a colaboração de professores que têm experiência nestes cursos.

A Licenciatura em Artes e Mediação Cultural tem o potencial de promover a integração dos cursos existentes: Música e Artes Visuais, constituindo as condições para articulação dos diálogos e resultados destes cursos, fortalecendo, inclusive, a permanência dos estudantes nesses cursos. Poderá viabilizar parcerias com centros e espaços de cultura, como previsto na BNCC e Novo Ensino Médio, que orientam os processos pedagógicos articulem universidades, escolas, espaços de cultura e comunidades, colaborando para tornar acessível o direito à cultura, à arte e ao lazer.

A formação de professores com habilidades para realizarem ações articulando o ensino, a pesquisa e a mediação cultural, resultará no aprimoramento de saberes e fazeres no campo da educação, das artes e da cultura, com inovação na abordagem. Miriam Celeste Martins, educadora, referência na pesquisa sobre o ensino de artes e

sobre as relações entre as Artes e a Mediação, colabora para explicitar a pertinência deste educador como mediador:

3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

De acordo com o resumo técnico do censo escolar de 2021 (INEP, 2021) em 2021, foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira. Nos anos iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior (Gráfico 35). Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado aos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

No que tange ao Ensino Médio, um total de 516.484 professores atuou em 2021. Destes, 97,4% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,8%, bacharelado) e 2,6% possuem formação de nível médio ou inferior. De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 40,7% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador).

No Piauí, segundo o INEP (2021) especificamente no ensino fundamental, atuam 27.105 professores, dos quais 15.085 atuam nos anos iniciais e 16.699 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,6% têm nível superior completo (78,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,8%, de bacharelado) e 11,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,1% com nível médio ou inferior. No ensino médio atuaram 10.695 professores em 2021. Desse total, 93,0% têm nível superior completo (84,5% em grau acadêmico de licenciatura e 8,5%, de bacharelado). Em se tratando da adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 8,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 83,0%.

Pode-se depreender destes dados que cerca de 5 mil dos professores da Educação Básica no Piauí não possuem curso superior no Ensino Fundamental. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam a precariedade de formação de docentes na área de Sociologia no Ensino Médio. Considerando que o Piauí foi o estado que teve o maior crescimento de matrículas de tempo integral entre 2022 e 2024 das redes estaduais, com um aumento de mais de 160%, alcançando o segundo lugar em percentual de matrículas de tempo integral na rede pública, com 31,4% se e a universalização do tempo integral nas escolas de ensino médio da rede estadual em 2025 (SEDUC, 2025).

Por esta razão torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, sobretudo no atendimento às escolas que ofertam educação em tempo integral, carentes de políticas próprias de formação, que pensem o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Político Pedagógico e pelas possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão abertas aos docentes e discentes do curso.

O direito à educação através da Arte está na Constituição. Existe enorme demanda para atender nas escolas, considerando existir no Piauí campo para atuação de professores formados em uma Licenciatura em Artes e Mediação Cultural. Além de atuação nas escolas, existe o campo de atuação nos espaços de cultura, a riqueza de expressões culturais piauienses através das linguagens artísticas mostra-se em festivais regionais e internacionais, em feiras de arte e cultura, no calendário e agenda cultural do Estado, entre outros. As implicações da arte para o desenvolvimento pleno do ser humano, em todas as suas dimensões, tem sido demonstrado por pesquisas nos

diversos campos científicos, da psicologia à neurociência, da saúde à criatividade, à solidariedade e a outras habilidades e competências necessárias à vida plena e ao bem viver. A LDB, desde a Lei de 9394/96, atualizada em edição de 2023, no capítulo II, elenca os princípios e fins da educação nacional, determina:

Art. 3o O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

§ 2o O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

§ 6o As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2o deste artigo.

A mediação ganha hoje um caráter rizomático, isto é, num sistema de relações fecundas e complexas que se irradiam entre o objeto de conhecimento, o aprendiz, o professor/monitor/mediador, a cultura, a história, o artista, os modos de divulgação, as especificidades dos códigos, materialidades e suportes de cada linguagem artística... (MARTINS, 2003, p. 56).

E considera Miriam Celeste que são vários os mediadores possíveis, mas ressalta que o educador é o principal deles: “cabendo-lhe mediações pedagógicas profissionais competentes frente à cultura” (1999, p. 112); portanto, a escola mais que tornar acessível a cultura deve colaborar para pensar de forma crítica a cultura nas escolas. Também o mediador cultural realiza a função de educador nos espaços culturais.

O licenciado, estará habilitado a atuar com arte nas escolas da Educação Básica, poderá desenvolver habilidades para atuar como mediador cultural em espaços de educação não formal, museus, espaços culturais diversos, participando de forma ativa através da Indústria da Cultura e da Economia Criativa, mobilizando recursos para sua melhor qualidade de vida e de sua comunidade. Também o profissional egresso deste curso poderá ser agente consciente dos valores simbólicos, do patrimônio da cultura material e imaterial do seu território e dos cuidados necessários do patrimônio natural dos ecossistemas, tornando-se um educador comprometido com o cuidado do meio ambiente, consciente das relações interdependentes entre as culturas e os territórios.

Na BNCC, a Mediação Cultural encontra-se na competência geral: Repertório cultural, que consiste em valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e

culturais, das locais às mundiais, e também participar de diversas expressões da produção artístico-cultural. Essa competência estabelece como fundamental que os alunos conheçam, compreendam e reconheçam a importância das mais diversas manifestações artísticas e culturais. Esta competência insta os estudantes à participação, sendo capazes de se expressar e atuar por meio das artes, através desta competência os alunos precisam desenvolver

1. **Fruição:** vivenciar sua identidade, comunidade e cultura e demonstrar sentimento de pertencimento, por meio de experiências artísticas e explorando relações entre culturas, sociedades e as artes.
2. **Expressão:** expressar sentimentos, ideias, histórias e experiências por meio das artes. Documentar, compartilhar e analisar obras criativas.
3. **Investigação e identidade cultural:** reconhecer e discutir o significado de eventos e manifestações culturais e da influência da cultura na formação de grupos e identidades.
4. **Consciência multicultural:** desenvolver senso de identidade individual e cultural e demonstrar curiosidade, compreensão e respeito com diferentes culturas e visões de mundo.
5. **Respeito à diversidade cultural:** experimentar diferentes vivências culturais e compreender a importância de valorizar identidades, tradições, manifestações, trocas e colaborações culturais diversas.
6. **Mediação da diversidade cultural:** reconhecer os desafios e benefícios de se viver e trabalhar em sociedades culturalmente diversas e explorar novas formas de reconciliar valores e perspectivas culturais diferentes ao abordar desafios em comum.

O espaço escolar é também um espaço de mediação cultural. A sala de aula está constituída de diversidade cultural, histórias de vida, identidades, contextos. Além do espaço escolar, existem os espaços não formais de educação, como museus, galerias de arte, teatros, casas e centros culturais e outros. Esses lugares permitem o encontro com obras de arte e objetos de diferentes culturas, possibilitando assim, a ampliação de repertório artístico-cultural do sujeito visitante. Muitos desses espaços, ao receberem as escolas, oferecem mediações culturais e promovem ações educativas aos visitantes. Considerando os sujeitos como singulares que vão se construindo por meio de “bagagens” culturais e históricas, o mediador(a) cultural busca mediar e contextualizar as informações entre a obra e o sujeito, a provocar a reflexão e os diálogos entre a arte e os acontecimentos sociais, políticos, históricos, culturais. Assim, considerando o ser humano como um ser histórico e social inserido em sua cultura, a mediação é compreendida como interação e diálogo que valoriza e dá voz ao outro, ampliando horizontes que levam em conta a singularidade dos sujeitos em processos

educativos na escola ou fora dela. Podemos denominá-la como “mediação cultural”. (MARTINS, 2018, p. 85).

Concordamos com Miriam Celeste Martins e partimos da premissa que a mediação cultural e as ações educativas devem considerar as singularidades de cada sujeito, e se propõe ampliar horizontes, promover diálogos e interações, construir pontes. Portanto a mediação cultural tem potência para melhor habilitar os educadores nas mediações culturais na escola, bem como tornar uma visita e vivência em uma experiência estética, pois somente passar informações históricas e descritivas sobre o acervo visitado não é suficiente “há de ser um convite à *aisthesis*, desarmando a anestesia que leva a indiferença” (MARTINS, 2018, p.85). A mediação cultural e o mediador (a) que transcende a função de apenas apresentar informações, sem abertura para diálogos e trocas de experiências, permite ao visitante reflexão, conexão e ampliação de saberes. Assim a escola torna-se espaço que mobiliza, potencializa, de forma sistemática e pedagógica, as culturas do contexto e território em que existe. Portanto, com este curso fortalecemos as políticas para a permanência e a conclusão dos estudos na Educação Básica, sabe-se que um dos motivos da desistência ou evasão das escolas, além dos fatores socioeconômicos, deve-se aos paradigmas de abordagem e construção do conhecimento, as metodologias de ensino precisam considerar também as metodologias de aprendizagem, que traduzem a diversidade cultural presente na escola e em cada sala de aula, as condições dos estudantes, o capital cultural, exige abordagens inovadoras em recursos, procedimentos e articulações com a comunidade e o contexto.

Segundo Martins e Picosque (2012, p. 29) “o processo de mediação há de ser provocativo, instigante ao pensar e ao sentir, à percepção e imaginação. Um ato capaz de abrir diálogos, também internos, ampliados pela socialização dos saberes e das perspectivas pessoais de cada fruidor”. O educador como mediador contribui para a formação cultural do aluno-espectador na escola e nos espaços e equipamentos artístico-culturais como espaços de educação. Professores/as licenciados em Artes e Mediação Cultural, além de educar através da arte, mobilizando as dimensões elencadas pela BNCC, também através desta área pode, articulado com professores de outras áreas e conteúdos, realizar projetos de modo a criar campos de experiências e dar vivacidade ao conhecimento, também colaborar na interação da escola com a comunidade, e caminhar para além dos muros das escolas. Cria-se as

condições para valorizar a escola e a figura do professor na comunidade, para reduzir os índices de evasão das escolas, ao possibilitar uma educação significativa, o estudante consegue ver com mais sentido(s) e contextualizados os conteúdos que aprende, articulados pelo professor com a realidade e histórias de vida. Com esta valorização da função da escola e dos professores no contexto educacional, social e cultural, também pode reduzir os índices de desistência dos cursos de licenciatura, apresentando alternativas na rotina e atuação do professor. A Resolução CNE/CP n.4, de maio de 2024 orienta que na construção dos PPCs para formação de professores, deve-se incorporar a base comum curricular e garantir:

IV - processos formativos que visem contribuir para o exercício e o desenvolvimento dos profissionais para o magistério, a partir de uma visão ampla e sistêmica do ensino, da aprendizagem e da avaliação que possibilitem, nos licenciandos, o desenvolvimento de condições para: a) o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o desenvolvimento da comunicação efetiva, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia; e b) o reconhecimento dos diferentes ritmos, tempos e espaços do futuro estudante da educação escolar básica, considerando as dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica.

Desta maneira, a Licenciatura que ora se propõe, está construída a partir de uma “visão ampla e sistêmica do ensino”; e abrange na organização dos seus conteúdos e metodologias o reconhecimento das “dimensões relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica”. Sobre a pertinência de considerar esses conteúdos, nos processos de ensinar e aprender, em outros espaços para além da sala de aula e dos muros da escola, articulados com a comunidade, e com espaços onde o conhecimento possa ser ampliado e contextualizado, na Resolução supracitada, consta:

Art. 7º As IES responsáveis pela oferta de cursos e programas de formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica devem assegurar a integração da base comum nacional ao seu PPC, articulado com PPI e com o PDI, de modo a garantir:

XI - o uso de diferentes espaços de aprendizagem, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços digitais, espaços recreativos e desportivos, ateliês, museus, secretarias entre outros, necessários ao pleno desenvolvimento das atividades escolares;

XII - o planejamento e execução de atividades integradas e coerentes nos espaços formativos, instituições de Educação Básica e de Educação Superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento, desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do licenciando em formação;

Diante do exposto, a Licenciatura em Artes e Mediação Cultural cria as condições para a formação de professores/as para atuarem na Educação Básica nos espaços da escola, mas também habilitado a realizar as ações pedagógicas “agregando outros espaços culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais” considerando a complexidade das sociedades atuais, a necessidade de investigar e de enfrentar os problemas de forma sistêmica a partir de uma ecologia dos saberes..A necessidade desta ecologia dos saberes mostra-se evidente quando se verifica no censo do INEP/2021 que no Piauí, apenas 10,2% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental têm Licenciatura completa na área de Arte.

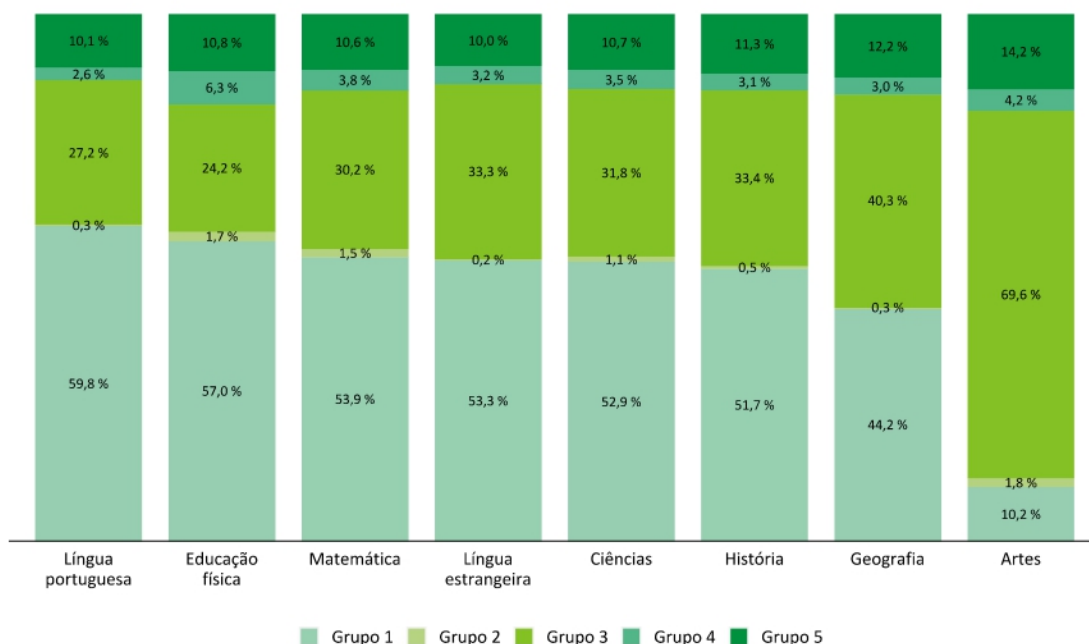


GRÁFICO 40
INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PIAUÍ – 2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

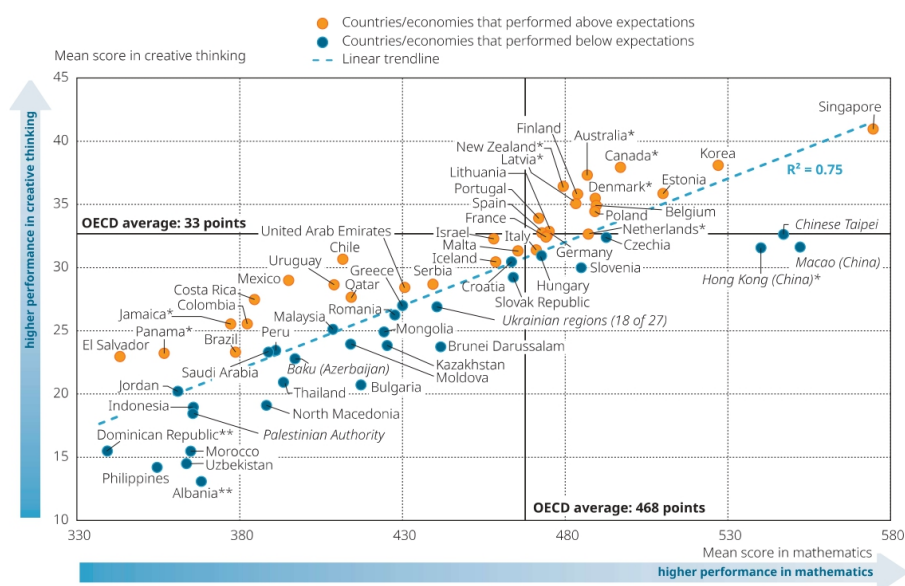
Esta realidade gera prejuízos para a plena formação humana, nas dimensões apresentadas nas Diretrizes Curriculares [CNE/CP n.4 DE 2024] e na BNCC [2016], e resulta em consequências negativas para o desenvolvimento e acesso aos direitos à

Educação Integral e de qualidade, como também fator para manter a situação de pobreza da população. A “falta de cultura”, ou a situação de vulnerabilidade, de acesso negado à cultura, é consequência da pobreza e também causa de sua permanência.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), no seu Relatório Mapeamento da Indústria Criativa [2025], constata que a partir de 2021, o PIB Criativo ultrapassou 3% (2021: 3,20%; 2022: 3,21%; 2023: 3,59%). Também identifica cerca de 1,262 milhão de profissionais criativos formalmente empregados em 2023. Esse valor representa um aumento de 6,1% em relação ao observado em 2022, crescimento superior ao Total do Mercado de Trabalho (+3,6%). É dizer, enquanto estes relatórios deixam evidente que as formas de trabalho estão se transformando, que o campo dos serviços, como os setores da cultura e do lazer, crescem vertiginosamente, as escolas continuam educando para o mundo do trabalho que vem sendo superado desde a década de 60, a mão-de-obra para as fábricas, estão sendo automatizadas, robotizadas, executadas por tecnologias avançadas; é preciso educar para lidar com outras inteligências, com competências para ações que não podem ser realizadas por máquinas ou artefatos, a inteligências para as relações, para a invenção, a criatividade etc.

Contraditoriamente, o Brasil ficou entre os 15 piores na avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) **sobre criatividade** divulgada em 2024 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil ocupou a 44ª posição entre 56 países, com uma média de 23 pontos em uma escala de 0 a 60, bem abaixo da média da OCDE, 33 pontos. Apenas 10,3% dos estudantes brasileiros alcançaram níveis elevados de desempenho criativo, enquanto 54,3% não atingiram nem o mínimo esperado. Os países que lideram o *ranking* de criatividade são Singapura, com 41 pontos, sobressaindo-se em soluções para problemas sociais; Coreia do Sul, que obteve 38 pontos, destacando-se em soluções para desafios científicos; e o Canadá, também com 38 pontos. O Brasil com 23 pontos, dez abaixo da média da OCDE, ficou no mesmo patamar de países como Peru, Panamá e El Salvador.

Figure 1. Mean creative thinking and mathematics performance



Notes: Only the 64 countries and economies that implemented the creative thinking cognitive test are shown.
 A student's relative performance in creative thinking is defined as the residual obtained upon a cubic polynomial regression of the student's performance in creative thinking over his or her performance in mathematics or reading. The regression is performed at an international level, pooling data from all countries and economies that participated in the creative thinking assessment.
 Source: OECD, PISA 2022 Database, Tables III.B1.2.1. and III.B1.2.4.

Ao comparar o aproveitamento considerando indicadores socioeconômicos e educacionais e culturais, a OCDE faz algumas observações, entre elas: em todos os países participantes, **os alunos com maior status socioeconômico tiveram melhor desempenho em pensamento criativo** do que os menos favorecidos, **conforme os instrumentos utilizados na pesquisa**. Em média, a diferença foi de 9,5 pontos. Alunos que participam de atividades de artes, teatro, escrita criativa e programação ao menos uma vez por semana costumam ter desempenho geral melhor do que os demais.

O incentivo dos professores e a valorização da criatividade pelas escolas também aparecem como elementos importantes para os alunos, segundo o questionário aplicado pelo Pisa. Entretanto, no Brasil e no Piauí o ensino de artes nas escolas públicas continua com espaço reduzido, e sem professores com formação adequada e suficiente para a docência em artes, área esta que tem a criatividade e a imaginação como campos de experiência. Com esta Licenciatura em Artes e Mediação Cultural pretende-se colaborar para reduzir as desigualdades e as injustiças sociais causadas pelo acesso limitado à Educação Integral.

4 PERFIL DO EGRESSO

No documento Subsídios para a Elaboração de Propostas de Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas (CNE. Resolução CNE/CES 4/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de março de 2004, Seção 1, p. 24), as competências profissionais são consideradas essenciais à atuação profissional do professor e devem, portanto, orientar as ações de formação, que devem ser pautadas por valores éticos e democráticos, mantendo a dignidade humana, a justiça, o respeito mútuo, a participação, a responsabilidade compartilhada, o diálogo e a solidariedade, atuando na formação do profissional e do cidadão. Cita ainda que o licenciado deverá criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes, utilizando o conhecimento da área a ser ensinada, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, bem como respectivas didáticas:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC - Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Assim, na Resolução supracitada em seu Artigo 3º expõe que o curso de graduação deve ensejar, como perfil desejado do graduando a formação para a apropriação do pensamento reflexivo e da sensibilidade artística e estética, compreendendo consistente formação técnica, artística, ética e cultural, com aptidão para construir novas formas de expressão e de linguagem corporal e de propostas estéticas, inclusive como elemento de valorização humana e da auto-estima, visando integrar a pessoa de forma colaborativa na sociedade e tornando-o participativo de suas múltiplas expressões culturais.

A preocupação também incide em oferecer ao acadêmico, além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, bases sólidas para entender a dinamicidade educação integral, seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade, ou seja, uma educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;

II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;

III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;

IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;

V - Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais;

VI - Estabelecer o diálogo entre a área das Artes e Mediação Cultural e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;

VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;

VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,

IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

5 OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVO GERAL:

A Educação Básica é constituída dos anos de formação do Ensino Fundamental (séries finais) ao Ensino Médio. O objetivo geral da Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, é habilitar professores para atuarem nas escolas da Educação Básica, oferecendo oportunidade de desenvolverem habilidades de atuação com as linguagens artísticas nas escolas, articuladas com espaços de cultura, centros comunitários ou instituições que promovem a arte, a cultura e o lazer.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

I- Viabilizar o ensino e a pesquisa científica em Artes, Educação e Mediação Cultural para a criação, compreensão e difusão da cultura e das artes e seu desenvolvimento; conforme os princípios evocados na Resolução CNE/CP N.4 de 2024, entre os quais destacamos: a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

II - Habilitar profissionais com conhecimentos artísticos, científicos e críticos, para utilizarem de maneira compreensiva, sensível e autônoma os conteúdos, as metodologias, as técnicas, e as habilidades específicas nas pedagogias das 4 linguagens artísticas na Educação Básica e seus desdobramentos, com experiências artísticas e estéticas na escola e mediante intervenções artísticas e culturais críticas e participativas na própria realidade;

III - Instrumentalizar (prática e teoria) para interação com/na comunidade local, escolas e territórios, para a transformação da qualidade de vida, na perspectiva dos princípios da Universidade, ou seja, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;

IV - Possibilitar de atualização curricular e itinerários interculturais, para o aumento do número de atividades multi e transdisciplinares que ampliem integração entre os diversos conteúdos curriculares e temas transversais tratados durante o semestre letivo;

V - Promover a criação do conhecimento em Artes, Educação e Cultura, através de processos criativos, expressões poéticas e culturais, residências artístico-pedagógicas, numa perspectiva sinérgica entre as matérias/conteúdos.

VI - Promover a integração e potencializar as ações dos Cursos existentes na área da Arte: a Música, as Artes Visuais, somando as artes ainda por instituir: o Teatro e a Dança, visando envolver a Universidade nas escolas através de um complexo de produção artística e cultural com formação de professores/as e agentes culturais em diálogo com a sociedade.

6 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de Ensino-Aprendizagem, vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo

que assegura a formação para uma competente atuação profissional, assim as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética. Nesta perspectiva, no decorrer do curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural ofertado no âmbito –PRILEI/PREG/UFPI, devem ser considerados a seguinte concepção e princípios:

6.1 Aspectos teóricos conceituais: concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual dos alunos. Assim espera-se que o professor formado em Artes e Mediação Cultural por meio do questionamento crítico e atualização permanente contribua para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

6.2 Princípios

I Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente

Considerando a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade os conhecimentos das Artes e Mediação Cultural atuam contribuindo com ética e respeito para a compreensão do meio ambiente e do ser humano de forma a responder as diversas questões envolvendo as diversidades e competências e sua relação com a sociedade.

II Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Este princípio assegura que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação e da responsabilidade social como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações, identificar demandas de diferentes realidades e intervir buscando melhorias e transformações nas realidades.

III Interdisciplinaridade

Este princípio aponta que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. O ensino na área Artes e Mediação Cultural possui caráter interdisciplinar em suas diversas subáreas o que permite dialogar com diversos aspectos das ciências, das artes e das tecnologias, superando as barreiras do isolamento e da fragmentação do saber.

IV Uso de tecnologias de comunicação e informação (TICs)

Para o currículo do Curso foram incluídas algumas das disciplinas que trabalham diretamente com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos ligados às tecnologias atuais como forma de recursos didáticos (mídias, ambientes virtuais, fóruns eletrônicos etc.) ou instrumento de ensino (TV digital, computadores, e-books, smartphones etc.)

V Avaliação

Esse princípio prezará pelo acompanhamento contínuo do processo ensino e aprendizagem de modo que sirva como norteador dos aspectos formativos dos alunos, considerando processos quantitativos e qualitativos, com base nos pressupostos teóricos da aprendizagem processual, diagnóstica e reflexiva. Assim, os professores formadores poderão exercer suas atividades de avaliação de forma autônoma e em conformidade com a regulamentação da UFPI, mas respeitando as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem e as condições e possibilidades da realidade, de modo que a avaliação seja contínua, sistematiza e se constitua como elemento de qualificação/aprimoramento constante do processo de ensino e aprendizagem.

VI Articulação entre teoria e prática

Todo conteúdo curricular do Curso fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo Ensino/Aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Em muitas disciplinas, as práticas se voltarão para a análise dos conhecimentos

no contexto das Artes e Mediação Cultural, constituindo-se como Prática Componente Curricular. A relação teoria e prática também se volta para a articulação da universidade com os diferentes segmentos sociais, configurando-se nas Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório, conforme determina as Resoluções de No 07/2018 - CNE/MEC e de No 053/2019 CEPEX-UFPI.

VII Flexibilização curricular

A organização curricular permite aos alunos disponibilidade de tempo livre e dessa forma permite outras formas de aprendizagem no decorrer do curso, como a participação do elenco de disciplinas optativas, a diversidade de atividades complementares, atividades de extensão e a pluralidade temática dos trabalhos de conclusão de curso, monitorias e de iniciação científica o que proporcionam grande flexibilidade no currículo.

6.3 Base legal

Os documentos normativos consultados para subsidiar o PPC da Licenciatura em Artes e Mediação Cultural foram:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 03, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica
- BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto

de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

- BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
- Resolução CNE/CP N° 04, de 29 de maio de 2024. que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso
- UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

6.4 Aspectos teóricos metodológicos

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos

espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (Vygotsky, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (Sacristan e Gómez, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (Demo, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (Moita Lopes, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

6.4.1 Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiares Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e

comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com muitas ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação aos homens do campo, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo- universidade, tempo-comunidade e dos seminários integradores, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

6.5 Sistemática de avaliação

6.5.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (Hoffmann, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

Neste projeto a avaliação é parte indissociável do processo educativo e se compõe de dois eixos que devem dialogar ininterruptamente, a avaliação da aprendizagem e a avaliação do currículo. A avaliação como processo de reflexão da prática, dialógico e emancipatório; de modo que o estudante tenha participação ativa na gestão do percurso formativo e resulte em ampliação do repertório cultural e

também em maior consciência. A experiência resulta em conhecimento quando existe um salto de consciência, do contrário é mera reprodução.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação da aprendizagem, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através da aquisição de competências. Nesse sentido assume um caráter diagnosticador, formativo e somativo. Essas três formas de avaliação estão vinculadas para garantir a eficiência do sistema de avaliação e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, eliminando o caráter excludente do processo avaliativo. É importante colocar que as mudanças na prática avaliativa devem ser decorrentes de uma nova abordagem do processo educacional, em suas diferentes dimensões.

Nessa nova prática avaliativa, a mediação do professor dá-se a partir da sua intervenção durante o processo com base em questões do tipo: como o aluno aprende? Por que não aprende? O que não aprende? O que aprende? As respostas resultam em alternativas metodológicas, procedimentos e recursos didáticos apropriados aos educandos. Assim, os professores tornam-se responsáveis por uma busca constante que objetiva dar conta da complexidade do processo; existem métodos de ensino, existem os modos de aprender, o contexto escolar apresenta diversidade e pluralidade cultural que precisam ser consideradas nas abordagens de construção do conhecimento.

Os diferentes métodos e instrumentos de avaliação devem garantir a reflexão e o redimensionamento do processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento e a flexibilização do currículo, o aproveitamento de saberes, experiências e estudos anteriores, a formação consistente do licenciado em Pedagogia das Artes, observando os princípios de inovação, coerência com os princípios da UFPI e a natureza do Projeto Político-Pedagógico, de modo a contribuir para a formação de profissionais críticos, éticos e motivados com a escolha em tornarem-se professores com saberes e habilidades para atuarem, principalmente, nas escolas da Educação Básica.

Procedimentos metodológicos: A relação teoria-prática e o princípio da ação-reflexão-ação estão presentes nesta proposta, através do estímulo e o uso de métodos de ensino-aprendizagem, tanto nas dimensões cognitivas quanto nas atividades inerentes ao exercício da prática docente.

Da atitude do docente: As disciplinas que constituem a matriz curricular da licenciatura estão divididas em: a) disciplinas teóricas, que enfatizam o conteúdo; b)

disciplinas práticas, que enfatizam o fazer, comprovar e testar teorias; c) estágios e disciplinas em que serão discutidas as abordagens teóricas e práticas, frente ao conteúdo e ao universo de sua aplicação; e, d) e Atividades complementares, que podem colaborar para ampliar o repertório cultural na formação do estudante.

Pretende-se que cada professor, ao ministrar a sua disciplina, esteja ciente dos objetivos e dos fins que norteiam a licenciatura, e assim, possa escolher uma metodologia ativa para dirigir a sua classe, oportunizando o diálogo, a participação efetiva na própria formação, possibilitando momentos de prática e crítica de atitude docente. A sua assistência sempre atenta para ajudar a superar os obstáculos pedagógicos, promovendo as situações e experiências necessárias à formação de futuros docentes comprometidos com a qualidade, a crítica, a sensibilidade e o bem viver.

Perseguindo estes princípios, o professor de cada disciplina deverá seguir a sua bibliografia básica recomendada no projeto pedagógico. Suas atividades devem cobrar sempre a preparação do professor, enfocando o conteúdo numa visão crítica e contextualizada, considerando os sujeitos, a cultura e o território de sua atuação.

Da atitude do discente: Vale ressaltar que o objetivo da licenciatura é formar professores. Sabe-se, todavia, que a aprendizagem é um ato individual – alguém pode ensinar algo a alguém, porém ninguém aprende pelo outro. Assim, cabe ao aluno adotar uma atitude de pesquisador, autor de sua própria formação docente. Deve tomar sempre a direção do processo, ser solidário, manter disposição de colaboração, aprende-se a aprender, a escola e a universidade como lugares de encontro, onde além de aprender saberes e fazeres, também se aprende a ser e a ser em convivência com outros, especialmente, ser e estar em harmonia com todas as formas de vida, que sua formação resulte em uma cosmovisão.

As dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão devem mobilizar a educação superior, tais dimensões colaboram e não rivalizam, então estudantes e professores devem ser incentivados a se engajarem em projetos de extensão, de pesquisa, estabelecendo um vínculo entre a sociedade, a formação do docente e a contribuição social da universidade.

7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS

7.1 Dimensões do processo formativo

O processo formativo do curso articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando que o desenvolvimento profissional docente se dê de maneira integrada, contextualizada e socialmente referenciada. Nessa perspectiva, a formação inicial é compreendida como processo contínuo, que envolve a construção de saberes científicos, pedagógicos, éticos e culturais, tendo como eixo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso privilegia a articulação entre a sólida base teórico-conceitual, o domínio de conteúdos específicos e a prática pedagógica, de modo a possibilitar a compreensão crítica e a intervenção qualificada nas realidades educacionais. Esse alinhamento está em consonância com o princípio da unidade teoria-prática, orientando que o licenciando vivencie, desde o início de sua trajetória acadêmica, experiências formativas em diferentes contextos da educação básica.

A dimensão pedagógica está ancorada no compromisso com a aprendizagem dos estudantes da educação básica, no domínio de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias inovadoras que favoreçam a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação. A formação contempla, ainda, o desenvolvimento de competências voltadas para o trabalho colaborativo, a gestão de processos educativos e a análise crítica das políticas públicas, reconhecendo as múltiplas diversidades e realidades socioeducacionais do país.

Inspirada nos princípios da formação integral, a proposta promove a valorização da cultura, da pesquisa e da extensão como meios de produzir e socializar conhecimentos, estimular a reflexão crítica e fortalecer a identidade docente. Busca-se ainda formar profissionais capazes de articular os conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a transformação das realidades em que atuam.

Ao incorporar os referenciais da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o curso reafirma seu compromisso com uma formação docente que reconhece a complexidade do ato de ensinar, integra múltiplos saberes e se orienta pela ética, pelo compromisso social e pela busca da qualidade na educação básica brasileira.

7.2 Alinhamento do curso à BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz inovações significativas para a educação brasileira, com ênfase em aspectos essenciais para a formação integral dos alunos. Entre as principais inovações, destacam-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho, a valorização da diversidade e a integração de tecnologias digitais. Além disso, a BNCC propõe uma abordagem da aprendizagem como um processo contínuo e integral, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico.

Entende-se que neste processo, o licenciado reconheça a importância de continuamente seguir aprendendo e, para tanto, utilize-se de estratégias e dinâmicas de acesso ao conhecimento aprendidas ao longo de sua formação. Espera-se ainda que seja hábil tecnicamente, sem prescindir dos requisitos humanísticos, éticos e solidários para o trabalho e a vida em sociedade. Ao compreender e aplicar, durante sua formação universitária, conhecimentos sobre as questões socioculturais, o estudante terá uma prática social mais rica e efetiva.

Competências que serão desenvolvidas pelo egresso da LIAMC envolvem:

- a) Conhecimento das linguagens artísticas: das artes visuais, da música, do teatro, da dança, seus códigos e tecnologias, especificidades e seus desdobramentos para a escola e espaços culturais, inclusive conceitos e métodos fundamentais à reflexão crítica e sensível;
- b) Conhecimento da história das artes: artes visuais, música, teatro e dança;
- c) Domínio de códigos e convenções próprios das linguagens artísticas aplicadas à escolas e espaços culturais;
- d) Domínio técnico e expressivo do corpo visando a interpretação/expressão;
- e) Domínio técnico construtivo na composição dos elementos visuais;
- f) Conhecimento dos fundamentos antropológicos, sociológicos e filosóficos da arte e da cultura;
- g) Conhecimento de princípios gerais de educação e dos processos pedagógicos; referentes à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano como subsídio para o trabalho educacional direcionado para as artes e a cultura em suas diversas expressões;
- h) Habilidade de coordenar o processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sobre as linguagens artísticas, o uso de recursos das artes integradas, melhorar com as tecnologias digitais [TDIC] os

processos de ensino e aprendizagem nas escolas e das mediações em espaços culturais;

- i) Habilidade de contínuo aprendizado, cultivando atitude de professor/pesquisador/artista, experienciando procedimentos de investigação, análise e crítica dos diversos elementos e processos éticos, poéticos e estéticos das artes e da cultura.
- j) Atuação na docência nos componentes curriculares da área de Artes e Mediação Cultural nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- k) Elaboração, análise e produção de material didático;
- l) Produção de pesquisa em educação, tendo como princípio a integração entre as áreas de conhecimento das Artes e Mediação Cultural;
- m) Desenvolvimento de habilidade crítica e reflexiva no âmbito profissional das áreas das Artes e Mediação Cultural;
- n) Comunicação clara na língua de ensino, oralmente e por escrito, nos diversos contextos ligados à profissão docente;
- o) Promoção de situações de aprendizagem centradas nos alunos e no desenvolvimento de suas competências;
- p) Desenho e aplicação de processos avaliativos que visem acompanhar o desenvolvimento de competências e habilidades dos/as estudantes a partir da interação destes com diferentes objetos de conhecimento;
- q) Integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a preparação e condução de atividades de ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional bem como para promoção dessas tecnologias enquanto recursos úteis à prática da cidadania na contemporaneidade;
- r) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- s) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- t) Percepção da integração necessária entre Artes e Mediação Cultural e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- u) Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- v) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas e questões artísticas e culturais;
- w) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- x) reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo

pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

- y) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica no Brasil, apresenta princípios e objetivos da formação, incluem a promoção de uma educação que articule teoria e prática, assegurando que os futuros educadores estejam preparados para enfrentar as realidades e desafios da prática docente na Educação Básica.

O referido documento, expressa que os cursos de licenciatura são estruturados para garantir uma base comum nacional e suas orientações curriculares, com um mínimo de 3.200 horas, distribuídas ao longo de pelo menos quatro anos. Esses cursos incluem atividades de formação geral, aprofundamento de conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de extensão e estágio curricular supervisionado.

A estrutura curricular é organizada em quatro núcleos de formação. O Núcleo I, Estudos de Formação Geral (EFG), foca em conhecimentos científicos e pedagógicos gerais com mínimo de 880 horas. O Núcleo II, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE), envolve conteúdos específicos das áreas de atuação, com mínimo de 1.600 horas. O Núcleo III, Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), compreende práticas vinculadas aos componentes curriculares, realizadas em instituições de Educação Básica, com mínimo de 320 horas. Por fim, o Núcleo IV, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), oferece atividades práticas em instituições de Educação Básica para conectar teoria e prática, com mínimo de 400 horas.

Desse modo, em consonância Resolução CNE/CP nº 4/2024, a presente proposta apresenta o eixo da formação teórico Metodológico composto por três componentes curriculares que visam o debate teórico metodológico dentro das Artes e

Mediação Cultural visando uma apropriação e aproximação epistemológica interdisciplinar na área.

No Quadro 1 e Quadro 2 estão expostos os Componentes Curriculares de Formação Geral: compostos pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando teoria e prática.

Quadro 1: Eixo de Componentes Curriculares de Formação Geral:

Componentes curriculares da Formação Geral	Carga Horária	Créditos
Metodologia Científica	60	4
Libras	60	4
Filosofia da Arte, Ética e Estética	60	4
Metodologia Científica	60	4
Educação Inclusiva	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	300	20

Quadro 2: Eixo dos Componentes Curriculares do Eixo de Formação Pedagógica

Componentes curriculares do Eixo de Formação Pedagógica	Carga Horária	Créditos
Introdução ao curso	15	1
Filosofia da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Sociologia da educação	60	4
Metodologia de Ensino de Artes	75	5
Avaliação da Aprendizagem	60	4
História da Educação	60	4
Didática	60	4
Legislação e Organização da Educação Básica	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	510	

Estão presentes nesse eixo componentes curriculares voltados à abordagem de temas transversais. O eixo de Formação Pedagógica totaliza 510 horas de componentes específicos que somados às 300 horas da Formação Geral, totalizando 810 horas aula

No Quadro 3 encontram-se os Componentes Curriculares Específicos correspondem à Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando em 1965h.

Quadro 3: Eixos dos Componentes Curriculares Específicos

Componentes Curriculares do Eixo Teórico Metodológico de formação específica	Carga Horária	Créditos
História Da Dança No Brasil E No Piauí	45	3
Percepção Musical E Paisagens Sonoras	60	4
Prática De Ensino: Artes Cênicas E Projetos Educativos	60	4
Mediação Cultural E Artes Integradas: Criação, Composição, Expressão	60	4
Laboratório De Jogos E Brincadeiras I (Teatrais, Musicais, Dançantes, Criativos)	90	6
História E Estética Da Arte III: Contemporâneo, Decolonial, Multicultural	60	4
História Da Arte No Brasil: Do Séc XVI Ao XIX	60	4

História Da Arte No Brasil: Os Séculos XX E XXI	60	4
Direção, Encenação E Cenografia	60	4
Tópicos Especiais: Teatro Dialético, Peças Didáticas E Performance	45	3
Laboratório De Gêneros E Formas Teatrais I	60	4
Laboratório De Jogos E Brincadeiras II	90	6
Pedagogias Das Artes Visuais	60	4
Pedagogias Da Dança	60	4
Pedagogias Da Música	60	4
Processos Criativos (Trajes, Figurinos, Adereços E Máscaras)	45	3
Evento Artístico: Artes Integradas [Artes Visuais, Música, Dança E Teatro]	60	4
História E Estética Da Arte I: Antiguidade, Orientais, Ancestrais	60	4
Ateliê De Artes Visuais (Desenho, Pintura, Gravura, Escultura)	90	6
História E Estética Da Arte Ii: Ocidentais, Vanguardas	60	4
Linguagem, Corpo E Movimento	60	4
Teatro De Formas Animadas E Contação De Histórias	60	4
Antropologia Cultural (História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena)	60	4
TCC I e II	105	7
ACE I - Arte E Educação Ambiental (Ecologia)	60	4
ACE II - Laboratório De Artes Do Corpo: Musicalização, Gesto, Canto E Expressão	60	4
ACE III - Dramaturgia E Escrita Colaborativa	60	4
ACE IV - Cirandas [Danças Circulares], Parlendas E Cantigas De Roda	45	3
ACE V - Musicalidades (Música Corporal, Barbatuques, Gestos E Cantos Coletivos)	45	3
ACE VI - Tópicos Especiais Em Teatro I: Técnicas Do Teatro Do Oprimido E Outras Poéticas Cênicas	45	3
ACE VII - Humor Gráfico [Charge, Cartum, Caricatura]	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	1905	127

7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral

A proposta formativa do Curso de Artes e Mediação Cultural está alinhada às normativas nacionais que orientam a implementação da Educação Integral no Brasil, entendida como processo que visa ao desenvolvimento pleno do estudante em suas

dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural. O curso integra conhecimentos interdisciplinares, articulando Artes Visuais, Música, Dança, Teatro e outras linguagens artísticas com enfoque em competências cognitivas, socioemocionais e éticas, conforme previsto na BNCC. Além disso, adota metodologias ativas – como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas – para conectar teoria e prática, incentivando o protagonismo estudantil e a aplicação do conhecimento em contextos reais.

O projeto adota uma perspectiva de avaliação formativa e contínua, utilizando instrumentos diversificados (portfólios, seminários, participação em projetos) para acompanhar o desenvolvimento integral dos estudantes. O curso também promove a integração com a comunidade e o território, por meio de ações extensionistas e temas como direitos humanos, educação e inclusão, relações étnico-raciais e democracia, reforçando o compromisso social. Dessa forma, a proposta assegura uma formação ampla e participativa, em conformidade com as políticas públicas educacionais e as demandas contemporâneas por uma educação que vá além da dimensão cognitiva, abrangendo também a formação humana e cidadã.

O curso incorpora as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, reforçando a necessidade de preparar docentes aptos a planejar, executar e avaliar práticas educativas integradoras, articulando conhecimentos, linguagens, tecnologias e experiências socioculturais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a proposta se ancora nos princípios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta para uma formação integral comprometida com o protagonismo dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos e a valorização da diversidade, articulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas.

No âmbito institucional, a Universidade Federal do Piauí reafirma, com este curso, seu compromisso com políticas públicas voltadas à educação integral, fortalecendo sua atuação nas redes públicas estaduais e municipais. O desenho curricular assegura experiências formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos tenham vivências em contextos escolares que adotam a educação em tempo integral e que sejam capazes de responder às especificidades dessa modalidade com rigor acadêmico e compromisso social.

Ao adotar esse alinhamento normativo, o curso não apenas atende às legislações vigentes, mas também assume papel ativo na consolidação da educação integral como política de Estado, formando professores preparados para lidar com os desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto da educação básica brasileira.

7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo

Na graduação, é fundamental que haja um princípio educativo que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com a realidade. Nesse contexto, a inclusão do uso pedagógico das tecnologias e da inovação se torna essencial para a formação dos estudantes. A integração de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem não só enriquece as experiências acadêmicas, mas também prepara os futuros educadores para o uso desses recursos em suas práticas pedagógicas, ampliando suas capacidades e competências.

O Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural propõe um processo de formação centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Este modelo possibilita que estudantes e orientadores compartilhem o complexo exercício da prática reflexiva, permeado por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, o aprendizado cooperativo e a sala de aula invertida, permite que os alunos sejam protagonistas de seu aprendizado, estimulando a autonomia e a capacidade de resolução de problemas.

Vale destacar, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do curso sob orientação de um professor responsável. O TCC tem como objetivo estimular a produção científica, proporcionando experiências de pesquisa que relacionem teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Nesse sentido, é crucial que os alunos tenham a oportunidade de testar hipóteses e experimentar metodologias e materiais didáticos, o que contribui significativamente para sua formação como licenciados.

O ensino proposto deve ocorrer em sintonia com a questão científica ao longo do curso, de maneira interdisciplinar, sempre baseado na Pedagogia da Alternância.

Essa abordagem cria condições de ensino em função de relações dinâmicas entre diferentes disciplinas, aliando-se às questões sociais contemporâneas. Além dos conteúdos específicos, busca-se ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente aqueles voltados para a prática educacional e as habilidades necessárias para a atuação nas áreas de Artes e Mediação Cultural.

A extensão se apresenta, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando esse propósito, serão elaborados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa, promovendo uma educação continuada e prática. Tais iniciativas buscam não apenas a formação teórica, mas também a aplicação do conhecimento em contextos reais, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos alunos.

A inserção de práticas empreendedoras no currículo é essencial para preparar os graduandos para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção de inovações sociais. Atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de desenvolver projetos são fundamentais para formar profissionais que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Além disso, por meio de parcerias com instituições e empresas locais, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar experiências práticas que reforçarão suas competências e habilidades de liderança.

O uso de tecnologias digitais e ferramentas de colaboração online nas metodologias de ensino também facilita a inclusão e a diversidade, permitindo que todos os alunos tenham acesso a diferentes formas de aprendizado e interação. A adoção de plataformas digitais para discussões, apresentações e avaliações pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a instituição deve reforçar a importância de compreender a educação além dos limites da sala de aula. A participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida é um aspecto crucial para o desenvolvimento de um ensino que realmente faça a diferença. Projetos sociais e ações comunitárias não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a academia e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

Por fim, a ênfase na formação de professores-pesquisadores deve ser acompanhada de um compromisso com a inovação e a adaptação às novas demandas educacionais, garantindo que o curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural esteja sempre alinhado com as necessidades do século XXI. Essa abordagem holística não só prepara os graduandos para serem educadores competentes, mas também cidadãos engajados e inovadores, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos com criatividade e responsabilidade.

7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

A articulação entre teoria e prática constitui eixo estruturante do Curso de Artes e Mediação Cultural, configurando-se como princípio pedagógico e metodológico que orienta todas as etapas do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, essa integração visa a assegurar que a construção do conhecimento profissional docente se dê de forma contínua, contextualizada e situada, desde o ingresso do licenciando no curso.

Desde os primeiros períodos, os estudantes participam de experiências formativas em contextos reais da educação básica, por meio de atividades supervisionadas, observação e regência, projetos de extensão e práticas pedagógicas integradoras. Essa imersão inicial possibilita que o licenciando compreenda as dinâmicas escolares, desenvolva sensibilidade para as demandas do contexto e estabeleça vínculos com a realidade educacional em que atuará.

A residência docente, ofertada nos períodos finais, aprofunda essa experiência, promovendo a inserção prolongada e orientada do licenciando nas escolas-campo, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos em sua totalidade e a consolidação de competências profissionais. Esse espaço formativo é pensado como momento privilegiado de síntese, no qual os conhecimentos teóricos, construídos ao longo do curso, encontram aplicação e ressignificação nas práticas educativas.

Os estágios supervisionados, distribuídos progressivamente ao longo da formação, cumprem dupla função: aproximar o futuro docente das realidades escolares e oportunizar a análise crítica das práticas pedagógicas, com base em referenciais teóricos sólidos. Articulados com disciplinas e demais componentes curriculares, os estágios possibilitam ao licenciando desenvolver a capacidade de planejar, executar,

avaliar e refletir sobre o trabalho docente em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

A organização curricular do Curso de Artes e Mediação Cultural foi estruturada de forma a garantir a articulação contínua entre teoria e prática, desde o início da formação até a conclusão do curso. Essa integração é viabilizada por meio de práticas como componente curricular, estágios supervisionados, residência docente, atividades de extensão e projetos integradores, assegurando que o licenciando desenvolva competências profissionais de forma progressiva e contextualizada. O quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a distribuição das experiências formativas ao longo dos períodos, evidenciando as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos em cada etapa do percurso acadêmico.

Quadro 04 - Integração Teoria e Prática no Curso

Período	Atividades de Integração Teoria-Prática	Objetivos Formativos
1º ao 2º	Práticas como Componente Curricular (PCCs) introdutórias; Observação de aulas; Projetos de extensão iniciais; Atividades de sensibilização para a realidade escolar.	Introduzir o estudante na cultura escolar; Desenvolver percepção crítica inicial; Articular teoria e contexto real desde o início da formação.
3º ao 4º	PCCs articuladas a componentes curriculares específicos; Observação participante; Início de atividades de regência em turmas de apoio; Projetos de extensão vinculados à comunidade escolar.	Aprofundar a compreensão das dinâmicas escolares; Desenvolver habilidades de observação e análise; Ensaiar práticas de ensino com acompanhamento.
5º ao 6º	Estágio Supervisionado em anos finais do Ensino Fundamental; Regência compartilhada; Residência docente preparatória; Atividades integradoras interdisciplinares.	Consolidar competências pedagógicas básicas; planejar e executar práticas de ensino; Integrar metodologias e recursos pedagógicos.
7º ao 8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio; Residência docente	Assumir responsabilidades docentes plenas;

	plena; autônoma supervisão; integradores conclusão; de práticas inovadoras.	Regência sob Projetos de Socialização	sistematizar e avaliar experiências; Produzir e socializar conhecimentos sobre a prática docente.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A sistematização apresentada no quadro evidencia que a articulação entre teoria e prática no curso não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um eixo formativo contínuo e integrado. A progressão das atividades, do contato inicial com a realidade escolar à atuação autônoma em contextos de residência docente e estágio supervisionado, assegura que o licenciando construa saberes de forma reflexiva e contextualizada, fortalecendo sua identidade profissional. Essa estrutura curricular contribui para que o egresso esteja apto a enfrentar os desafios da educação básica, fundamentando sua prática em princípios éticos, pedagógicos e científicos, e comprometendo-se com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

As práticas como componente curricular (PCC), presentes desde o início do curso, operam como pontos de conexão entre a base teórica e o exercício pedagógico, garantindo que cada área de conhecimento contribua para a formação integral do futuro professor. Dessa forma, teoria e prática deixam de ser dimensões isoladas e passam a se alimentar mutuamente, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso social do docente.

Essa articulação assegura que o egresso seja capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada na realidade educacional, fundamentando suas ações em princípios éticos, pedagógicos e científicos. Ao integrar residência docente, estágios, disciplinas e práticas desde o início da formação, o curso reafirma seu compromisso com a formação inicial de professores aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica com competência, sensibilidade e visão crítica.

A seguir apresentamos a organização curricular incluindo a matriz curricular por período, considerando as disciplinas, os créditos e a carga horária total.

7.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas de Educação

Básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Assim, há disciplinas estão voltadas para esta realidade, para que se evidencie a vida nas escolas e a educação integral destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em Artes Visuais, Música, Teatro, Dança e outras linguagens artísticas.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo as bases epistemológicas das Artes articuladas com as respectivas tecnologias, como os textos e contextos e discursos e dos sujeitos, sempre articulando a teoria à prática.

Atendendo à proposta do PRILEI, do qual o referido curso faz parte, algumas disciplinas se voltam para uma formação interdisciplinar e empreendedora, a fim de que a formação dos profissionais seja adequada àquilo que o Curso prevê e em consonância com a concepção de educação integral e os conteúdos da BNCC no que tange às Artes e Mediação Cultural

A carga horária total do Curso compreende 3.335 horas, das quais, 2.280 horas (152 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 105 horas. E a carga horária referente à curricularização da extensão é de 345 horas, conforme quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

Serão oferecidas 40 vagas com entrada prevista para o primeiro semestre de 2026. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base O Tempo-Comunidade (TC) e o Tempo-Universidade (TU), além de uma interligação entre estes dois momentos. No TU, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto, no TC, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no território que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o TC, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do Tempo-Universidade:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.
3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.
4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas

anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas.

5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do Tempo-Universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do Tempo-Universidade.

8. **Trabalho de Conclusão de Curso (105).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das etapas do curso.

9. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas escolas, equipamentos culturais e outros espaços que propicie o ensino-aprendizado nos territórios envolvidas no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

10. **Estágio curricular supervisionado (405h).** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas no território onde vive os alunos.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.

2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso,

que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e no assentamento ou escola envolvida.

3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas por assentados da reforma agrária ou sujeitos vinculados aos diversos movimentos sociais. Além das visitas aos assentados, também serão alvo dessas ações áreas quilombolas, grupos de assalariados rurais, coletivos culturais e artísticos, mestres e mestras da cultura no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.

4. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação nas escolas de educação básica, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Importante destacar que no âmbito do PRILEI articulação entre teoria e prática, ocorre também por meio da residência docente, pois os alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que integram o curso, assumem o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa. Trata-se de uma ação valiosa que supera o estágio pois consiste na imersão do aluno na escola que promove o aperfeiçoamento da formação de professores nos cursos de licenciatura.

7.7.1 Matriz Curricular

1º. Semestre – Bloco I

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	-	15
História Da Educação	3.1.0	45	15	-	-	45
Laboratório De Jogos E Brincadeiras	2.4.0	30	60	-	-	90

(Teatrais, Musicais, Dançantes, Criativos)						
Metodologia Científica	3.1.0	45	15	-	-	60
História E Estética Da Arte I: Antiguidade, Orientais, Ancestrais	3.1.0	45	15	-	-	60
Ateliê De Artes Visuais (Desenho, Pintura, Gravura, Escultura)	2.4.0	30	60	-	-	90
Estágio Curricular Supervisionado I	-	-	-	15	-	15
Total	19.6.1	285	75	15		390

2º. Semestre – Bloco II

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Legislação E Organização Da Educação Básica	3.1.0	45	15	-	-	60
Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
Laboratório De Jogos E Brincadeiras II	3.1.0	45	15	-	-	60
História E Estética Da Arte II: Ocidentais, Vanguardas	3.1.0	45	15	-	-	60
Linguagem, Corpo E Movimento	3.1.0	45	15	-	-	60
Estágio Curricular Supervisionado II	0.0.1	-	-	30	-	30
Ace I - Arte E Educação Ambiental (Ecologia)	0.0.0.1	-	-	-	15	15
Total	18.6.1	270	75	30	15	405

3º. Semestre – Bloco III

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Psicologia Da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
História E Estética Da Arte III: Contemporâneo, Decolonial, Multicultural	2.1.0	15	15	-	-	45
Pedagogias Das Artes Visuais	3.1.0	45	15	-	-	60
Laboratório De Gêneros E Formas Teatrais					-	
Libras e Educação inclusiva	3.1.0	60	15	-	-	75
Estágio Curricular Supervisionado III	0.0.2	-	-	60	-	60
Ace II - Laboratório De Artes Do Corpo: Musicalização, Gesto, Canto E Expressão	0.0.0.1	-	-	-	15	15
Total	18.6.1	270	60	60	15	405

4º. Semestre – Bloco IV

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	

				Prático		
Didática	3.1.0	45	15	-	-	60
Avaliação Da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	-	60
Filosofia Da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
Metodologia Do Ensino De Arte	4.1.0	60	15	-	-	75
Pedagogia do Teatro	3.1.0	45	15	-	-	60
Ace III - Dramaturgia E Escrita Colaborativa	0.0.0.3	-	-	-	45	45
Estágio Curricular Supervisionado V	0.0.1	-	-	15	-	15
Total	17.6.1	225	75	15	45	405

5º. Semestre – Bloco V

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
História Da Dança No Brasil E No Piauí	3.1.0	45	15	-	-	60
História Da Arte No Brasil: Do Séc XVI AO XIX	3.3.0	45	45	-	-	90
Pedagogias Da Dança	2.1.0	30	15	-	-	45
Teatro De Formas Animadas E Contação De Histórias	3.1.0	45	15	-	-	60
Filosofia Da Arte, Ética E Estética	2.1.0	30	15	-	-	45
ACE IV Cirandas [Danças Circulares], Parlandas E Cantigas De Roda	0.0.0.4	-	-	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado V	0.0.1	-	-	15	-	15
Total	13.7.6	195	105	15	60	375

6º. Semestre – Bloco VI

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Percepção Musical E Paisagens Sonoras	2.1.0	30	15	-	-	45
História Da Arte No Brasil: Os Séculos XX E XXI	3.1.0	45	15	-	-	60
Pedagogias Da Música	2.2.0	30	30	-	-	60
Antropologia Cultural (História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena)	2.1.0	30	15	-	-	60
Optativa 1	2.1.0	30	15	-	-	45
ACE V - Musicalidades (Música Corporal, Barbatuques, Gestos E Cantos Coletivos)	0.0.0.4	-	-	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado VI	0.0.1	-	-	15	-	15

Total	13.6.7	165	90	105	60	405
--------------	---------------	------------	-----------	------------	-----------	------------

7º. Semestre – Bloco VII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Prática De Ensino: Artes Cênicas E Projetos Educativos	3.1.0	45	15	-	-	60
Direção, Encenação E Cenografia	1.1.0	30	15	-	-	30
Processos Criativos (Trajes, Figurinos, Adereços E Máscaras)	2.1.0	30	15	-	-	60
TCC 1	1.3.0	15	45	-	-	45
Optativa 2	3.1.0	45	15	-	-	60
ACE VI - Tópicos Especiais Em Teatro I: Técnicas Do Teatro Do Oprimido E Outras Poéticas Cênicas	0.0.0.4	-	-	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado VII	0.0.4	-	-	60	-	60
Total	12.7.19	135	105	60	60	390

8º. Semestre – Bloco VIII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Tópicos Especiais: Teatro Dialético, Peças Didáticas E Performance	2.1.0	30	15	-	-	45
Evento Artístico: Artes Integradas [Artes Visuais, Música, Dança E Teatro]	2.1.0	30	15	-	-	60
TCC 2	3.1.0	45	15	-	-	60
Optativa 3	3.1.0	45	15	-	-	60
Mediação Cultural e Artes Integradas: Criação, Composição, Expressão	2.1.0	30	15	-	-	60
ACE VII - Humor Gráfico [Charge, Cartum, Caricatura)	1.3.0	15	45	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado VIII	0.0.4	-	-	60	-	60
Total	6.5.9	75	120	60	60	360
CARGA HORARIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES		3.135 horas				

Importante destacar que no curso há o componente curricular que favorece, além da formação geral, o desenvolvimento da autonomia do aluno - as atividades Acadêmico-Científico-Culturais, ou seja, as Atividades Complementares.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
Componente curricular	Carga Horária
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h

Ressalte-se que em atendimento à Resolução CNE. Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014+-2024 e dá outras providências e as Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22 que regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, as disciplinas que, obrigatoriamente terão natureza extensionista estão listadas no quadro a seguir, totalizando 345 horas aula. Isso não implica que outras disciplinas possam realizar atividades de extensão. Paradoxalmente. Como o curso guia-se pelo princípio de articulação entre teoria e prática desde o início do curso, os professores têm autonomia para definir suas atividades pedagógicas.

COMPONENTES CURRICULARES REFERENTES A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Carga horária (h)
ACE I - Arte E Educação Ambiental (Ecologia)	60
ACE II - Laboratório De Artes Do Corpo: Musicalização, Gesto, Canto E Expressão	60
ACE III - Dramaturgia E Escrita Colaborativa	60
ACE IV Cirandas [Danças Circulares], Parlendas E Cantigas De Roda	45
ACE V - Musicalidades (Música Corporal, Barbatuques, Gestos E Cantos Coletivos)	45
ACE VI - Tópicos Especiais Em Teatro I: Técnicas Do Teatro Do Oprimido E Outras Poéticas Cênicas	45
ACE VII - Humor Gráfico [Charge, Cartum, Caricatura]	60
TOTAL	345 horas

Disciplinas Optativas

OPTATIVAS						
Período de implantação	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-prático	Total
Do 6º ao 8º	Técnica Vocal I	3.1.0	45	15	-	60

Do 6º ao 8º	A Rítmica de Dalcroze	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Bases epistemológicas em Educação	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Educação e Direitos Humanos	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Estratégias de leitura em Língua Inglesa	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Arte e Território	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Oficina de Textos Acadêmicos	3.1.0	45	15	-	60

7.7.2 Fluxograma do Curso

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	NÚCLEOS
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	DIDÁTICA	HISTÓRIA DA DANÇA NO BRASIL E NO PIAUÍ	PERCEPÇÃO MUSICAL E PAISAGENS SONORAS	PRÁTICA DE ENSINO: ARTES CÊNICAS E PROJETOS EDUCATIVOS	MEDIAÇÃO CULTURAL E ARTES INTEGRADAS: CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO, EXPRESSÃO	NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL
3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 2 0 0 60	1 3 0 0 60	2 2 0 0 60	1 3 0 0 60	
LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS I (TEATRAIS, MUSICAIS, DANÇANTES, CRIATIVOS)	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE III: CONTEMPORÂNEO, DECOLONIAL, MULTICULTURAL	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: DO SÉC XVI AO XIX	HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: OS SÉCULOS XX E XXI	DIREÇÃO, ENCENAÇÃO E CENOGRAFIA	TÓPICOS ESPECIAIS: TEATRO DIALÉTICO, PEÇAS DIDÁTICAS E PERFORMANCE	NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS
2 4 0 0 90	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	1 3 0 0 60	2 2 0 0 60	3 1 0 0 60	2 2 0 0 60	0 3 0 0 45	
METODOLOGIA CIENTÍFICA	LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS II	PEDAGOGIAS DAS ARTES VISUAIS	PEDAGOGIAS DO TEATRO	PEDAGOGIAS DA DANÇA	PEDAGOGIAS DA MÚSICA	PROCESSOS CRIATIVOS (TRAJES, FIGURINOS, ADEREÇOS E MÁSCARAS)	EVENTO ARTÍSTICO: ARTES INTEGRADAS [ARTES VISUAIS, MÚSICA, DANÇA E TEATRO]	
3 1 0 0 60	2 4 0 0 90	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	1 2 0 0 45	2 2 0 0 60	
HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE I: ANTIGUIDADE, ORIENTAIS, ANCESTRAIS	HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE II: OCIDENTAIS, VANGUARDAS	LABORATÓRIO DE GÊNEROS E FORMAS TEATRAIS I	METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE	TEATRO DE FORMAS ANIMADAS E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	ANTROPOLOGIA CULTURAL (HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA)	TCC 1	TCC 2	NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS (TCC e Optativas)
3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	3 1 0 0 60	
ATELIÊ DE ARTES VISUAIS (DESENHO, PINTURA, GRAVURA, ESCULTURA)	LINGUAGEM, CORPO E MOVIMENTO	LIBRAS	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	FILOSOFIA DA ARTE, ÉTICA E ESTÉTICA	OPTATIVA 1	OPTATIVA 2	OPTATIVA 3	
2 4 0 0 90	2 2 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO	ACE I ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ECOLOGIA)	ACE II LABORATÓRIO DE ARTES DO CORPO: MUSICALIZAÇÃO, GESTO, CANTO E EXPRESSÃO	ACE III DRAMATURGIA E ESCRITA COLABORATIVA	ACE IV CIRANDAS [DANÇAS CIRCULARES], PARLENDAS E CANTIGAS DE RODA	ACE V MUSICALIDADES (MÚSICA CORPORAL, BARBATUQUES, GESTOS E CANTOS COLETIVOS)	ACE VI TÓPICOS ESPECIAIS EM TEATRO I: TÉCNICAS DO TEATRO DO OPRIMIDO E OUTRAS POÉTICAS CÊNICAS	ACE VII HUMOR GRÁFICO [CHARGE, CARTUM, CARICATURA]	NÚCLEO III - EXTENSÃO
1 0 0 0 15	0 0 0 4 60	0 0 0 4 60	0 0 0 4 60	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 4 60	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	NÚCLEO IV - ESTÁGIOS
0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 3 0 45	
14 11 3 0 420	13 9 3 4 435	13 7 3 4 405	11 9 3 4 405	11 9 4 3 405	10 9 4 3 390	9 8 4 3 360	8 10 3 4 375	
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	

DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS	Nº	CARGA HORÁRIA
NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL	9	600
NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS	26	1575
NÚCLEO II - OPTATIVAS	3	135
NÚCLEO II - TCC	2	105
NÚCLEO II - AC	2	210
NÚCLEO III - EXTENSÃO	7	375
NÚCLEO IV - ESTÁGIOS	8	405
TOTAL		3405

CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.175
DISCIPLINAS OPTATIVAS	135
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	405
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC	210
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	375
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	105
TOTAL	3.405

7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: História da Educação
<p>EMENTA: Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico-metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ARANHA, M.L.A. História da educação. 3.ed.São Paulo: Moderna, 2006. 2. BRITO, I.S. História da educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996. 3. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 2. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. & VEIGA, C. G. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 3. HILSDORF, M. L. S. História da Educação Brasileira: Leituras. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002. 4. SOUZA, N. M. M. de. História da Educação. Campinas: AVERCAMP, 2006. GUEDES, E. M. Curso de Metodologia Científica. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Metodologia Científica

EMENTA: Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
2. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

3. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
4. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
5. MATTAR NETO, J. A. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3.ed. São Paulo:Saraiva, 2013.
6. BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo. Prentice Hall Brasil, 2006.
7. FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação no campo e pesquisa. Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO

EMENTA: Exposição do PPP – Projeto Político Pedagógico. Exposição sobre a Legislação da UFPI, Programas, Bolsas, Projetos, Núcleos de Pesquisa relacionados aos cursos e seus conteúdos.

Bibliografia Básica

1. PIAUÍ, UFPI. **Estatuto da UFPI**. Teresina: Edufpi, 1999.
2. PIAUÍ, UFPI. **Regimento Geral da UFPI**. Teresina: Edufpi, 1999.
3. PIAUÍ, UFPI. Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural. Campus Ministro Petrônio Portela. Teresina: 2023.
4. BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF)
5. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
6. UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
7. UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22 Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS I [musicais, teatrais, dançantes, criativas]

EMENTA: Apresentar ao estudante o jogo como exercício e como arte; o jogo como prática e estratégia pedagógica e, também, como possibilidade e proposta de arte contemporânea. Para tanto, oferece repertório de jogos (cênicos, musicais, visuais, midiáticos) em suas abordagens educacionais e artísticas. São modalidades apresentadas: jogos dramáticos, jogos de linguagem, brincadeiras de rua, teatro do

oprimido e intervenções poéticas.

Bibliografia básica:

- BROUGÈRE, G. Brinquedo e Cultura. São Paulo: Cortez, 1997.
- CARVALHO, F. das C. A. Estética e Jogos teatrais para atores e arte-educadores. Teresina: EDUFPI/SEE/MEC, 2007.
- CHIAPPINI, L. Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2000.
- ELKONIN, D. B. Psicología del juego. Madrid: Visor Libros, 1980.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo: Perspectivas Estudos, 1980.
- KISHIMOTO, T. M. O Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Pioneira, 1998.
- KOUDLA, I. D. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- PIMENTA, S. G. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2005.
- SPOLIN, V. Improvisação para o Teatro. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- SPOLIN, V. Jogos Teatrais: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SPOLIN, V. O Jogo Teatral no Livro do Diretor. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ESTÉTICA DO TEATRO I: ANTIGUIDADE, ORIENTAIS E ANCESTRAIS

EMENTA: Refletir sobre os principais acontecimentos históricos e estéticos da arte na antiguidade do Oriente e Continente Africano.

Bibliografia básica:

- AMARAL, J. Das Danças Rituais ao Ballet Clássico. Revista Ensaio Geral, Belém, v.1, n.1, jan-jun. 2009.
- Arte Africana. Edições Sesc São Paulo e Imprensa Oficial, 2017.
- BERTHOLD, M. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- FARO, A. J. Pequena História da Dança. 4. ed. Rio de Janeiro, 1998.
- ROGER RIVIÈRE, J. Arte Oriental (China, Japão, Índia). Salvat, 1980.
- WISNIK, J. M. O som e o sentido: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DISCIPLINA: ATELIÊ DE ARTES VISUAIS (DESENHO, PINTURA, GRAVURA, ESCULTURA)

EMENTA: História das artes visuais; estética e criatividade; artes visuais e educação; prática pedagógica e artística em artes visuais; Interpretação/leitura de imagens; Arte, imagem e cultura visual. Fundamentos da linguagem visual, elementos da composição visual, exercícios e experiências com técnicas de desenho, pintura, gravura e escultura. Uso de materiais alternativos, criação de recursos didáticos para aulas de arte na escola.

Bibliografia básica:

- ARNHEIM, R. Arte e percepção visual. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1980.
- BAZIN, G. História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CANCLINI, N. G. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2003.
- CORREA, A.; NUNES, A. L. R. O ensino das artes visuais. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- MARTINS, M.; PICOSQUI, G.; GUERRA, M. Didática do ensino da arte: a língua do mundo – poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.
- OLIVEIRA, M.; HERNANDEZ, F. (Orgs.). Formação do Professor em Artes Visuais. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (FUNDAMENTO DO ENSINO DA ARTE, MEDIAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS)**EMENTA:**

Reflexão e discussão acerca dos processos de criação em arte, seus caminhos e abordagem por meio do ensino; visando um entendimento do mundo e das regras que regem as ações no ato de criação. Os procedimentos das artes e sua prática na Educação Básica. Compreensão e fundamentação conceitual sobre o processo de estágio e suas normas; observações e acompanhamento em escolas e instituições culturais das práticas artísticas, estéticas e culturais. Orientação e discussão sobre as atividades teóricas e práticas pretendidas. Orientação e discussão sobre aspectos da docência. Elaboração de planos de aula, de oficinas e projetos de intervenção nos espaços de partilha dos saberes e fazeres em artes. Leitura e discussão sobre aspectos da educação através da Arte; relatórios do estágio; crítica e planejamento de atividades; atividades educativas em situação experimental, seminários, microaulas.

Bibliografia:

- BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CABRAL, B. Drama como método de ensino. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CAMARGO, R. G. Palco & Platéia. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- _____. Som e Cena. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- DESGRANGES, F. A pedagogia do espectador. São Paulo: Hucitec, 2003.
- FERNANDES, C. O corpo em movimento. O sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2002.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- JAPIASSU, R. Metodologia do ensino de teatro. São Paulo: Papyrus, 2001.
- KOUDELA, I. Texto e Jogo. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- MARQUES, I. A. Ensino da dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
- OSSONA, T. A. A educação pela dança. São Paulo: Summus, 1988.
- OSTROWER, F. Criatividade e Processos de Criação. Petrópolis: Vozes, 1989.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- REVERBEL, O. Um caminho do teatro na escola. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2007.
- ROUBINE, J.-J. Linguagem da encenação teatral. – 1880/1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SOUZA, S. J. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.
- SPOLIN, V. Jogos teatrais para sala de aula: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ARAUJO, G. S. de. A peça didática e o ensino do teatro. In: TAVARES, R. (org.). Entre coxias e recreios: recortes da produção carioca sobre o ensaio do teatro. São Paulo: Yendis, 2006.
- PUPO, M. L. “Sinais de teatro-escola”. Humanidades, Edição Especial Teatro Pós-Dramático, Editora UNB, n. 52, nov. 2006, p. 109-115.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA: **Sociologia da Educação**

EMENTA:

Estudo do surgimento e das correntes teóricas da sociologia da educação, assim como da função da escola e dos sistemas de ensino na sociedade contemporânea, analisando sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.
2. PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2010.
3. HAECHT, A. V. **Sociologia da Educação**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARRERE, A. ; SEMBEL, N. **Sociologia da Escola**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.
2. KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
3. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1992.
4. PINSKY, J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Contexto, 1999.
5. BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DISCIPLINA: **Legislação e Organização da Educação Básica**

EMENTA:

Legislação da Educação Básica e política de formação de professores. O plano Nacional e educação. A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. A BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL. **Diretrizes Complementares da Educação Básica**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 2/ 2008.
2. MACHADO, L. Diferenciais inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional. *In*: Portal do MEC/**Educação profissional e tecnológica**. Outubro de 2008.
3. BRASIL. Ministério da Educação . Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025 **Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025**.

4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABREU, M. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijuí-SC:UNIJUI. 1999.
2. CASTRO, M. H. G. de. **As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro**. Brasília, INEP/ MEC, 1999.
3. CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, EDUFF/ FLASCO, 2000.
4. BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

DISCIPLINA: **LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS II [musicais, teatrais, dançantes, criativos]**

EMENTA: Conceitos de Jogos, brinquedos, brincadeiras da cultura popular. Possibilidades de intervenção pedagógica no desenvolvimento infantil, do jogo, do brinquedo, da brincadeira e do esporte. Resgate e preservação da cultura lúdica infantil. Construção de brinquedos tradicionais e contemporâneos. Processo de ensino-aprendizagem do jogo, manifestação cultural e brincadeira infantil. Prática pedagógica de atividades lúdicas, sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino. Resgate da vivência de

jogos e brincadeiras para a população afrodescendente e indígena no âmbito da educação física. Construção de brinquedos que retratam, valorizam e resgatam a cultura indígena e afrodescendente.

Bibliografia básica:

- FRIEDMANN, Adriana. A arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. KISHIMOTO, Tizuco Morchida. O jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Cengage Learning, 2011. LOMBARDI, Gláucia. Folclore e brinquedos. São Paulo: Paulus, 2006. MARCELLINO, Nelson Carvalho; MONTELLA, Maura. Campinas/SP: Papyrus, 2012. CARVALHO, Francisco das Chagas Amorim. Estética e Jogos teatrais para atores e arte-educadores. Teresina: EDUFPI/SEE/MEC, 2007. CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1983. CHACRA, Sandra. **Natureza e Sentido da Improvisação Teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1983. CHEKHOV, Miguel. **Para o Ator**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento: as bases intelectuais do teatro na educação**. São Paulo: Perspectiva, 1980. HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1999. KISHIMOTO, Tizuko M.(org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo, Cortez, 1998. KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2002. KOUDELA, Ingrid Dormien. **Texto e Jogo**. São Paulo: Perspectiva, 1996. MORENO, J. L. **O teatro da espontaneidade**. São Paulo: Edusp, 1984. OIDA, Yoshi. **Um Ator errante**. Beca: São Paulo, 1992. SANTOS, Vera Lúcia Bertoni dos. **Brincadeira e conhecimento: do faz-de-conta à representação teatral**. Porto Alegre: Medicação, 2002.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE II: OCIDENTE E VANGUARDAS

EMENTA: Refletir sobre os principais acontecimentos históricos e estéticos do Ocidente e suas vanguardas históricas.

Bibliografia básica:

- ANDERSON, Perry. “Modernidade e revolução”. Em: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BIÃO, Armindo et al. (Orgs.). *Temas em contemporaneidade, Imaginário e Teatralidade*. São Paulo: Annablume, 2000.
- BORNHEIM, Gerd. *Páginas de filosofia da arte*. Rio de Janeiro: Uapê, 1998.
- DE MICHELI, Mario. *As vanguardas artísticas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ECO, Umberto. *Obra aberta. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FABBRINI, Ricardo. *A Arte depois das Vanguardas*. Campinas: Ed Unicamp, 2002.
- HAUSER, A. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- LEÃO, Lúcia (org.). *Interlab: Labirintos do Pensamento Contemporâneo*. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 2002.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- RYNGAERT, Jean-Pierre. *Ler o teatro contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DISCIPLINA: LINGUAGEM, CORPO E MOVIMENTO

EMENTA: O processo de desenvolvimento humano: corpo, gestos e movimentos. A relação entre cultura, corpo e movimento. Cultura corporal: jogos, danças, lutas e esportes. Atividades corporais na escola. Abordagem estética do corpo, o corpo como produtor de sentidos, os gestos; os afetos, os movimentos e as formas de experienciar, pensar, sentir, expressar a vida e o mundo.

Bibliografia Básica

- ALBUQUERQUE, M. do S. C. Estudo e pesquisa da cultura corporal. Rio Branco: Edufac, 2011. 158 p.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.
- GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005. 585 p.
- GODALL, T.; HOSPITAL, A. Cento e cinquenta propostas de atividades motoras para a educação infantil de 3 a 6 anos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 388 p.
- HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 344 p.
- LABAN, R. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.
- MACHADO, N. V. Educação física e recreação para o pré-escolar: criança de 0 a 6. Brasília: [s.n.], 1985. 245 p.
- MATTOS, M. G. de; NEIRA, M. G. Educação física infantil: construindo o movimento na escola. São Paulo: Phorte, 2008. 130 p.
- MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MOREIRA, E. C.; NISTA-PICCOLO, V. L. (Org.). O quê e como ensinar educação física na escola. Jundiaí: Fontoura, 2009. 206 p.
- SOARES, C. L. et al. Metodologia do ensino de educação física. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 200 p.
- VARGAS, Â. L. de S. O corpo e o movimento: a educação física em reflexão. Rio de Janeiro: Faculdades Moacyr S. Bastos, 1993. 97 p.

DISCIPLINA: ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL [ECOLOGIA]

EMENTA: Educação ambiental: origem, princípios, fundamentos, marco conceitual e teorias pedagógicas. Metodologia da educação ambiental. As dimensões conceituais, institucionais e pedagógicas da educação ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A relação dialética entre teoria e prática e educação ambiental: estratégias para a construção da sustentabilidade na perspectiva do ensino das ciências da natureza. A importância da conservação ambiental (queimadas; desmatamento; lixo; poluição ambiental; problemas de impacto ambiental no Piauí. As dimensões do desenvolvimento sustentável). A educação ambiental e o processo histórico de apropriação dos recursos naturais. As dimensões do desenvolvimento sustentável. A agenda 21 e a consolidação do desenvolvimento sustentável. Os desafios da educação ambiental formal e não formal. As intervenções possíveis através da arte e da educação para maior consciência em relação ao tema.

Bibliografia Básica

- BERNA, V. Como fazer educação ambiental. São Paulo: Paulus, 2001.
- DASHEFSKY, H. S. Dicionário de Ciência Ambiental: guia de A a Z. São Paulo: Gaia, 1995.
- MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MULLER, J. Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica. Porto Alegre: FAMURS, 1998.
- NEAD. O ensino de ciências e educação ambiental. Cuiabá: NEAD, IE, UFMT, 2001. CD-ROM.
- SAIA, E. B. I. (org.). Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola. Santa

Maria: IBAMA, 2000.

- SATO, M. (Coord.) et al. Ensino de ciências e as questões ambientais. Cuiabá: NEAD, UFMT, 1999.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II

EMENTA:

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, imersão na escola, para analisar seu projeto político pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
2. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
3. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

EMENTA:

Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.
2. TELES, M. L.S. **Que é psicologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
3. NYE, Robert D. **Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers**. 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARÍES, P. **Psicologia Sócio Histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.
2. MOLON, S. I. **Psicologia Social: Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. CARVAJAL, G. **Tornar-se Adolescente: A aventura de uma metamorfose. Uma Visão psicanalítica da adolescência**. São Paulo: Cortez, 1998.
4. FLAVELL, J. H. **A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1996.
5. MACEDO, L. de (Org). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa de Psicólogo, 1996.

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE ARTES DO CORPO: MUSICALIZAÇÃO, GESTO, CANTO E EXPRESSÃO

EMENTA: Técnica vocal e voz ressonante. A voz e a fala na cena contemporânea. Voz do ator e voz cênica. Ação vocal e partitura vocal. Recursos vocais - pontuação, pausas e entonação, palavras vivas, andamento e ritmos, dicção e articulação, intensidades, alturas e ressonâncias – em consonância aos textos dramáticos. Introdução à prática do canto coletivo. Prática Coral a duas ou mais vozes. Noções de técnica vocal, formação de sonoridade e técnica vocal para crianças. Noções de prosódia e coreografia aplicada à canção. Noções de regência. Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica, a preparação de materiais e repertório didático-musical vocal para crianças. Seleção e montagem de repertório para espetáculos de conjuntos vocais infantis. Construir vozes: a técnica e a expressão vocais a favor da voz do personagem. A prática do solfejo e do vocalise como suportes da qualidade vocal. A respiração e a voz cênica. A consolidação do roteiro de aquecimento vocal/corporal. A relação corpo e voz na cena. Como e porque constituir um ritual pré-cênico corporal/vocal. Jogos dramáticos vocais. A partitura da voz falada (palavras de valor, ênfases, pausas) e outros recursos, como subsídios para a construção da fala cênica. A música e o canto no jogo vocal teatral.

Bibliografia básica:

- BEAUTTENMÜLLER, M. da G. O despertar da comunicação vocal. Rio de Janeiro: Enelivro, 1995.
- BEAUTTENMÜLLER, M. da G.; LAPORT, N. Expressão vocal e expressão corporal. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- BOONE, D. R. Sua voz está traindo você? Como encontrar e usar sua voz natural. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- CHENG, S. C. O Tao da voz. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- COSTA, H. O. Voz cantada. São Paulo: Lovise, 1998.
- DINVILLE, C. A técnica da voz cantada. Rio de Janeiro: Enelivros, 1993.
- FELDENKRAIS, M. Consciência pelo movimento. São Paulo: Summus, [s.d.].
- FERNANDES, C. O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2002.
- FERREIRA, L. P. (org.). Voz profissional: o profissional da voz. Carapicuíba: Pró-Fono, 1995.
- FERREIRA, L. P. Trabalhando a voz: vários enfoques em fonoaudiologia. São Paulo: Summus, 1987.
- FORTUNA, M. A performance da oralidade teatral. São Paulo: Annablume, 2000.
- GAYOTTO, L. H. Voz partitura da ação. São Paulo: Summus, 1997.
- HUCHE, F. Le; ALLALI, A. A voz. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 1.
- KUSNET, E. Ator e método. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1987.
- MELLO, E. B. de S. A educação da voz falada. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1992.
- NUNES, L. Manual de voz e dicção. Brasília: MEC - Serviço Nacional de Teatro, 1976.
- OLIVEIRA, D. M. G. de. A expressividade do corpo na performance vocal. 2016. Tese (Doutorado em Música) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2016.
- QUINTEIRO, E. A. Estética da voz: uma voz para o ator. São Paulo: Summus, 1989.
- VISHNIVETZ, B. Eutonia – Educação do corpo para o ser. São Paulo: Summus.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE III: CONTEMPORÂNEOS, DECOLONIAIS, MULTICULTURAL

EMENTA: Refletir sobre os principais acontecimentos históricos, estéticos e dramaturgicos, com ênfase aos aspectos teóricos conceituais, do expressionismo alemão, passando pelo o teatro de forma épica fundamentado em Bertolt Brecht; desenvolvimento do teatro da absurdidade. De Isadora Duncan, Mary Wigman a Pina Bausch.

Bibliografia básica:

Livros

- ASLAN, Odette. O ator no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARLSON, Marvin. Teoria do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo: FUNDUNESP, 1998.
- CHIARINI, Paolo. Bertolt Brecht. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CHIPP, H. B. Teorias da arte moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COSTA, Iná Camargo. Sinta o drama. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CRUCIANI, Fabrizio; FALLETTI, Clélia. Teatro de rua. São Paulo: Hucitec, 1999.
- DEGAINE, André. Histoire du théâtre dessiné. Paris: A.-G. Nizet, 1999.
- ECKARDT, Wolf von; GILMAN, Sander L. A Berlim de Bertolt Brecht: um álbum dos anos 20. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- ESSLIN, Martin. O teatro do absurdo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FABRINI, Ricardo. A Arte depois das Vanguardas. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- GARCIA, S. As trombetas de Jericó: teatro das vanguardas históricas. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MIGNOLO, W. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- QUILICI, Cassiano. O ator-performer e as poéticas da transformação de si. Campinas: Annablume, 2015.
- SCHECHNER, Richard. Performance studies: an introduction. Nova York: Routledge, 2013.
- WALSH, C. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Artigos

- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: (ligação indisponível). Acesso em 16 abr. 2025.
- CAVALCANTI, Claudia. O cabaré do novo homem. Revista Cult, São Paulo, n. 39, out. 2000.
- MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2008. p. 25-46.
- MIRANDA, C. Presentación. In: WALSH, C. (Org). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Abya-Yala, 2013.
- NÖLLE, E. O teatro expressionista. In: Uma exposição dos Institutos Goethe no Brasil. München: Goethe-Institut, 1982.
- OLIVEIRA, L. F. O que é uma educação decolonial. Nueva América (Buenos Aires), n. 149, p. 35-39, 2016.
- SCHECHNER, R.; ICLE, G.; PEREIRA, M. A. O que pode a performance na educação? Uma entrevista com Richard Schechner. Educação & Realidade, v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: (ligação indisponível). Acesso em: [data de acesso].

DISCIPLINA: PEDAGOGIA DAS ARTES VISUAIS

EMENTA:

Histórico do ensino de Artes Visuais no Brasil. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estudo do processo de aquisição de conhecimentos da criança e planejamento de propostas artísticas que tenham ressonância com suas particularidades. Estudo das principais linhas pedagógicas e conceitos de metodologia de ensino aplicada ao ensino de Artes Visuais. Questões e possibilidades de criação de propostas de intercâmbio em arte entre escolas e espaços museológicos, culturais e organizações não-governamentais. Escolha de temáticas possíveis para a realização de projetos. Elaboração de planejamento anual de ensino e planos de aula na área de Artes Visuais.

Bibliografia:

- ARNHEIM, Rudolf *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual* ; tradução Jefferson Luiz Camargo. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOMBRICH E. H. *Arte e ilusão: um estudo da representação pictórica* ; tradução de Raul Barbosa. – São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- GOMES FILHO, João. *Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma* . 8 ed.. – São Paulo: Escritura Editora, 2008.
- OSTROWER, Fayga *A Sensibilidade do intelecto*. 5 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- OSTROWER, Fayga *Universos da arte*. 24 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- PRETTE, Maria Carla *Para entender a arte: história, linguagem, época e estilo*; tradução Maria Margarita de Luca. – São Paulo: Editora Globo, 2008.
- BARBOSA, Ana Mae. *Arte e Educação conflitos e acertos*. São Paulo: Max Limonad, 1994.
 - _____. *A Imagem no Ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
 - _____. *John Dewey e o ensino de arte no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002
 - _____. *Teoria e prática da Educação Artística*. São Paulo: Cultrix, 1985.
 - _____. (Org.). *Inquietações e mudanças no Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 2003.
 - BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. Trad. Tereza Cruz. Lisboa: Vigo, 1993.
 - BUORO, Anamélia B. *O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola*. São Paulo: Cortez, 1996.
 - BUORO, Anamélia Bueno. *Olhos que pintam-a leitura da imagem e o ensino da arte*. São Paulo: Educ./Fapesp/Cortez, 2002.
 - FUSARI, Maria F. de R.; FERRAZ, Maria H. C. de T. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 1992.
 - _____. *Metodologia do Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FERREIRA, Sueli (org.) *O ensino das artes – construindo caminhos*, Campinas-SP: Papyrus, 2001
- IABELBERG, Rosa. *Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PILLAR, Analice Dutra; VIEIRA, Denise. *O vídeo e a metodologia triangular no ensino da arte*. Porto Alegre: UFRGS/IOCHPE, 1992.
 - PILLAR, Analice Dutra. *A educação do olhar no ensino das Artes*. Porto Alegre: Mediação, 1999.
 - PILLAR. *Desenho e construção de Conhecimento na Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
 - PIMENTEL, Lucia (Coord.). *Som, gesto, forma e cor – dimensões da Arte e seu Ensino*. Belo Horizonte: C/ARTE, 1995.
- IABELBERG, Rosa. *Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MARTINS, Mirian et alii. *Didática do ensino da arte – a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer a arte*. São Paulo: FTD, 1998.
- RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e Estética do Cotidiano no Ensino das Artes Visuais*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- Site: www.artenaescola.org.br

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE GÊNEROS E FORMAS TEATRAIS

EMENTA: Estudos das diferentes formas de manifestação do teatro, considerando os horizontes: histórico, estético e técnico onde tais concepções teatrais se inscrevem. Desde os gêneros fundamentais: tragédia, comédia, farsa; drama, mimica, pantomima; teatro de formas animadas; teatro épico e novos gêneros. Estudo dos gêneros e formas teatrais. O teatro de formas animadas por se utilizar de máscaras, bonecos, objetos, imagens e formas diversas, possibilita o desenvolvimento de diferentes noções e maneiras de pensar e encenar um espetáculo sem a presença aparente do ator. Neste conteúdo será apresentado ao estudante de artes as possibilidades teatrais e de atuação não exclusivas do papel e

tradição do ator, ele é o agente que move as criaturas, as máscaras, bonecos, objetos e imagens, aos quais são atribuídos papéis e/ou funções narrativas.

Bibliografia básica

- AMARAL, A. M. Teatro de Formas Animadas: Máscaras, Bonecos, Objetos. São Paulo: EDUSP, 2017.
- AMARAL, A. M. Teatro de formas animadas: Máscaras, Bonecos, Objetos. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1996.
- ARISTÓTELES. Poética. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Ed WMF Martins Fontes, 2018.
- CARLSON, M. Teorias do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.
- CARLSON, M. Teorias do Teatro. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- COSTA, L. M. da. A poética de Aristóteles – mímese e verossimilhança. São Paulo: Ática, 2001.
- GASSNER, J. Mestres do teatro I. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HELIODORA, B. Falando de Shakespeare. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2019.
- MELLO, R. (org). Gêneros: reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: NAD/ FALE/ UFMG, 2004.
- PALLOTTINI, R. Dramaturgia: a construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.
- PEACKOCK, R. Formas da literatura dramática. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- PRADO, D. de A. A personagem no teatro. In: CANDIDO, A. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ROSENFELD, A. Literatura e personagem. In: CANDIDO, A. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 9- 49.
- ROSENFELD, A. O teatro épico. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- ROSENFELD, A. Prismas do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ROUBINE, J.-J. Introdução às grandes teorias do teatro. Tra. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- RYNGAERT, J.-P. Introdução à análise do teatro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- SOARES, A. Gêneros literários. São Paulo: Ática, 1993.
- UBERSFELD, A. Para ler o teatro. Trad. José Simões. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ZOLA, É. O romance experimental e o naturalismo no teatro. São Paulo: Perspectiva, 1982.

DISCIPLINA: LIBRAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EMENTA: Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda. Histórico da Educação Especial. Legislação e Políticas Públicas em Educação Especial. Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Especial. Necessidades educacionais especiais e a intervenção pedagógica. As Artes em suas aplicações na Educação Especial.

Bibliografia:

Livros

- ALMEIDA, A. C. Surdez, paixão e dança. São Paulo: Olho d'água, 2000.
- ALVES, Edneia de Oliveira. Língua Brasileira de Sinais LIBRAS: noções básicas sobre a sua estrutura e a sua relação com a comunidade surda. Teresina, PI: EDUFPI, 2011.
- ARTEN, A.; ZANCK, S.; LOURO, V. Arte e inclusão educacional. São Paulo: Ed. Didática Brasil, 2007.
- ATACK, S. M. Atividades artísticas para deficientes. São Paulo: Papyrus, 1995.
- BARBOSA, Estelio Silva. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Teresina, PI: EDUFPI, 2012.
- BOAL, A. O arco-íris do desejo: o método boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BUORO, A.B. O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Edu/Fapesp/Cortez, 2002.
- CERVellini, N.H. A musicalidade do surdo: representação e estigma. São Paulo: Plexus editora, 2003.
- FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. 5. ed. Recife, PE: Do Autor, 2017.
- LOPES, Maura Corcini. Cultura surda e LIBRAS. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2012.
- SKLIAR, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012.
- BARBOSA, A. M. Arte e inclusão. In: ANDRÉ, A. (Org.) Caderno de textos 3: Educação, Artes, Inclusão. vol.1, nº 1. Rio de Janeiro: Funarte, 2002, p. 39-58.
- OLIVEIRA, Ivone M. Imaginação, processo criativo e educação especial. In: BAPTISTA, C. R. (org.) Educação especial, diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Meditação, 2008a.
- OLIVEIRA, Ivanilde A. História, arte, educação: a importância da arte na educação inclusiva. In: BAPTISTA, C. R. (org.) Educação especial, diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Meditação, 2008b.
- ARAGÃO, M.C.F.F. Contextualizando a arte na escola para todos. Revista Integração. Brasília, n. 24, p.37- 43, 2002.
- BRASIL LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Brasília, 2001.
- PIAUÍ. GOVERNO DO ESTADO. Dicionário bilíngue: língua brasileira de sinais - libras e língua portuguesa. 2.ed. Teresina, PI: COMEPI, 2003.
- SA, Keyla Coelho de. Políticas educacionais inclusivas: a especificidade da legislação sobre a pessoa surda. Teresina, PI: 2013.
- SIMEAO, Natalia de Almeida. Conhecimento da LIBRAS e o processo de ensino e de aprendizagem do surdo na perspectiva do professor e do aluno do ensino regular. S.l: 2008.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado III**EMENTA:**

Vivências dos diferentes espaços na escola (Diretoria, Secretaria, refeitório, sala de aula, dentre outros). Observação participante das ações da escola. Elaboração do Plano de atividade de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

4. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
5. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
6. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

4. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
5. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
6. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
7. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

4º SEMESTRE**DISCIPLINA: Filosofia da Educação****EMENTA:**

Estudo da Filosofia e Filosofia da Educação, suas concepções e especificidades. Abordagem das concepções específicas ao âmbito educacional, bem como da compreensão do papel da educação e de sua relação entre pedagogia e ensino. Teorias e práticas educacionais, dimensões ético-políticas e estéticas, além da abordagem argumentativa da práxis educativa e da formação do professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, M. L. de A. ; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.
2. ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
3. GHIRALDELLI JR, P. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.
2. LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. ARANTES, P. et al. **A Filosofia e seu ensino**. São Paulo: Educ, 1996.
4. CHAUI, M. de S. **Ideologia e educação**. Educação e sociologia. São Paulo: Cortez, 1980.
5. SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1987.

DISCIPLINA: Didática**EMENTA:**

Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2007.
2. GHIRALDELLI JR, P. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.
3. GHIRALDELLI JR, Paulo. **Que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas: Papyrus, 1995.
2. FREITAS, L. C (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis:

- Insular, 2002.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
 4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
 5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992.

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem

EMENTA:

Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HAIDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
2. HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
3. HOFFMANN, J. **Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. **Educação de Jovens e adultos**. In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.
2. BREZENZISKI, I. (org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.
3. HOFFMAN, J. **Avaliação Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.
4. SOUSA, C. P. de (org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas: Papyrus, 1991.
5. DEPRESTITERIS, L. **O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: EPU, 1989.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

EMENTA: Histórico do ensino de Arte. O ensino de Arte no contexto contemporâneo e multicultural. Fundamentos teórico-metodológicos do ensino das Artes. Educação artística e educação estética. Desenvolvimento estético e expressivo da criança: Artes Visuais, Música. A criança como produtora e leitora de manifestações artístico-culturais. Jogos teatrais e jogos de improvisação em teatro e dança na escola. O pedagogo e o arte-educador como mediador do contato da criança com manifestações artístico-culturais. Exercício da docência no cotidiano da Educação Básica. PCNS, BNCC; Abordagem triangular e outras abordagens no ensino de artes.

Bibliografia:

- ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa. **Ensino de Arte**. São Paulo: Thompson, 2006.
- BARBOSA, Ana Mae (org). **Arte/Educação Contemporânea**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- IAVELBERG, Rosa. **O Desenho Cultivado da Criança: práticas e formação de educadores**. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- _____. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- _____. **Desenho na educação infantil**. São Paulo: Melhoramentos, 2013.
- LOWENFELD, Viktor; BRITTAIN, W. Lambert. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na Criança**. São Paulo: LCT, 2010.
- PILLAR, Analice Dutra. **A educação do olhar**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

- REZENDE, Maria F. de; FUSARI, Maria F. de; FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo. Arte na Educação Escolar. São Paulo: Cortez, 1992.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- IAVELBERG, Rosa. O desenho da criança na pesquisa moderna e contemporânea. In: ARANHA, Carmen; CANTON, Kátia (org.). Desenhos da pesquisa, novas metodologias em arte. São Paulo: MAC/USP, PGEH, 2012. p. 79-92.
- _____. A formação de professores de arte: alcances e ilusões. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Formação de professores múltiplos enfoques. São Paulo: FEUSP, 2013.
- PIAGET, Jean; FRAISE, Paul. O desenho infantil. In: Tratado de Psicologia Experimental. Rio de Janeiro: Forense, 1969. V. 8, p. 188-224.
- WILSON, Brent; WILSON, M. "Uma visão iconoclasta das fontes de imagens nos desenhos de crianças". Arte: estudos de arte educação. São Paulo, 1982, (1) e (2): 14-6.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte para o Ensino Fundamental (1o e 2o ciclos). Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte para o Ensino Fundamental (3o e 4o ciclos). Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1996.
- _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DISCIPLINA: PEDAGOGIAS DO TEATRO

EMENTA: Reflexão e discussão acerca dos processos de criação em arte, seus caminhos e abordagem por meio do ensino, priorizando as artes cênicas. A linguagem teatral como possibilidade de autoconhecimento, relacionamento, entendimento do mundo e das regras que regem as ações. Os procedimentos dessa modalidade artística e sua prática na no Ensino Fundamental, cujo enfoque priorize, sobretudo, os dois últimos anos do Ensino Fundamental. Apresentar as relações (de poder e de saber) entre professor e aluno na metodologia para o ensino formal por Peter Slade e no ensino informal por Joana Lopes e Augusto Boal. Aproxima a teoria da “educação pela arte” com a arte-educação e a arte de vanguarda da década de 1960. Estuda as políticas públicas educacionais criadas durante a ditadura militar e após. Aproxima teatro às recentes teorias da linguagem. Estuda as relações (de poder e de saber) na metodologia de Viola Spolin e outras proposições contemporâneas. Estuda os aportes teóricos que sustentam a idéia da arte como área de conhecimento. Conceitua ação cultural e aproxima processos arte-educativos das artes de rua na contemporaneidade. Por meio do curso propõe-se a reflexão conceitual sobre a pedagogia referente a processos criativos para a construção do conhecimento cênico. Estuda a pedagogia nos processos criativos do teatro de encenadores. A pedagogia de Constantin Stanislavski. Aproxima pedagogia e espectador moderno; pedagogia e espectador. Estuda a pedagogia do ator e do espectador no teatro épico de Bertolt Brecht. Estuda a pedagogia para o teatro de rua. Estuda a ética do espectador nos teatros pós-dramáticos.

Bibliografia:

Livros

- BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CABRAL, B. Drama como método de ensino. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CAMARGO, R. G. Palco & Platéia. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- _____. Som e Cena. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- DESGRANGES, F. A pedagogia do espectador. São Paulo: Hucitec, 2003.
- FERNANDES, C. O corpo em movimento. O sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2002.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- JAPIASSU, R. Metodologia do ensino de teatro. São Paulo: Papyrus, 2001.
- KOUDELA, I. Texto e Jogo. São Paulo: Perspectiva, 1996.

- MARQUES, I. A. Ensino da dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.
- OSSONA, T. A. A educação pela dança. São Paulo: Summus, 1988.
- OSTROWER, F. Criatividade e Processos de Criação. Petrópolis: Vozes, 1989.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- REVERBEL, O. Um caminho do teatro na escola. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2007.
- ROUBINE, J.-J. Linguagem da encenação teatral. – 1880/1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SOUZA, S. J. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.
- SPOLIN, V. Jogos teatrais para sala de aula: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- _____. Imaginação e criatividade na infância. São Paulo: Ática, 2009.
- ARAUJO, G. S. de. A peça didática e o ensino do teatro. In: TAVARES, R. (org.). Entre coxias e recreios: recortes da produção carioca sobre o ensaio do teatro. São Paulo: Yendis, 2006.
- PUPO, M. L. “Sinais de teatro-escola”. Humanidades, Edição Especial Teatro Pós-Dramático, Editora UNB, n. 52, nov. 2006, p. 109-115.

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE DRAMATURGIA E ESCRITA COLABORATIVA

EMENTA: Este Laboratório teórico-prático visa a elaboração de textos teatrais a partir de procedimentos que integrem escrita e experimentação objetivando instrumentalizar o ator dramaturgo para construção ficcional e cênica. As principais formas teatrais: seus elementos constituintes e modos de funcionamento. Técnicas dramáticas dos principais autores ou formas teatrais. A dramaturgia não-aristotélica. Principais expressões dramáticas do século XX. A dramaturgia brasileira. O conceito contemporâneo de dramaturgia. Processos coletivos de criação de texto. Transcrição e outras formas de construção dramática. As formas literárias e seus traços estilísticos. Os elementos fundamentais de dramaturgia. Principais formas teatrais, suas técnicas, seus elementos constituintes e seus modos de funcionamento. As formas teatrais mistas: interseção entre o dramático, o épico e o lírico no texto teatral. Os processos coletivos de criação de texto e outros processos dramáticos contemporâneos. Os espetáculos contemporâneos sob o ponto de vista da dramaturgia. A criação de textos teatrais a partir dos elementos estruturais de formas teatrais e/ou dos modos de articulação de expressões dramáticas particulares.

Bibliografia básica:

- PALLOTTINI, Renata. Introdução à dramaturgia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAREYSON, Luigi. Os problemas da estética. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- PEACKOCK, R. Formas da literatura dramática. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BENTLEY, Eric. O dramaturgo como pensador; Um estudo da dramaturgia nos tempos modernos. Trad. Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- BOLESLAVSKI, Richard. A arte do ator. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BONFITTO, M. O Ator Compositor – As Ações Físicas como Eixo: de Stanislavski a Barba. São Paulo: Perspectiva, 2002
- BONFITTO, Matteo. O Ator Compositor. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ROCHA FILHO, Rubem. A personagem dramática. Rio de Janeiro: INACEN, 1986.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado IV

EMENTA:

Acompanhamento do planejamento escolar junto com o professor orientador na escola. Desenvolvimento de atividades de Monitoria (levantamento das dificuldades no ensino e na aprendizagem junto aos estudantes das escolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) *Formação de Professores: pensar e fazer*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
- PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
- ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
- AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: DO SÉCULO XVI AO XIX

EMENTA: Critérios para uma historiografia da arte brasileira, expressões artísticas brasileiras anteriores à colonização, arte sob influência jesuítica do século XVI; os séculos XVII e XVIII. A arte brasileira desenvolvida no século XIX: autores, obras e principais acontecimentos da história, política e cultura.

Bibliografia:

- AMARAL, A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRAGA, C. *Em Busca da Brasilidade: Teatro Brasileiro na Primeira República*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CACCIAGLIA, M. *Pequena História do Teatro no Brasil (Quatro séculos de teatro no Brasil)*. São Paulo: EdUSP, 1986.
- DUQUE ESTRADA, L. G. *Arte Brasileira – pintura e escultura*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1988.
- FABRIS, A. T. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1994.
- RABETTI, M. L. Ariano Suassuna: apontamentos para o dossiê. *O Percevejo Revista de Teatro Crítica e Estética*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 98-99, 2000.
- _____. *As comédias ligeiras e a tradição da comédia de costumes no Brasil*. O Teatro Transcende, Blumenau: FURB, v. 11, p. 78-85, 2004.
- ZANINI, W. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

DISCIPLINA: PEDAGOGIAS DA DANÇA

EMENTA: Como apresentar, implantar e avaliar um projeto artístico cujo enfoque seja a dança educativa. Os procedimentos dessa modalidade artística e sua prática no Ensino Básico, cujo enfoque priorize as inter-relações da dança e do teatro no processo escolar. A dança educativa proporciona a integração entre as pessoas, desenvolvimento da motricidade, expressão corporal, apreciação estética por meio da ludicidade, jogos de improvisação e criação em dança. Levar o aluno a compreender e a trabalhar com os conceitos básicos que envolvem a relação entre o desenvolvimento da criança, do jovem e o universo da dança, através de exercícios práticos. Obter um olhar crítico em relação às manifestações dançantes na escola e fora dela. Elaborar um projeto de ação artístico-pedagógica que utilize a linguagem da dança para o contexto escolar e para outros espaços socioeducativos.

Bibliografia:

- BACHELARD, G. A poética do espaço. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos)
- BANES, S. Terpsichore in sneakers: post-modern dance. Connecticut: Wesleyan, 1987.
- _____. Greenwich Village 1963: avant-garde, performance e o corpo efervescente. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BONDÍA, J. L. Pedagogia profana: dança, piruetas e mascaradas. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- CARERI, F. Walkscapes: el andar como practica estética. Walking as an aesthetic practice. Editorial Gustavo Gili, 2002.
- GIL, J. Movimento total: o corpo e a dança. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- NANNI, D. Dança Educação: Princípios, métodos, e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- RIED, B. Fundamentos de dança de salão. Londrina: Midiograf, 2003.
- SESI-SP. Sesi-SP Metodologia Dança. Coleção Atleta do Futuro. São Paulo: SP Ed, 2013.
- TEIXEIRA, L. Conscientização do movimento: uma prática corporal. São Paulo: Caioá Editora, 1998.
- VISHNIVETZ, B. Eutonia: educação do corpo para o ser. São Paulo: Summus, 1995.
- COSTAS, A. M. R. As abordagens nos projetos de iniciação e formação artística em dança contemporânea. In: ARAÚJO, E.; CARVALHO, L.; VILLARDI, F.; SCHWINDEN, (Org.). Título do livro. (Não especificado)
- FORTIN, S. Transformação de Práticas de Dança. In: PEREIRA, R.; SOTER, S. (Org.). Lições de dança 4. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed, 2003.
- SUQUET, A. Cenas. O corpo dançante: um laboratório da percepção. In: COURTINE, J.-J. (Dir.). História do Corpo vol. 3: As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 509-539.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.
- BARRETO, D. Dança...: ensino, sentidos e possibilidades na escola. Campinas: Autores Associados, 2004.
- FREITAS, R. Componente curricular dança: uma proposta para o ensino fundamental. Teresina: Edição do autor, 2020.
- MARQUES, I. Interações – Criança, Dança e Escola. São Paulo: Edgard Blucher, 2012.
- MATOS, L. Dança e Diferença. Salvador: EDUFBA, 2012

DISCIPLINA: TEATRO DE FORMAS ANIMADAS E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

EMENTA: História, técnica e estética do teatro de animação (bonecos, sombras, máscaras, objetos e formas abstratas). Realizar articulações com outras linguagens e gêneros teatrais. Processos criativos. Abordagens pedagógicas com teatro de animação. Exercícios para o corpo do brincante; criação de personagens e interpretação de papéis, máscaras e tipos fixos, a construção de bonecos: diferentes técnicas de construção e manipulação, a manipulação colaborativa. O espaço cênico para teatro de formas animadas; variações de voz e temas importantes às técnicas. Direção de cenas. O teatro de formas animadas como recurso didático na escola; a contação de história, a arte do contador/narrador de histórias e a educação.

Bibliografia Básica

- AMARAL, A. M. Teatro de formas animadas: máscaras, bonecos, objetos. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Ed. SENAC, 2004.
- _____. Teatro de Bonecos no Brasil. São Paulo: Com-Arte, 1994.
- _____. Teatro de Animação. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp, 1997.
- AMORÓS, P.; PARICIO, P. Títeres y Titiriteros: El lenguaje de los títeres. 2. ed. Jaca: Pirineum Editorial, 2005.
- BALARDIM, P. Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação. Porto Alegre: Fumproarte, 2004.
- BELTRAME, V. (org.). Teatro de bonecos: distintos olhares sobre a teoria e prática. Florianópolis:

UDESC, 2008.

- COELHO, B. Contar Histórias. 10. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.
- CONVERSO, C. Entrenamiento del titiritero. México DF: Escenologia AC, 2000.
- ELGER, D. Dadaísmo. Trad. João Bernardo Boleo. São Paulo: Taschen do Brasil, 2011.
- ESCUDEIRO, Â. O bonequeiro de escada. Fortaleza: Ed. IMEPH, 2007.
- FILHO, H. B. Fisionomia e Espírito do Mamulengo. Rio de Janeiro: MinC/Inacen, 1987.
- FOURNEL, P. Les marionnettes. Paris: Bordas Spetacles, 1982.
- GIROUX, S. M.; SUZUKI, T. Bunraku: Um Teatro de Bonecos. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- GURGEL, D. João Redondo – Teatro de Bonecos no Nordeste. Petrópolis: Vozes/UFRN, 1986.
- _____. O reinado de Baltazar - Teatro de João Redondo. Natal: Fundação Capitania das Artes, 2008.
- JURKOWSKI, H. Consideraciones sobre el teatro de títeres. Bilbao: Concha de la Casa, 1990.
- KUSANO, D. Os teatros bunraku e kabuki: uma visada barroca. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- LEGRAND, G. As pequenas coisas em Nova York. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MESCHKE, M. ¿Una estética para el teatro de títeres! Bizkaia: Gráficas Arratia, 1988.
- PIMENTEL, A. de A. O Mundo Mágico de João Redondo. Rio de Janeiro: MinC/Fundacen, 1988.
- SANTOS, F. A. G. dos. Mamulengo – Um povo em forma de bonecos. Rio de Janeiro: MEC/Funarte, 1979.
- SITCHIN, H. A possibilidade do novo no teatro de animação. São Paulo: Ed. do autor, 2009.
- WOOD, L.; VIEIRA, S. Vida de Boneco. Curitiba: Ed Imagem sul, 2006.
- Mamulengo. Revista da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos, Belo Horizonte: ABTB, v. 1, n. 8, 1979.

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA ARTE, ÉTICA E ESTÉTICA

EMENTA: Conceito de Ética, Ética e Moral, Concepções Éticas, a Ética educacional, a Ética na formação do educador, Ética Ambiental: desenvolvimento sustentável. Ética e gênero racial. Ética e diversidade sexual. A matéria desenvolve panorama sobre história do pensamento ocidental, com destaques para projetos centrais de cada período. Deve ainda abordar temas fundantes de diferentes áreas da Filosofia como epistemologia, ética e estética. Em Estética, destaca-se também um panorama sobre origem do termo e da área e contribuições de Kant, Hegel, Georg Lucáks, Ernst Bloch, Nicolai Hartmann, Gadamer, Escola de Frankfurt.

Bibliografia Básica

- AHLERT, A. Eticidade da educação. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- AMOÊDO, S. Ética do trabalho na era pós-qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARBOSA, A. M. (org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.
- BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CATÃO, F. A pedagogia ética. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DINIZ, D.; GUILHEM, D. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- GALLO, S. Ética e cidadania: caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 1999.
- GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. Campinas: Autores Associados, 2001.
- GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papyrus, 2001.
- JIMENEZ, M. O que é estética? São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- KOFF, E. D. A questão ambiental e o ensino de ciências. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- MORIN, E. O paradigma perdido: a natureza humana. Portugal: Europa-América, 1973.
- MURARO, R. M. História do meio ambiente. Rio de Janeiro: ZIT Editora, 2007.
- NALINI, J. R. Ética geral e profissional. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- NOVAES, A. (Org.). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RIOS, T. A. Ética e competência. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- RIBEIRO, L. T. et al. Ética em três dimensões. Fortaleza: Brasil Tropical, 2000.
- SÁ, A. L. de. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 1998.
- TRIGUEIRO, A. Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2005.

- VASQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

DISCIPLINA: CIRANDAS, PARLENDAS E CANTIGAS DE RODA

EMENTA: Estudo de inventários da cultura material e imaterial brasileira, as expressões da cultura popular, as tradições orais, as práticas interativas coreográfico-dramático musicais (festas, danças, rituais e folguedos populares), as formas tradicionais de contação de histórias, jogos, brincadeiras e expressões como o teatro de mamulengo. Além do conhecimento descritivo das diversas modalidades culturais populares e da vivência de algumas danças-músicas, busca-se a compreensão antropológica da produção da diversidade cultural e das funções e sentidos dessas práticas nas comunidades de origem e as possibilidades de aproximação e interação no trabalho educacional e artístico-cênico (teatro e dança). Desenvolver a capacidade de re-elaborar em termos de linguagem corporal expressiva os elementos das danças populares brasileiras, fornecendo elementos para uma reflexão sobre as relações históricas entre as expressões artísticas: dança, teatro, música, performance; assim como, reconhecer as principais características de algumas das danças populares praticadas na região nordeste.

Bibliografia:

- ANDRADE, Mário de. Danças dramáticas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/INL, 1982. 3 v.
- AYALA, M.; AYALA, M. I. N. Cultura Popular no Brasil: uma análise. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BIÃO, A. Estética, performática e cotidiano. In: Performance, performáticos e sociedade. Brasília: UNB, 1996. p. 20-21.
- BORBA FILHO, H. Espetáculos populares do Nordeste. São Paulo: Buriti, 1966.
- CANCLINI, N. G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.
- COELHO, J. L. L. Teatro a partir da comunidade. Rio de Janeiro: Papel Virtual S.A., 2003.
- _____. Teatro e comunidade: uma experiência. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1983.
- DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- DAOHO, J. Da Cultura do corpo. Campinas: Papyrus, 1995.
- DEL PRIORE, M. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GIRANDELLI, E. da C. Ternos de congos. Rio de Janeiro: MEC/SEC/FUNARTE, 1981.
- GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. Campinas: Papyrus, 1994.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- KOUDELA, I. D. O texto e o jogo: uma didática brechtiana. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1999.
- PEIXE, G. Maracatus do Recife. São Paulo: Ricordi, [s.d.].
- PEREIRA, N. de S. Cavalhadas do Brasil. São Paulo: Escola de Folclore, 1989.
- RAMOS, R. C. Danças circulares sagradas: uma proposta de educação e cura. São Paulo: Triom, 2002.
- TAVARES DE LIMA, R. Folguedos Populares do Brasil. São Paulo: Ricordi, [s.d.].
- VENEZIANO, N. O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1991.
- _____. Revistando o baú revisteiro. O Percevejo, Rio de Janeiro: UNIRIO, ano 12, n. 13, 2004.
- WOSEIN, B. Dança: um caminho para a totalidade. São Paulo: Triom, 2000.
- WOSEIN, M. G. Danças sagradas. Rio de Janeiro: Del Prado, 1997.
- ZUMTHOR, P. A letra e a voz: a "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado V**EMENTA:**

Participação em aula; elaboração de sequências didáticas, realização de aulas assistidas, acompanhamento das atividades da escola, planejamento, avaliação, reunião de pais e mestres, dentre outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

6º SEMESTRE**DISCIPLINA: PERCEPÇÃO MUSICAL E PAISAGENS SONORAS**

EMENTA: Desenvolvimento da percepção musical com ênfase nos parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre) por meio de audição e práticas diversas. Percepção e reconhecimento de paisagens sonoras e a relação entre som, ambiente e sociedade.

Bibliografia Básica

HERMES, D.; PINTO, T. Notas introdutórias - exercícios de teoria musical. Vol. 1. São Paulo: Theofilo A.Pinto, 2007.

PRINCE, Adamo. A arte de ouvir: Percepção Rítmica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Vitale, 2001.

_____. A Afinação do Mundo. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Bibliografia Complementar

BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical 1: prática auditiva para músicos. Tradução de Adriana Lopes da Cunha Moreira. São Paulo: Edusp; 2013.

KANG, J. Sound, space and urban transformations: a study of sound and soundscapes in the old city of Hyderabad. *Cultural Geographies*, 23(2), 207-228, 2016.

MED, Bohumil. Teoria da Música. *Vademecum da Teoria Musical*. Brasília: MusiMed, 2017.

POZZOLI, Ettore. Guia Teórico e Prático Para o Ensino do Ditado Musical - Volume 1 e 2. São Paulo: Ricordi, 1983.

TAYLOR, Eric. *Music Theory in Practice*. Volume 1 a 5. Ashford: ABRSM, 2008.

WISNIK, J. M. O som e o sentido: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: OS SÉCULOS XX E XXI

EMENTA: A Arte brasileira, com ênfase na arte piauiense, desenvolvida no século XX e XXI. Apontamentos sobre a diversidade cultural e expressões artísticas dos diferentes territórios do Piauí; coletivos de produção artística e cultural; as leis de incentivo; os modos de produção dos quais decorrem as matrizes estéticas das artes no Piauí.

Bibliografia:

- AGUILAR, N. A. (org.). Bienal Brasil século XX. São Paulo: Fundação Bienal, 1994. (Catálogo de exposição)
- ALMEIDA, P. M. De Anita ao Museu. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- AMARAL, A. Tarsila: sua obra e seu tempo. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1975. (reeditado)
- _____. Artes plásticas na Semana de 22. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- ANDRADE, M. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.
- _____. O baile das quatro artes. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1975.
- BASBAUM, R. (org.). Arte contemporânea brasileira. Texturas, dicções, ficções, estratégias. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- CHIARELLI, T. Arte Internacional brasileira. São Paulo: Lemos editorial, 1999.
- COCCHIARALE, F.; GEIGER, A. B. Abstracionismo geométrico e informal - a vanguarda brasileira nos anos cinquenta. Rio de Janeiro: Funarte, 1987.
- FABRIS, A. Modernidade e modernismo no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 1994.
- FAVARETTO, C. A invenção de Hélio Oiticica. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1992.
- GULLAR, F. Etapas da arte contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- PEDROSA, M. Mundo, homem, arte em crise. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- _____. Política das artes. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. Forma e percepção estética. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. Acadêmicos e modernos. São Paulo: Edusp, 1998.
- RIBENBOIM, R. (apres.). Por que Duchamp? Leituras duchampianas por artistas e críticos brasileiros. São Paulo: Itaú Cultural e Paço das Artes, 1999. (Catálogo de exposição)
- ZANINI, W. História Geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Moreira Salles, Fundação Djalma Guimarães, 1983. 2 vol.
- _____. A arte no Brasil nas décadas de 1930-40: o grupo Santa Helena. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- ZILIO, C. et alii. O nacional e o popular na cultura brasileira. Artes plásticas e Literatura. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KLABIN, V. M. "A questão das idéias construtivas no Brasil: o momento concretista". Gávea. Revista de História da Arte e Arquitetura, Rio de Janeiro, nº 1, março de 1985, pp. 45-54.
- PECCININI, D. Figurações. Brasil anos 60. São Paulo: Itaú Cultural e Edusp, 1999. (Catálogo de exposição)

DISCIPLINA: PEDAGOGIAS DA MÚSICA

EMENTA: Educadores musicais do século XX e suas metodologias. Educação musical no século XXI. Contextualização das metodologias do ensino da música para a realidade brasileira. Educação musical para Ensino Fundamental e Médio. Propostas de educação musical **inclusiva**.

Bibliografia Básica

- MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias em educação musical. Curitiba: Ibpex, 2011. 352p. (Série Educação Musical).
- MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias brasileiras em educação musical. Curitiba: InterSaberes, 2016. 254p. (Série Educação Musical).
- PAZ, E. A. Pedagogia Musical Brasileira no século XX: metodologias e tendências. Brasília, DF: Editora MusiMed, 2013. 447p.

Bibliografia Complementar

- ALVARES, T. S.; AMARANTE, P. (Orgs). Educação Musical na diversidade: construindo

um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação. Curitiba, PR: EDITORA CRV, 2016.

- BRITO, T. A. Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

- BRITO, T. A. Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2011.

- CRUVINEL, F. M. Efeitos do Ensino Coletivo na Iniciação Instrumental de Cordas: A Educação Musical como meio de transformação social. Goiânia: Dissertação de Mestrado - Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, 2003, 217p.

- FONTEERRADA, M. T. de O. De tramas e fios – um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Unesp, 2008.

- ORFF, C. The Schulwerk: Its Origin and Objectives. São Paulo: Ricordi, 1978.

- JAQUES-DALCROZE, É. Rhythm, Music and Education. Londres: Dalcroze Society, 1921.

- KODÁLY, Z. The Selected Writings of Zoltán Kodály. Londres: Boosey & Hawkes, 1974.

- SUZUKI, S. Nurtured by Love: A New Approach to Education. Nova York: Exposition Press, 1969.

- WILLEMS, E. As Bases Psicológicas da Educação Musical. São Paulo: Ricordi, 1970.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA CULTURAL (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena)

EMENTA: Estuda a antropologia: a teoria vivida; o olhar etnográfico; o relativismo cultural como pressuposto antropológico. Propõe discussões acerca dos conceitos valorativos entre diferentes formas e conteúdos culturais. As dimensões éticas e políticas das relações entre culturas. Culturas Afro-brasileiras e indígenas. A perspectiva cultural das imagens e o lugar da imagem na antropologia, através da fotografia, do cinema e do vídeo. Desafios da pesquisa antropológica na contemporaneidade. Etnias, povos e comunidades afro-brasileiras e indígenas no Piauí.

Bibliografia:

Livros

- BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- BOAS, F. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- CANEVACCI, M. Antropologia da comunicação visual. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- _____. Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2006.

- PEIRANO, M. A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- SAMAIN, E. (org.). O fotográfico. São Paulo: Senac, 2005.

- SODRÉ, M. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2008.

- TEIXEIRA COELHO, J. O Que é Ação Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- _____. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1999.

- CHAMBI, M.; CHAMBI, J.; CHAMBI, T. A.; CHAMBI, F. A. Quatro gerações Chambi. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2007. (catálogo)

- FREIRE, P. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa. In: BRANDÃO, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Outros

- CID, E. F. Artes Indígenas. In: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais. Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

- COSTA, H. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista O Cruzeiro. (Sem data de publicação especificada)

DISCIPLINA: (ACE) MUSICALIDADES (MÚSICA CORPORAL, BARBATUQUES, GESTOS E CANTOS COLETIVOS)

EMENTA: A musicalização na ação pedagógica; Fernando Barba e Rítmica Corporal; Stênio Mendes e a Música Espontânea; A transformação da ação pedagógica do Barbatuques; a música corporal e a educação artística; O corpo do som e os sons do corpo; Exploração e mapeamento dos sons corporais: timbres e possibilidades sonoras; Som dos pés; Percussão com as mãos; Percussão bocal e efeitos vocais; Pés, mãos e voz; Jogos musicais: criatividade e improvisação; Flecha; Chuva; Eco; Refrão e improviso; Regência; Construção de ritmos para percussão corporal; Ritmos com sons de peito, estalo e palma; Arranjos em naipes. Conhecimentos musicais e sociais desenvolvidos a partir da interação entre os sujeitos por meio da prática da percussão corporal; Os sons do mundo, o ruído e o silêncio. Nossos sons e ritmos.

Bibliografia:

- ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia da pesquisa. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419- 442, 2005.
- AMORIM, R. R. S. de. *Batucadeiros: Educação musical por meio da percussão corporal*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- ANTÔNIO, R. O. *Escutando crianças em processos de aprendizagem musical*. 2019. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ARROYO, M. e SILVA, M. R. (org.) *Corpo-infância – Exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a.
- ARROYO, M. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, J. et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BARBA, F.; TORRES, R. F. *A vida começava lá – uma história de repercussão corporal*. São Paulo: Stacchini Editorial. 2019.
- BECKER, H. A epistemologia da pesquisa qualitativa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v.1, n.2, p. 184 – 199, 2014.
- BRITO, T. A. de. *Um jogo chamado música. Escuta, experiência, criação e educação*. São Paulo: Peirópolis, 2019.
- _____. *O humano como objetivo da educação musical*. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- CIAVATTA, L. *O Passo: música e educação*. Rio de Janeiro, 2012. Edição do autor.
- D’ALESSIO, V.; JUNIOR, A. S. *Os cinco órfãos*. São Paulo: Ed. Dialetto, 2005.
- DI LUCA, T. *Desenvolvimento de competências musicais a partir de práticas corporais criativas no fazer musical em grupo*. Dissertação (Mestrado em Música)–Programa de pós-graduação em Música: Ensino e Expressão, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2011.
- FORTE, R. do A. *A música corporal na educação musical brasileira: contribuições e facilitações na visão de educadores musicais contemporâneos*. 2018. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, São Paulo, 2018.
- GOES, A. A. *Corpo sonoro e som em movimento: um estudo sobre a prática da música corporal*. 2015. Dissertação (Mestrado em Música) - Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2015.
- GRAMANI, D.; CUNHA, G. P. José Eduardo Gramani: rítmica do Gramani – a consciência musical do ritmo. In: MATEIRO, T. e ILARI, B. (org.) *Pedagogias brasileiras em educação musical*. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- GRAMANI, J. E. *Rítmica viva – a consciência musical do ritmo*. 2. ed. Campinas: Perspectiva. 2013.
- GRANJA, C. E. de S. C. *Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.
- LINO, D. L. *Barulhar: a escuta sensível da música nas culturas da infância*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MAAS, M. de O. *Música corporal e jogos musicais corporais. Um estudo das práticas do grupo Barbatuques na educação musical do artista teatral*. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MAZIERO, M. G. *Percussão corporal e crianças pequenas: possibilidades musicais na educação infantil*.

Olhares & trilhas. Uberlândia, v. 22, n.1, p. 61-76, jan/abr. 2020a.

RÜGER, A. C. L. A percussão corporal como proposta de sensibilização musical para atores e estudantes de teatro. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, São Paulo, 2007.

SIMÃO, J. P. Música corporal e o corpo do som: um estudo dos processos de ensino da percussão corporal do Barbatuques. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.(

BARDI, Patrícia. **Physical Voice in the Moving Body**. Amsterdã: SNDDO, 1995.

BEUTTENMULLER, Maria da Gloria e LAPORT, Nelly. **Expressão vocal e expressão corporal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974.

BEUTTENMÜLLER, Maria da Gloria. **O Despertar da Comunicação Vocal**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1995.

CAMPO, G.; MOLIK, Z. Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik. São Paulo: É Realizações, 2009.

CAESAR, Rodolfo. Pedacos de silêncio. **Arte e palavra**. Rio de Janeiro, v. 3, 1987, p. 51-2.

DELSARTE, F. Delsarte System of Oratory. Nova York: Edgar S. Werner, 1893.

DELSARTE, F. The Delsarte System of Expression. Nova York: Edgar S. Werner, 1887.

DIAS, Ana Cristina Martins. **A musicalidade do ator em ação: a experiência do temporitmo**. 2000. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Teatro). Centro de Letras e Artes/PPGT, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, Leslie Piccolotto (org.). **Voz profissional: O profissional da voz**. Carapicuíba: Pró-Fono Departamento Editorial, 1995.

FONTEERRADA, Marisa. Música, conhecimento e história: um exercício de contraponto. **I Anais ABEM**. Rio de Janeiro : 1992, p. 47-57.

FORTUNA, Marlene. **A performance da Oralidade Teatral**. São Paulo: Annablume, 2000.

HARNONCOURT, Nikolaus. **O discurso dos sons**. Rio de Janeiro : Zahar, 1992.

JAQUES-DALCROZE, É. Rhythm, Music and Education. Londres: Dalcroze Society, 1921.

JAQUES-DALCROZE, É. La Rythmique. Lausanne: Foetisch Frères, 1920.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música**. São Paulo: Scipione, 1990. (Pensamento e ação no magistério, 16).

KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. Porto Alegre : Movimento, 1987.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. Org. Lisa Ulmann. São Paulo: Summus, 1971.

MAGNANI, Sergio. **Expressão e comunicação na linguagem da música**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

MENUHIN, Yehudi e DAVIS, Curtis W. **A música do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MIRANDA, Regina. **O movimento expressivo**. Rio de Janeiro: Funarte, 1979.

NATTIEZ, Jean-Jacques. Rítmica/Métrica. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, v. 3.

RUBIM, M. Voz. Corpo. Equilíbrio. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2019.

SANTOS, Regina Márcia Simão. “A natureza da aprendizagem musical e suas implicações curriculares - análise de quatro métodos”. **Fundamentos da educação musical**, v. 2, ABEM, 1994, p.7-112.

SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

SEINCMAN, Eduardo e GUINSBURG, J. Mikhail Tchekhov e a questão musical. In: **J. Guinsburg: diálogos sobre teatro**. Org. Armando Sérgio da Silva. São Paulo: Edusp, 1992.

TOMÁS, Lia. **Ouvir o lógos: música e filosofia**. São Paulo: UNESP, 2002.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

EMENTA: Pesquisa e observação do contexto escolar. Como elaborar, apresentar, implantar e avaliar um projeto educativo em Artes na escola e em ambiente não escolar, como em instituições culturais, nas comunidades etc; aprimoramento da experiência didática e metodológica com públicos em faixas etárias

diferenciadas. Estágio de regência em Artes no Ensino Fundamental.

Bibliografia básica:

- ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.
- ALMEIDA, Marcus Vinicius Machado. **Corpo e arte em terapia ocupacional**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2004.
- BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.
- CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CÓRIA-SABINI, Maria aparecida e LUCENA, Regina Ferreira de. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2005.
- DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **Por que arte educação?** São Paulo: Papirus, 1991.
- FERRAZ, M. H. C. de T. e FUSARI, M. F. de R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONÇALVES, Maria Augusta Salim. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas: Papirus, 1994.
- JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas: Papirus, 2000.
- KISHIMOTO, T. M. (org.) **jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1998.
- KOUDELA, Ingrid. **O texto e o jogo: uma didática brechtiana**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- KRAMER, Sônia et al. (orgs). **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papirus, 2003.
- MARCO, Ademir de. **Pensando a educação motora**. Campinas: Papirus, 2004.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.
- OSTROVER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PARÂMETROS curriculares nacionais: **arte**. Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- REVERBEL, Olga. **Um caminho do teatro na escola**. São Paulo: Scipione, 1989.
- RIZZI, Leonor e HAYDI, Regina C. **Atividades lúdicas na educação da criança**. São Paulo: Ática, 1997.
- ROSA, Sanny S. **Construtivismo e Mudança**. São Paulo: Cortez, 2000.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE PRÁTICAS: ARTES CÊNICAS E PROJETOS EDUCATIVOS

EMENTA: Articulação entre as linguagens artísticas, organizadas em um projeto educativo envolvendo a escola e a comunidade. Ações artísticas e culturais. Mediações. Pedagogia de projetos e Artes.

Bibliografia:

- CUNHA, S. R. V. da. Transformações nos saberes sobre arte e seu ensino. Revista Imaginar, Lisboa, v. 38, p. 4-10, 2002.
- FERNANDES, C. M. G. Prática da envolvimento: possíveis contribuições para a elaboração de uma pedagogia em arte na EJA. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- HENRIQUES, W. S. C. A Educação Musical em Cursos de Pedagogia Do Estado de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Música) - Instituto de Arte da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011.
- MEIRA, M.; PILOTTO, S. Arte, Afeto e Educação: a sensibilidade na ação pedagógica. Porto Alegre:

Mediação, 1. ed.

- MOREIRA, A. A. A. O espaço do desenho: a formação do educador. São Paulo: Loyola, 1984.

- OSTETTO, L. E.; LEITE, M. I. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. Campinas: Papirus, 2008.

- _____. Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte. Campinas: Papirus, 2008.

- VENTURA, P. C. S. Por uma Pedagogia de Projetos: uma síntese introdutória. Educ. Tecnol., Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 36-41, jan./jun. 2002.

DISCIPLINA: DIREÇÃO, ENCENAÇÃO E CENOGRAFIA

EMENTA: Rastrear principais linhas de concepção do espetáculo e da cena, desenvolvidas a partir do surgimento da encenação moderna, ocorrida em fins do século XIX. Exercícios de montagem de cenas, com discussão e apreensão crítica das mesmas. Estudo da encenação nas escolas e outros espaços, nos distintos períodos históricos e culturais. Estudo dos recursos materiais da cena.

Bibliografia básica:

APPIA, A. **A obra de arte viva**. Lisboa: Arcádia, S.D.

ARTAUD, Antonin . **O teatro e seu duplo**. São Paulo: Max Limonad,1981.

ASLAN, O. **L'acteur au XXème.Siècle**. Paris: Seghers,79.

BARATA, José Oliveira. **Estética teatral**: antologia de textos. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

BARBA, Eugenio e N. Savarese (Orgs.). **A arte secreta do ator**. Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo. Hucitec/ UNICAMP, 1996.

BARBOSA, Pedro. **Teoria do teatro moderno**: axiomas e teoremas. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

BENTLEY, Eric. **A experiência viva do teatro**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BIÃO, Armindo e Greiner, Christine (Orgs.). **Etnocologia**: textos selecionados. São Paulo: Annablume, 1998.

BIÃO, Armindo et al. (Orgs.). **Temas em contemporaneidade**, Imaginário e Teatralidade. São Paulo: Annablume, 2000.

BOLESLAVSKI, Richard. **A arte do ator**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BROOK, Peter. **A porta aberta**: reflexões sobre a interpretação e o teatro. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002.

CORRÊA, José Celso Martinez. **Primeiro ato**, São Paulo, Ed. 34, 1998.

DEAN, A. e Carra L **Fundamentals of play directing**. Ny: H., R. And Winston, 1980.

DELGADO, Maria e HERITAGE, Paul. **Diálogos no palco**. 26 diretores falam de Teatro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

DORT, B. **O teatro e sua realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ESSLIN, Martin. **Uma anatomia do drama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FERGUSON, F. **Evolução e sentido do teatro**. Rio de Janeiro: Zahar,1964.

FERNANDES, Ciane. **Pina Baush e o wuppertal dança-teatro**: Repetição e Transformação. Hucitec, 2000.

GREINER, Christine. **Butoh**. São Paulo: Annablume, 2000.

GROTOWSKI, J. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1971.

GUINSBURG, J. et. Alii. **Semiologia do teatro**. São Paulo: Perspectiva,1978.

GUINSBURG, J. **Stanislavski e o teatro de Moscou**. São Paulo: Perpesctiva, 1965.

GUINSBURG, J. **Stanislávski, Meyerhold & cia**. São Paulo:; Perspectiva, 2001.

KERSHAW, Baz. **The radical in performance**: Between Brecht and Baudrillard. New York: Routledge, 1999.

KUSNET; E. **Ator e método** Rio de Janeiro: Mec-Snt,1975.

LINS, Daniel. **Antonin Artaud**: o artesão do corpo sem órgãos. Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 2000.

MEICHES, Fernandes Mauro. **Sobre o trabalho do ator**. Sao Paulo, Perspectiva, 1988.

MEYERHOLD, V.(Org. Aldemar Conrado). **O teatro de Meyerhold**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1969.
PALLOTTINI, Renata. **Introdução à dramaturgia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
RIZZO, Eraldo Pêra. **Ator e estranhamento: Brecht e Stanislávski**, segundo Kusnet. São Paulo: SENAC, 2001.
ROUBINE, J.J. **A linguagem da encenação teatral - 1880-1980**. Rj, Zalar, 1982.
SCHECHNER, Richard. **By means of performance: Intercultural Studies of Theatre and Ritual**. Cambridge Univ. Press, 1990.
SILVA, Armando Sérgio da. **Oficina do teatro ao te-ato**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
STANISLAVSKI C. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
WEKWERTH, M. **Diálogo sobre a encenação**. São Paulo: Hucitec, 1984.

DISCIPLINA: PROCESSOS CRIATIVOS: TRAJES, FIGURINOS, ADEREÇOS E MÁSCARAS

EMENTA: O processo de evolução histórica e cultural da Moda; estudar as características estilísticas presentes em diferentes contextos históricos. Aspectos culturais, enfocando a indumentária e a moda e sua evolução de formas [desenho e estilos] ao longo dos séculos. Aprender através de textos literários, ensaios, romances, e peças teatrais, as figurações, do estilo e do comportamento na segunda metade do século XIX e começo do XX;; Artistas que fizeram da moda e do estilo objetos de reflexão e, também, de uso. exercícios de construção de adereços, figurinos e máscaras.

Bibliografia:

- BRAGA, J. História da Moda; uma narrativa. Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005.
- CRANE, D. A Moda e o seu papel social: Classe, gênero e identidade das roupas. Trad. Cristina Coimbra. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- KOHLER, C. História do Vestuário. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- LAVIER, J. A roupa e a moda: uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LEABHART, T. A máscara como instrumento xamânico no treinamento teatral de Jacques Copeau. Trad. Marcelo Fagundes. São Paulo: Bretanha, 1994.
- LECOQ, J. O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral. Trad. Marcelo Gomes. São Paulo: Senac São Paulo: SESC SP, 2010.
- LINHARES, F. J. J. A Máscara como segunda natureza do Ator: o treinamento do ator como uma “Técnica em Ação”. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas-Artes. Belo Horizonte, MG, 2011.
- LOPES, E. P. A máscara e a formação do ator. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Unicamp. Campinas, SP, 1990.
- MACHADO, V. T. A máscara como instrumento pedagógico. In: A máscara no teatro moderno: do avesso da tradição à contemporaneidade. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- O'HARA, G. Enciclopédia da Moda. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SANTIAGO, S. “Caetano Veloso Enquanto Superastro”. In. Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SOUZA, G. de M. O espírito das roupas: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WILDE, O. Salome; poema dramático em 1 ato. Trad. João do Rio (Paulo Barreto). Rio de Janeiro: Livraria Império, 1958

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO I – TCC I

EMENTA: Execução da pesquisa a ser apresentada sob a forma de um trabalho monográfico em Artes, considerando o percurso interdisciplinar. O objeto de pesquisa será de escolha do educando sob a orientação do professor e em concordância com as linhas de pesquisa do Curso.

Bibliografia:

- CONTRANDIOPOULOS, A.-P. et al. Saber preparar uma pesquisa: definição, estrutura e financiamento. Rio de Janeiro: Hucitec, 1994.
- ECO, U. Como se faz uma tese. 3. ed. Trad. de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva S.A., 1996.
- GIL, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 5. ed. São Paulo: Editora ATLAS S.A., 2003.
- MULLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. Normas e padrões para tese, dissertações e monografias. 5. ed. Londrina: Eduel, 2003.
- NEGRA, C. A. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, Mestrado e Doutorado. São Paulo: Ed. ATLAS S.A., 2003.
- REY, L. Planejar e redigir trabalho científico. 2. ed. São Paulo: Ed. Edgard Blucher LTDA, 1993.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, I. E. dos. Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica, tcc, monografias e, dissertação e tese. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Impetus, 2003.

DISCIPLINA: (ACE) TÓPICOS ESPECIAIS I: Teatro do Oprimido e outras poéticas cênicas latino-americanas

EMENTA: Conhecer e refletir sobre as técnicas de Teatro do Oprimido e o contexto histórico de seu surgimento no Brasil. O teatro em comunidade e suas implicações educacionais. Compreender o papel do professor nos processos de teatro e educação comunitária. Estudo das metodologias de teatro em comunidades: as técnicas do teatro do oprimido. Os métodos dialógicos e a experiência teatral como prática educativa. Os contextos do teatro comunitário no Brasil, na América Latina e no mundo na atualidade. Teatro do Oprimido; Paulo Freire e Augusto Boal; Técnicas: Teatro Legislativo, Teatro Fórum, Teatro Jornal, Teatro Imagem, Teatro Invisível. Contextos: Teatro do Oprimido no Brasil, na América Latina e no mundo. Principais características das práticas teatrais comunitárias, objetivos dos grupos de teatro comunitário e suas implicações educacionais, artísticas e sociais na atualidade. Os dramas, o sociodrama e o psicodrama no trabalho coletivo.

Bibliografia básica:

- BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. O arco-íris do desejo – método Boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização, 1996.
- _____. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização, 1991.
- _____. 200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1993.
- DESGRANGES, Flávio. A pedagogia do teatro: provocações e dialogismo. São Paulo: Hucitec. 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. Pedagogia do oprimido. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1993.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII

EMENTA: Pesquisa e observação do contexto escolar. Como apresentar, implantar e avaliar um projeto educativo em artes cênicas na escola e em ambiente não escolar, como em instituições culturais, nas comunidades etc; aprimoramento da experiência didática e metodológica com públicos em faixas etárias diferenciadas; conhecimento dos procedimentos das Artes e suas práticas no Ensino Médio. Leitura e discussão sobre aspectos da educação através das artes, relatórios do estágio, crítica, ajuste e finalização das atividades. Estágio de regência em Artes no Ensino Médio. Elaboração de Relatório de Estágio de Regência e experiências educacionais.

Bibliografia:

- ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.
- ALMEIDA, Marcus Vinicius Machado. **Corpo e arte em terapia ocupacional**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2004.
- BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.
- BONFITTO, Matteo. **O ator/compositor**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CÓRIA-SABINI, Maria aparecida e LUCENA, Regina Ferreira de. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2005.
- DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **Por que arte educação?** São Paulo: Papirus, 1991.
- FERRAZ, M. H. C. de T. e FUSARI, M. F. de R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONÇALVES, Maria Augusta Salim. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas: Papirus, 1994.
- JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas: Papirus, 2000.
- KRAMER, Sônia et al. (orgs). **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papirus, 2003.
- MARCO, Ademir de. **Pensando a educação motora**. Campinas: Papirus, 2004.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.
- OSTROVER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PARÂMETROS curriculares nacionais: **arte**. Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- REVERBEL, Olga. **Um caminho do teatro na escola**. São Paulo: Scipione, 1989.
- RIZZI, Leonor e HAYDI, Regina C. **Atividades lúdicas na educação da criança**. São Paulo: Ática, 1997.
- ROSA, Sanny S. **Construtivismo e Mudança**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SLADER, Peter. **O jogo dramático infantil**. São Paulo: Summus, 1971.
- SPOLIN, Viola. **Improvisação para o Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- SPOLIN, Viola. **O fichário de Viola Spolin**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: MEDIAÇÃO CULTURAL E ARTES INTEGRADAS

EMENTA: Conhecer e investigar os processos de criação, composição, expressão em Artes seus dispositivos e as Novas tecnologias, o vídeo, os suportes e recursos digitais. Os recursos das artes integradas e suas relações com a arte e a educação. Exercícios com as artes integradas na escola e as TDIC. Conhecer e experimentar ações de curadoria, expografia, e a construção artística e poéticas híbridas.

Bibliografia:

- BONFITTO, Matteo. **O ator compositor: as ações físicas como eixo - de Stanislavski a Barba**. São Paulo: Perspectiva, 2002
- COHEN, Renato. **Performance**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- MARTINS, Mirian Celeste. **Arte: seu encantamento e seu trabalho na educação de educadores – a celebração de metamorfoses da cigarra e da formiga**. Tese (Doutorado) -- Faculdade de Educação/USP, São Paulo, 1999.
- _____. **Conceitos e terminologia. Aquecendo uma transformação: atitudes e valores no ensino de arte**. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino de arte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Mediação: tecendo encontros sensíveis com a arte**. Revista ARTEunesp, São Paulo, v. 13, p. 221-234, 1997.
- _____. (org.). **Mediação: provocações estéticas**. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, Pós-graduação, v.1, n.1, out. 2005.
- MARTINS, Celeste Martins; PICOSQUE, Gisa (Org.). **Mediação cultural para educadores andarilhos na cultura**. Rio de Janeiro: Instituto Sangari, 2008.
- SESC. **Reflexões em trânsito (recurso eletrônico): Mediação Cultural em Arte Educação / Organizado por Josiane Jesus da Silva e João Victor da Silva Pereira**; São Luís: Sesc, 2022.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II)

EMENTA: Atividade orientada de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Conclusão e apresentação pública do TCC. O resultado da pesquisa pode ser apresentado em forma de artigo. Também nos cursos de Artes, o artigo pode ser acompanhado de catálogos, cadernos de artista, memorial descritivo, material videográfico. A apresentação de processos criativos não exclui a apresentação de trabalho teórico acadêmico. O TCC II será acompanhado por docente orientador e pode ser realizado em parceria com os docentes de outros conteúdos curriculares, por exemplo: Direção teatral, Montagem de espetáculo, Produção Cultural e Projetos educativos.

Bibliografia Básica

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 10522: abreviação na descrição bibliográfica. Rio de Janeiro: ABNT, out. 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016. 184 p.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 107 p.
- KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 182 p.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARTINS, G. de A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p

DISCIPLINA: HUMOR GRÁFICO – HQ/HG [Charge, Cartum, Caricatura]

EMENTA: A evolução das Histórias em Quadrinhos e Humor Gráfico Piauí, Brasil e no mundo, HQ /HG e Comunicação, o código linguístico e imaginário, codificação e decodificação da narrativa. Análise, crítica e produção do HQ e HG, o arte-educador e as histórias em quadrinhos e o Humor Gráfico, aplicabilidade.

Bibliografia:

CARDOSO, Marcelo Z. História em Quadrinhos e sociedade: uma estreita relação, IN: LOGOS, Rio de Janeiro, ed. UERG, 1995. CIRNE, Moacy. A explosão criativa dos quadrinhos. Petrópolis, Vozes, 1974. _____ . História e Crítica dos Quadrinhos Brasileiros. Rio de Janeiro, Ed. Europa, Funarte, 1990. _____ . Uma Introdução Política aos Quadrinhos. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.

ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados, São Paulo, Perspectiva, 1993, 5º ed. GOTTLIEB, L. Mafalda vai a escola, São Paulo: USP, 1996. História em Quadrinhos e Comunicação de Massa. São Paulo, Delta, MASP, 1970.

IANNONE, Leila e IANNONE, Roberto. O mundo das Histórias em Quadrinhos. São Paulo, Moderna, 1994, McLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo, Cultrix, 1979.

SENNA, Nádia. Deusas de papel: a trajetória feminina na HQ do ocidente, dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1999.

Bibliografia complementar

ABREU, Carlos, 2000; Dibujo satírico, dibujo humorístico, chiste gráfico y caricatura, en Revista Latina de Comunicación Social, número 36, de diciembre de 2000, La Laguna (Tenerife): <http://www.ull.es/publicaciones/latina/aa2000/latina/aa2000kj/u36di/.htm> 2073 III Encontro Nacional de Estudos da Imagem 03 a 06 de maio de 2011 - Londrina - PR

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico. São Paulo: USP/SP. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, 2007.

FERRARO, Juliana Ricarte. O João Minhoca conta o Rio de Janeiro. Campinas: Unicamp/SP. Dissertação de Mestrado, 2002.

GALLOTTA, Brás Ciro. São Paulo aprende a rir: a imprensa humorística entre 1829-1876. São Paulo: PUC/SP. Tese de Doutorado em História Social, 2006.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. In: Revista Domínios da Imagem, número 02, maio de 2008, Universidade Estadual de Londrina, 2008. MIANI, Rozinaldo Antônio. As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: UNESP/SP. Tese de Doutorado em História, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. il. (Nova Biblioteca de Ciências Sociais).

NERY, Laura Moutinho. A caricatura: microcosmo da questão da arte na Modernidade. Rio de Janeiro: PUC/RJ. Tese de Doutorado em História, 2006.

RIANI, Camilo. Tá rindo de quê? (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba). Piracicaba: UNIMEP, 2002. 2074 III Encontro Nacional de Estudos da Imagem 03 a 06 de maio de 2011 - Londrina - PR SILVA, Ivam Cabral da. Humor gráfico: o sorriso pensante e a formação do leitor. Natal: UFRN/RN. Dissertação de Mestrado, 2008.

COLLARO, Antonio Celso. Projeto Gráfico: Teoria e Prática da Diagramação. São Paulo: Summus, 1987.

COLLARO, Antonio Celso. Produção Visual e Gráfica. São Paulo: Summus, 2005.

ERBOLATO, M. Técnicas de Codificação em Jornalismo. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1991.

LAGE, Nilson. Linguagem jornalística. Ática, 1985. Série Princípios.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. 5ª ed. Ática, 1999. Série Princípios.

NOBLAT, Ricardo. A arte de fazer jornal diário. São Paulo: Contexto, 2002.

VELOSO, Maria Socorro F. Público alvo e visibilidade nos jornais laboratório: a experiência do 'Entrelinhas'. Disponível em <http://www.intercom.com.br/artigos/fd130320021.htm>. Acesso em

23.08.2004.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS: TEATRO DIALÉTICO, PEÇAS DIDÁTICAS E PERFORMANCE

EMENTA: O conteúdo Tópicos Especiais apresenta, desde logo, o tema gerador, sem delimitar as abordagens dentro do amplo campo da temática, porque os tópicos especiais precisam estar abertos para acontecer em forma de colóquios, debates públicos, ciclos de estudos, palestras, contando com a colaboração de profissionais convidados. Estudo das teorias e métodos de atuação cênica. Estudo dos aspectos estéticos e poéticos fundamentais da arte de representar a partir de diferentes referências: Stanislavsky, Appia, Craig, Meyerhold, R. Laban, A. Artaud, E. Decroux, Piscator, B. Brecht, M. Tchekov, Grotowski, E. Barba, Peter Brook, Tadeusz Kantor entre outros. Conhecimento das companhias brasileiras e dramaturgias que pesquisam e encenam a partir do teatro dialético brechtiano. A perspectiva teórica do teatro dialético; as peças didáticas de Bertold Brecht, experimentos cênicos, atualizações do trabalho do ator na contemporaneidade. Estudos dos conceitos de dialética e do Teatro dialético de Bertoldo Brecht. Diferenças entre o teatro dramático e o teatro épico segundo a concepção brechtiana. Estudo das convenções teatrais propostas por Brecht, o efeito de distanciamento (ou estranhamento); interpretação e representação; os significados políticos e intenções estético-ideológicos das peças didáticas e seus usos; relações entre as peças didáticas e jogo enquanto perspectiva pedagógica.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Doloris Ruth Simões de. Uma leitura da teoria do teatro épico de B. Brecht. *Projekt - APPA*. São Paulo, v. 1, p. 9-24, nov. 1986.
- ASLAN, Odette. O ator no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- AZEVEDO, Sônia Machado de. O papel do corpo no corpo do ator. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Loc. 792.8 / A994p – CTAN)
- BARBA, Eugenio; Savarese, Nicola. A arte secreta do ator: dicionário de antropologia teatral. Campinas: Unicamp, 1995.
- BENJAMIN, Walter. Que é o teatro épico - um estudo sobre Brecht. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Obras escolhidas, 1)
- BENTLEY, Eric. *O dramaturgo como pensador*. Trad. Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. [[da p. 299 em diante trata de Bertolt Brecht e o teatro épico.
- BONFITTO, Matteo. O ator compositor: as ações físicas como eixo: de Stanislavski a Barba. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BOLLE, Willi. A linguagem gestual no teatro de Brecht. *Língua e Literatura*. São Paulo, v. 5, p. 393-410, 1976.
- BORNHEIM, Gerd A. *O sentido e a máscara*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1969. (Debates, 8).
- _____. Brecht ainda hoje? *Pandaemonium Germanicum - Revista de estudos germânicos*. São Paulo, v. 4, p. 47-70, 2000.
- BRECHT, B. Teatro dialético: ensaios. Seleção e introdução de Luiz Carlos Maciel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. Estudos sobre teatro. Tradução de Fiana Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2006.
- COSTA, Iná Camargo. O teatro épico de Brecht. *Pandaemonium Germanicum - Revista de estudos germânicos*. São Paulo, v. 4, p. 27-46, 2000.
- KOUDELA, Ingrid D. Brecht: um jogo de aprendizagem. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- PEIXOTO, Fernando. Brecht: introdução ao teatro dialético. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. Brecht – vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RODRIGUES, Graziela. Bailarino-pesquisador-intérprete: processo de Formação. Rio de Janeiro:Funarte, 1987.p.27.

DISCIPLINA: EVENTO ARTÍSTICO:

EMENTA: Artes integradas [Artes Visuais, Música, Dança, Teatro e Performance] Processos de criação, Matrizes estéticas culturais Patrimônio cultural Arte e tecnologia

Neste componente curricular o graduando experimenta processos de criação e produção artística e cultural, conhece as matrizes estéticas culturais, o patrimônio cultural material e imaterial. Neste percurso de pesquisa, concepção, preparação e elaboração de projeto; de forma colaborativa sob orientação docente; desenvolve processo de criação que resulte em ações a serem apresentadas ao público, envolvendo as escolas; promove a reflexão crítica e sensível sobre a experiência em artes com uso das novas tecnologias; estas poéticas aparecem através de diferentes artes e promove a reflexão sobre a escola como espaço de cultura, a fruição como parte do ensino e aprendizagem. O graduando coloca em prática os estudos e fundamentos anteriores. O evento artístico e cultural culminará com a conclusão do Curso, evidenciando as habilidades para mobilizar de modo interdisciplinar os processos criativos na escola. Este conteúdo curricular está em situação estratégica no programa curricular para articulação com outros conteúdos, daí artes integradas.

Bibliografia:

- DEWEY, J. Arte como Experiência. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DEWEY, J. Experiência e Educação. Tradução de Anísio Teixeira. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- FARIA, A. F. Artes Integradas: características das práticas desenvolvidas em escolas de Goiânia. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- FAZENDA, I. C. A. (Org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.
- FORQUIN, J. C. Escola e Cultura; as bases epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- MARTINS, C. M.; PICOSQUE, G. (Org.). Mediação cultural para educadores andarilhos na cultura. Rio de Janeiro: Instituto Sangari, 2008.
- MARTINS, M. B. Encenação em jogo. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MORIN, E. et al. Educar na era planetária. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORIN, E. A Religação dos Saberes: O Desafio do Século XXI. 6. ed. [s.l.]: Bertrand Brasil, 2001.
- NICOLESCU, B. O manifesto da transdisciplinaridade. Tradução de Lucia Pereira de Souza. São Paulo: TRIOM, 1999.
- PAIXÃO, S. V. da. Um olhar sobre a produção cultural de jovens e o papel da escola. Educação em Revista, Marília, v. 22, p. 145-156, 2021. Disponível em: (ligação indisponível).
- POLI, K. O campo de produção cultural e criativo: uma leitura através da teoria dos campos de Bordieu. Revista Extraprensa, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 81-103, 2021. Disponível em: (ligação indisponível).
- SANTOS, S. R. Pode a periferia falar? Uma releitura crítica das produções culturais das periferias. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, v. 2, n. 35, 2022. Disponível em: (ligação indisponível).
- SEBRAE. Projetos culturais: como elaborar, executar e prestar contas. Brasília, 2014. Disponível em: (ligação indisponível).
- SMOLE, K. C. S. Múltiplas Inteligências na Prática Escolar. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO VIII**EMENTA:**

Elaboração de relatório final de Estágio Supervisionado a partir dos estudos de referenciais teóricos e práticas didático-pedagógicas vivenciadas nas etapas anteriores. .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINAS OPTATIVAS**DISCIPLINA: TÉCNICA VOCAL I**

EMENTA: Estudo PRÁTICO de elementos da consciência corporal em geral e da psicodinâmica vocal, em especial, com suas aplicabilidades na fala e no canto. Introdução teórica às funções do aparelho fonador em especial, e do corpo em geral, na produção sonoro-vocal. Treino prático respiratório e de apoio, para a fala e para o canto. Introdução a vocalizes. Leituras complementares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAMPO, Giuliano, MOLIK, Zygmunt. **O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik**. Rio de Janeiro: (2012).
FERREIRA, Lésle Piccolotto & ANDRADE, Marta. **Saúde Vocal - Práticas Fonoaudiológicas** (2002).
RUBIM, Mirna - **Voz, Corpo e Equilíbrio**. Thieme Revinter (2019).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BEHLAU, Mara. **Voz - O Livro Do Especialista (Volume 1)**. São Paulo DIMON Jr, Theodore - **Anatomy of the Voice: An Illustrated Guide for Singers, Vocal Coaches, and Speech Therapists**. California: North Atlantic Book (2018)
MILLER, Richard - **A Estrutura do Canto. É Realizações** (2019)

DISCIPLINA: A RÍTMICA DE DALCROZE

EMENTA: Aulas Práticas de Exercícios Corporais com base na Rítmica de Dalcroze, voltados para a ampliação da percepção rítmico-corporal e das relações corpo-espaco e corpo-dinâmica musical, com foco na performance artística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JAQUES-DALCROZE, E. A Euritmia de Jaques-Dalcroze. Tradução e Edição: Eliton Pereira. Goiânia: 2022.

FINDLAY, E.. Rhythm and Movement: application of Dalcroze Eurythmics. (Kindle Edition) Alfred Music Ed. Amazon Digital Service LLC, 2016.

SADLER, M. E. (Ed) The Eurythmics of Jaques-Dalcroze. (Kindle Edition) Jennings Press, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDWELL, T. Expressive Singing: Dalcroze Eurythmics for Voice. (Kindle Edition) Glen Street Press, 2019.

ILARI, B. S & MATEIRO. T.A.N. Pedagogias em educação musical. Curitiba: Editora Intersaberes, 2010.

JAQUES-DALCROZE, E. Rhythm, Music and Education. London: Read Books Ltda, 2013.

LAMBERT, R. Pedagogia musical: Dalcroze e a interação mente-corpo. in: Artigos, Harmonia e Teoria, Pós-Graduação, Teoria e Prática. Texto disponível em: <https://terradamusicablog.com.br/dalcroze/> , 2022.

DISCIPLINA: Bases epistemológicas em Educação**EMENTA:**

Definições de Epistemologia e de Educação. Produção do conhecimento e os paradigmas da ciência moderna. Principais abordagens teóricas dos processos educativos, destacando princípios e conceitos constitutivos do pensamento educacional contemporâneo. Esboço geral das configurações histórico-epistemológicas da educação escolar e não escolar na contemporaneidade. Educação Integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e educação: Bases conceituais e racionalidades científicas e históricas.** Editora Vozes. 2016.
2. MOREIRA, Marco Antonio; MASSONI, Neusa Teresinha. **Epistemologias do século XX: Popper, Kuhn, Lakatos, Laudan, Bachelard, Toulmin, Feyerabend, Maturana, Bohm, Bunge, Prigogine, Mayr.** São Paulo: EPU, 2011.
3. VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência.** 11. ed. Campinas: Papyrus, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição.** São Paulo: Livraria da Física, 2010.
2. CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
3. FAZENDA, Ivani (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento.** 3. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001 (Coleção Práxis).
4. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 52. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
5. GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.**
6. 8. ed. (rev. ampl.). São Paulo: Ática, 2004. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2794>
7. MORIN, Edgar (org.). **A religação dos saberes: o desafio do século XXI.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: ACE 2 - Educação e Direitos Humanos

EMENTA:

Direitos humanos: conceitos e histórico. educação em direitos humanos. políticas públicas sobre direitos humanos. Direitos humanos e a formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SCHILLING, Flávia. **Educação e direitos humanos**: percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
2. BITTAR, Carla Bianca. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. CASTILHO, Ricardo. Educação e direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELTRAMELLI NETO, Silvio. Curso de direitos humanos. São Paulo: Atlas, 2021.
2. SCARANO, Renan Costa Valle; DORETO, Daniella Tech. **Direitos humanos e diversidade**. São Paulo: SAGAH, 2018.
3. BRANDÃO, Cláudio. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2014.
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. Ed. São Paulo: Saraivar, 2016.

DISCIPLINA: Estratégias de leitura em Língua Inglesa

EMENTA:

Técnicas e estratégias de leitura de textos em língua inglesa e compreensão de estruturas linguísticas básicas com vistas ao desenvolvimento de habilidades interculturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. NASH, G. M.; FERREIRA, W. R. **Real English**. Vocabulário, gramática e funções a partir de textos em inglês. Barueri, SP: Disal, 2010.
2. PASSWORD – **English Dictionary for Speakers of Portuguese**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
3. SOUZA, A. G. F. et al. **Leitura em Língua Inglesa**: uma abordagem instrumental. 2ª edição atualizada. Barueri, SP: DISAL, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CIRANDA CULTURAL. **Dicionário Escolar Português-Ingês/ Ingês-Português**. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
2. LOPES, M. C. (coord.) **Dicionário da Língua Inglesa. Ingês-Português, PortuguêsIngês**. São Paulo: Rideel/Bicho Esperto, 2015.
3. MORAES, R. De C. B. T. de. Ler para compreender textos em inglês: algumas estratégias. São Carlos, SP: UAB-UFSCar, 2014.
4. THOMPSON, M. A. **Ingês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica. 2016.
5. TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

EMENTA:

A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MASAGÃO, V. M. R. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Ação Educativa, 2001.
2. PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
3. KLEIN, L. R. Alfabetização de jovens e adultos: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica. 4. ed. Brasília: Universa, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREIRE, P. **Professora sim, tia não-Cartas a quem ousa ensinar**. SP: Cortez, 1995.
2. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas. São Paulo: Cortez, 2002.
4. ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas: Papyrus, 1999.

DISCIPLINA: Arte e Território**EMENTA:**

Discussões em torno dos conceitos de arte, território e paisagem. Modos de atuação das artes na paisagem contemporânea, tendo como enfoque as relações territoriais tratadas pela geografia humana. Presença das artes na investigação acadêmica, na educação, nos saberes e práticas dos povos tradicionais e dos povos marginais ao campo urbano e em pesquisas das humanidades de modo geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Trad. A. Cabral. 16ª ed. São Paulo: LTC, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AUGÉ, M. Não-lugares: **introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. M. L. Pereira. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.
2. NAVARRO, L.; FRANCA, P. (org.). **Concepções contemporâneas da Arte**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
3. PEIXOTO, N. B. **Intervenções urbanas: arte/cidade**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2012.
4. LAGROU, E. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

DISCIPLINA: Oficina de Textos Acadêmicos**EMENTA:**

Integridade na pesquisa e na escrita científica. Estudos sobre construção frasal, paragrafação, coesão e coerência textuais com base na leitura e produção de gêneros acadêmicos: fichamento, resumo e resenha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.

1. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
2. MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.
3. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
3. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.
4. MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.
5. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
6. RESENDE, V. de M.; VIEIRA, V. Leitura e produção de texto na universidade: roteiros de aula. Brasília: EdUNB, 2014.
7. WEG, R. M. Fichamento. São Paulo: Paulistana Editora, 2006..

8 REQUISITOS LEGAIS

8.1 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Artes e Mediação Cultural é um eixo fundamental na formação docente, integrando teoria e prática desde o primeiro até o último período. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a PCC está distribuída de forma progressiva e articulada com os demais componentes do currículo. Desde o início, os licenciandos vivenciam atividades como observação em escolas, participação em projetos de extensão e análises de contextos educacionais, desenvolvendo habilidades reflexivas e pedagógicas, articuladas às diferentes áreas de conhecimento e integrando-se aos componentes curriculares teóricos e metodológicos.

Ao longo do curso, essas práticas se ampliam, incorporando metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas, sempre em diálogo com as demandas regionais e socioculturais. Nos períodos finais, a PCC atinge seu ápice com a residência docente e os estágios supervisionados, onde os futuros professores consolidam sua autonomia e repertório didático. Essa estrutura garante uma formação interdisciplinar e coerente, preparando os licenciandos para os desafios da educação básica, com capacidade de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais em sua prática profissional.

Essa abordagem fortalece o compromisso institucional com a formação de professores capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, articulando saberes científicos, pedagógicos e socioculturais em sua atuação profissional. Dessa forma, a PCC não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece o compromisso do curso com uma docência crítica, inovadora e contextualizada.

8.2 O estágio supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

A prática como estágio supervisionado é componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de computo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas).

Considerando as diretrizes curriculares nacionais o estágio supervisionado deverá ocorrer desde o início do curso, considerando uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de

protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes conforme preconiza a Resolução nº 04 de 29 de maio de 2024).

Nessa perspectiva a organização dos estágios no âmbito do curso corresponde a três ciclos bem definidos em (oito) componentes curriculares. Ao passarem pelas diferentes etapas, espera-se que os/as estudantes desenvolvam diferentes habilidades/experiências, como a seguir estão descritas:

I - Ciclo básico (compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I (15h), II (30h) e III (60h) totalizando – 105 horas): consistem em atividades que possibilitem a introdução de estudo de referenciais teóricos importantes para a compreensão da cultura escolar e do fazer docente, aproximação com o ambiente escolar da educação básica, estudo de seu Projeto Político Pedagógico e do regimento interno, refletindo sobre os processos de elaboração desses documentos; discussão sobre o funcionamento de órgãos e instâncias organizacionais da escola, a exemplo de colegiados, conselhos de classe, atividades complementares de planejamento; observação participante de atividades desenvolvidas no ambiente escolar (aulas, projetos, planejamentos, eventos e natureza diversa, dentre outros).

II - Ciclo intermediário (integra os componentes curriculares dos Estágio Supervisionado IV, V, VI e VII, cada um com 60h, totalizando 240 horas): compreende atividades de vivência na lócus profissional que fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; requer a elaboração de projeto de intervenção pedagógica, a ser desenvolvido nas escolas, elaboração de planos de aula e/ou atividades didático-pedagógicas, produção de materiais didáticos para o trabalho em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as disposições da Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade da educação e a organização dos itinerários formativos das escolas, e regência pedagógica, privilegiando a atuação em diferentes etapas (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a pluralidade de modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância).

III - Ciclo final (componente curricular Estágio Supervisionado VIII realizado no último período do curso com carga horaria de 60 horas): compreende atividades de sistematização e compartilhamento das experiências vivenciadas nas etapas anteriores, de modo a reconstruir os percursos vividos e a refletir sobre os impactos do vivido na formação e no fazer docente. Trata-se de uma atividade de escritura e se constituir fundamentalmente pela produção de relatório das experiências de estágio contando com a mediação e orientação docente.

8.3 Trabalho de conclusão de curso

Para a obtenção do título de Licenciado(a) em Artes e Mediação Cultural e suas Tecnologias será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está regulamento (ANEXO II) e será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

8.4 Atividade Curricular Complementar

As atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aqueles relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse do PRILEI devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos artísticos-culturais e acadêmicos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Anexo III deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC do PRILEI;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Anexo III deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo PRILEI. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

Para a integralização do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI, o discente deverá apresentar certificados de 200h de Atividades Complementares, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

A UFPI, visando organizar a realização e o computo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas

	06 a 20 h.		
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. • Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil 	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de Artes e Mediação Cultural	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
DISCIPLINA ELETIVA INTEGRALIZADA EM OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU EM			

OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando des00envolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe a Resolução N° 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

8.5 Atividades Curriculares de Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

A Atividade de Extensão compreende um conjunto de ações interdisciplinares educativas, culturais, científicas e de intervenção social envolvendo os discentes na universidade e em diversos setores da sociedade. Está previsto no Programa Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, bem como na Resolução nº 07 do CNE/CES, 2018, o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços em áreas sociais pertinentes.

No Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão realizadas conforme as normatizações do Conselho Nacional de Educação e da UFPI, que compreende:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º Resolução 07 - CNE/CES, 2018).

Ainda, segundo a referida Resolução, são consideradas atividades de extensão as Intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da citada Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Art. 7, Resolução CNE/CES, 2018).

Ressalte-se que as Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI aprovou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Licenciatura em Artes e Mediação Cultural no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 000 horas para a realização das Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI, conforme Matriz Curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A regulamentação das ACEs para o Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo IV.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PRILEI, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Desse modo, o quadro a seguir, demonstra os eixos temáticos das ACE semestrais, constitui-se como referência para o curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais,

buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural e contribuirá para sua permanência no curso.

9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais

No âmbito da UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária, oferecendo, inclusive ao apoio psicopedagógico. Esta Pró-reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.,

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos Campi do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes. Há ainda ao incentivo a participação em programas que oferecem bolsas como o Programa de Monitoria, do PIBID e PIBIC.

Há de mencionar também que a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de Acessibilidade

(NAU), instituído desde 2014. A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos abertos ao público externo.

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam, no cenário educacional contemporâneo, um componente estratégico para a inovação pedagógica e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Mais do que recursos técnicos, as TIC configuram-se como ferramentas culturais e cognitivas que, quando mediadas de forma intencional, favorecem a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento de competências para o século XXI (Kenski, 2012).

No contexto da formação inicial de professores, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 enfatiza a necessidade de integrar as TIC de forma transversal, garantindo que o licenciando vivencie situações em que essas tecnologias estejam articuladas ao planejamento, à execução e à avaliação de práticas pedagógicas. Essa integração não se restringe ao uso instrumental de ferramentas, mas envolve a apropriação crítica e criativa dos recursos digitais para responder às demandas complexas da educação básica (Brasil, 2024).

De acordo com Moran (2015), as TIC oferecem múltiplas linguagens — textual, visual, sonora e interativa —, possibilitando a diversificação das estratégias de ensino e favorecendo aprendizagens mais significativas. Plataformas virtuais, aplicativos colaborativos e ambientes de gamificação, quando utilizados de forma planejada, ampliam o engajamento dos estudantes e estimulam a produção coletiva de conhecimento.

Em virtude disso, os docentes irão fazer o uso das TIC como forma de potencializar os processos de produção do conhecimento, utilizando-se de práticas de aprendizagem ativa e colaborativa, que possam ampliar as experiências formativas vivenciadas nas atividades presenciais. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, videoconferências e entre outras atividades digitais permitem a construção de comunidades

de aprendizagem que transcendem os limites físicos da sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas (Valente, 2018).

Outro aspecto relevante é o papel das TIC na promoção da inclusão educacional. Recursos como leitores de tela, legendas automáticas e aplicativos de tradução contribuem para que estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham maior autonomia, alinhando-se à perspectiva de uma educação para todos defendida pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e pelas diretrizes da educação inclusiva (Brasil, 2008).

As TIC poderão ser utilizadas também como um suporte valioso para práticas de avaliação formativa. Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ferramentas de feedback em tempo real permitem ao professor monitorar o progresso dos estudantes e intervir de forma mais personalizada, reforçando o vínculo entre ensino e aprendizagem (Bacich; Moran, 2018).

No entanto, o uso das TIC deve estar pautado por uma ética digital que contemple questões como privacidade de dados, direitos autorais e combate a discursos discriminatórios. Cabe ao professor assumir um papel formativo também nesse campo, preparando os estudantes para o uso responsável e crítico das tecnologias.

Assim, a inserção das TIC como apoio à aprendizagem reforça o compromisso do curso com a formação de docentes inovadores, críticos e inclusivos. Ao articular tecnologias, metodologias e objetivos pedagógicos, o licenciando estará preparado para atuar de forma integrada à cultura digital, contribuindo para a qualidade social da educação básica e para a formação de cidadãos plenos na sociedade em rede.

Nesta perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão utilizadas durante o curso como aliadas dos docentes, potencializando as atividades presenciais e promovendo uma imersão mais crítica na realidade escolar. Ao integrar ferramentas digitais de forma estratégica, os professores podem transformar suas aulas presenciais em espaços mais dinâmicos e significativos, utilizando recursos multimídia como vídeos, infográficos e simulações que tornam conceitos abstratos mais tangíveis. Metodologias como a sala de aula invertida e a gamificação permitem otimizar o tempo em classe, focando em debates profundos e atividades colaborativas que estimulam o pensamento crítico.

Além disso, as TIC facilitam uma imersão no contexto escolar, oferecendo aos docentes ferramentas para analisar dados educacionais, compreender o perfil da comunidade e identificar desafios específicos. Plataformas colaborativas criam redes de compartilhamento de experiências pedagógicas, enquanto tecnologias imersivas como realidade virtual possibilitam trazer para a sala de aula contextos históricos e sociais de forma vivencial. No entanto, esse uso deve ser sempre mediado por uma reflexão crítica, considerando questões éticas e o contexto real da escola, para que as tecnologias não se tornem meros recursos técnicos, mas sim ferramentas de transformação pedagógica e social.

Dessa forma, as TIC serão integradas às atividades do Curso com propósito pedagógico claro, possibilitando tanto o enriquecimento do ensino presencial, quando uma aproximação dos futuros docentes à complexidade do ambiente escolar, permitindo uma atuação mais consciente, contextualizada e transformadora, essencial para a formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

9.3 Ingresso e Permanência

O ingresso no curso ocorrerá em consonância com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC), com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o sistema de reserva de vagas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 e suas alterações. O sistema de ações afirmativas contempla subgrupos definidos por critérios de renda, etnia (pretos, pardos, indígenas e quilombolas), pessoa com deficiência e origem escolar, seja integralmente em escola pública ou em escola comunitária no âmbito da Educação do Campo, assegurando a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito deste projeto, serão contemplados dois perfis principais de público-alvo, alinhando-se ao princípio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 que garante que a formação inicial de professores atenda tanto à demanda por novos docentes quanto à qualificação de profissionais já em exercício. No caso deste projeto, a seleção dos estudantes seguirá dois perfis de público-alvo:

- Docentes das Redes de Ensino para Segunda Licenciatura - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.

- Análise documental e comprovação de atuação/perfil conforme especificações do edital.
- Comunidade em Geral - estudantes que concluíram o Ensino Médio - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Seleção pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme prevê a Portaria MEC nº 391/2002.
- Serão consideradas as notas dos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025).
- O candidato poderá indicar, no momento da inscrição, o ano de sua nota do ENEM que deseja que seja utilizado no processo seletivo.

O primeiro perfil corresponde a docentes das redes de ensino que buscam uma segunda habilitação, com ingresso mediante edital específico, incluindo análise documental e comprovação de atuação profissional conforme as exigências estabelecidas. O segundo perfil destina-se à comunidade em geral, formada por candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Para este grupo, a seleção será realizada via edital próprio, utilizando-se das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme previsto na Portaria MEC nº 391/2002. Serão aceitas as notas obtidas nos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025), ficando a critério do candidato a escolha do ano a ser considerado.

A permanência dos estudantes é tratada como compromisso estruturante da proposta formativa, em consonância com as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que orientam para a criação de condições que assegurem a integralidade da formação e a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a UFPI desenvolve políticas articuladas de apoio acadêmico, pedagógico, psicológico e socioeconômico, oferecendo auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão e apoio à participação em eventos acadêmicos, de forma a reduzir desigualdades e prevenir a evasão.

Também são implementadas estratégias de acompanhamento pedagógico contínuo, como atendimento individualizado, atividades de nivelamento e reforço acadêmico, além da integração com o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica, voltado ao desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como leitura, interpretação e produção

textual. Essas ações dialogam diretamente com a orientação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a articulação entre teoria e prática e a valorização de experiências formativas diversificadas.

Adicionalmente, a política institucional assegura a inclusão e a acessibilidade, em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019, garantindo recursos, adaptações e formações específicas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Essa abordagem reafirma o compromisso com a formação de professores capazes de atuar em contextos heterogêneos e de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Assim, as políticas de ingresso e permanência do curso não apenas asseguram o acesso democrático e inclusivo, mas também criam condições concretas para a permanência e o sucesso acadêmico, em estreita consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Com isso, contribuem para a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

10 ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Articulação com a Pós-Graduação

A articulação entre a formação inicial e a pós-graduação constitui um eixo estratégico da proposta deste curso, reforçando o compromisso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a verticalização da educação superior e a construção de uma trajetória acadêmica integrada, com a consolidação de uma cultura acadêmica que favoreça a continuidade dos estudos e a produção de conhecimento.

Essa conexão visa estimular a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, promovendo uma cultura de pesquisa e inovação desde a graduação. Por meio de projetos conjuntos, orientações compartilhadas e acesso a grupos de pesquisa, os discentes são incentivados a explorar temas de interesse científico ainda durante a licenciatura, facilitando sua transição para programas de mestrado e doutorado. Essa perspectiva não apenas qualifica a formação inicial, mas também fortalece a produção de conhecimento na área, alinhando-se às demandas sociais e educacionais do Piauí e do Brasil.

Dessa forma, a UFPI consolida seu papel como instituição promotora de uma educação superior articulada, capaz de formar professores-pesquisadores comprometidos com o avanço das Artes e Mediação Cultural em suas dimensões teóricas e práticas.

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI nº 189/2007, que regulamenta a oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, esta articulação busca integrar a graduação aos programas de mestrado e doutorado já existentes, ampliando as possibilidades de inserção dos egressos em percursos formativos avançados.

Essa integração se concretiza por meio da participação dos discentes em grupos e linhas de pesquisa vinculados a programas como: o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), entre outros. Tais programas oferecem linhas de pesquisa diretamente relacionadas às áreas de atuação do curso, como formação de professores, práticas pedagógicas inovadoras, educação e diversidade, políticas educacionais, linguagens e tecnologias, favorecendo a inserção dos licenciandos em contextos acadêmicos de alta qualificação.

A aproximação é fortalecida por ações conjuntas, como a realização de seminários integrados, ciclos de debates, oficinas metodológicas e participação em projetos de pesquisa e extensão financiados por agências de fomento. Essas experiências promovem o contato com metodologias de investigação avançadas, estimulam a produção científica e ampliam as oportunidades de publicação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos de alcance nacional e internacional.

A interação entre docentes da graduação e da pós-graduação garante o alinhamento temático e metodológico entre disciplinas, estágios, práticas de ensino e projetos de pesquisa. Esse diálogo contribui para que os estudantes compreendam as demandas e requisitos da pós-graduação, tornando mais fluída sua transição para programas de mestrado e doutorado.

Assim, a articulação com a pós-graduação amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos licenciados, fortalece a produção científica voltada às demandas da educação básica e contribui para a consolidação de uma rede acadêmica integrada, comprometida com a qualidade social da educação e com a inovação pedagógica.

11 INFRAESTRUTURA

11.1.1 Recursos humanos

Os aspectos inerentes aos recursos humanos são necessários para a infraestrutura do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, especialmente no contexto de programas como o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei).

11.1.2 Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Nesse caso, como se trata de um curso ofertando no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei), os professores que ministrarão as disciplinas de cada período serão selecionados por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.

11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento

diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários pelo menos dois técnicos para auxiliar a administração do curso, que será providenciado pela UFPI.

11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) assegura suporte logístico e financeiro para viabilizar as experiências práticas e intercâmbios de experiências, bem como, nas atividades do estágio supervisionado, da residência docente e atividades práticas externas previstas no curso, garantindo condições equitativas de aprendizagem e a formação integral dos estudantes.

No âmbito institucional, a universidade disponibiliza transporte próprio e estabelece parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para facilitar deslocamentos e apoio local.

Quanto aos recursos materiais, serão disponibilizados equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades, tais como kits pedagógicos, material de registro (cadernos de campo, tablets, câmeras fotográficas), recursos audiovisuais e instrumentos específicos para as áreas de conhecimento abordadas nas práticas. Esses recursos visam possibilitar ao estudante a coleta, sistematização e análise de dados de forma qualificada e alinhada às exigências do projeto pedagógico do curso.

O planejamento dessas saídas contempla a utilização de transporte institucional, fornecido conforme a disponibilidade da frota e a programação de atividades acadêmicas, priorizando a segurança e o deslocamento coletivo. Além disso, quando necessário, serão firmadas parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para assegurar deslocamento e suporte local, ampliando a integração do curso com as redes de ensino e outras organizações vinculadas à formação docente.

No que se refere ao auxílio financeiro, a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e da Pró-Reitoria de Administração (PRAD), poderá disponibilizar apoio via editais específicos de auxílio para participação em atividades acadêmicas e de campo. Tais auxílios contemplam, entre outros aspectos, despesas com alimentação, hospedagem e material de consumo, garantindo equidade de participação entre os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Os critérios de concessão do auxílio financeiro serão definidos em editais anuais ou semestrais, observando a disponibilidade orçamentária e priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme comprovação por meio de análise documental. Essa política busca minimizar barreiras econômicas que possam limitar a participação nas atividades de campo, assegurando que todos os discentes tenham acesso às experiências práticas essenciais para a consolidação da formação docente.

Além do apoio institucional, serão estimuladas parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, escolas-campo e demais entidades públicas e privadas, que poderão colaborar com recursos materiais, espaços físicos e apoio logístico para a realização das práticas. Essa articulação reforça a integração entre universidade e comunidade escolar, ampliando as possibilidades de vivência e aprendizagem dos licenciandos.

As saídas de campo e práticas externas serão planejadas com antecedência, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis no momento da execução. O acompanhamento e a avaliação dessas atividades serão incorporados aos relatórios acadêmicos do curso, permitindo a verificação da adequação e suficiência dos recursos e subsidiando melhorias para as próximas edições.

Dessa forma, a universidade reforça seu compromisso com uma formação docente de qualidade, assegurando que as práticas externas, indispensáveis à integração teoria e prática, sejam garantidas aos estudantes com equidade, inclusão e excelência acadêmica.

11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais

Para sua plena execução, o curso demandará salas de aula e laboratórios de ensino para atividades pedagógicas. Por se tratar de um curso em regime de alternância, acreditamos que a implantação do curso resultará na otimização dos espaços físicos do *Campus* Ministro Petrônio Portella, uma vez que as atividades do tempo-universidade ocorrerão nos finais de semana durante período letivo de todos os anos, período em que, normalmente, não são dias letivos para os alunos de cursos de oferta regular.

O *Campus* possui 5 centros de ensino, cada uma com mais de 30 salas de aula climatizadas com capacidade para cinquenta discentes, uma biblioteca central climatizada e informatizada, laboratórios de Informática nos distintos centros com, no mínimo, 30 microcomputadores para atender aos estudantes e outros laboratórios para as mais

diferentes áreas. Existem quatro auditórios com capacidades de 240, 120 e 130 e 100 lugares, respectivamente. Estes espaços podem acolher ações conjuntas podem ser realizadas simultaneamente. Ressaltamos que o *Campus* possui também um Restaurante Universitário, com funcionamento para o horário de almoço e jantar, servindo refeições balanceadas, e que os alunos do PRILEI terão auxílio alimentação.

Todas as dependências do *Campus*, inclusive a Biblioteca, Laboratórios de Informática e o Restaurante Universitário, terão funcionamento normal durante os períodos de tempo-universidade, viabilizando o acesso à alimentação e ao estudo extraclasse, que contribuirão positivamente para o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido.

11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico é vasto e a biblioteca central e conta com muitos livros físicos e nas áreas do curso, além de oferecer também de livros digitais, por meio da plataforma “Minha biblioteca”.

11.5 Condições de acessibilidade

As condições de acessibilidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI) são sustentadas por uma política institucional sólida, articulada por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Criado em 2014 e em atividade plena desde 2016, o NAU cumpre papel estratégico na implementação de uma cultura inclusiva, respondendo a normas como o Plano de Acessibilidade institucional e regulamentos internos específicos.

No campo físico e arquitetônico, a universidade vem promovendo obras para eliminar barreiras. Os campi incluem rampas de acesso, sanitários adaptados e trajetos sinalizados para pessoas com deficiência visual, buscando garantir mobilidade e autonomia no ambiente universitário.

Em apoio direto ao estudante público-alvo da educação especial, o NAU coordena o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), instalado na Biblioteca Central. Ali, estão disponíveis tecnologias assistivas como leitores de tela (NVDA, DOSVOX), teclados

adaptados, impressoras e acervo em braille, proporcionando condições reais de aprendizagem e permanência acadêmica na UFPI.

Para além dos recursos físicos, o NAU atua por meio de programas de apoio pedagógico e tecnológico. Editais como a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e o Auxílio Inclusão Digital oferecem suporte financeiro e disponibilizam kits com lupas, gravadores de voz e outros instrumentos que favorecem a inclusão do estudante no processo formativo.

Outro avanço institucional significativo é a Cartilha “Se Liga na Inclusão”, elaborada pelo NAU e PRAEC para orientar coordenadores, docentes e técnicos na implementação de práticas inclusivas. O documento fornece recomendações sobre produção de material acessível, audiodescrição, descrição de imagens e estratégias pedagógicas colaborativas, ampliando o entendimento institucional sobre acessibilidade.

Acrescenta-se ainda o caráter formativo e de sensibilização, com cursos como o “Promoção de Acessibilidade e Inclusão” destinados ao corpo docente e administrativo, bem como encontros e eventos como o “Dia D da Pessoa com Deficiência” e o “Encontro com Estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, promovendo troca de experiências e fortalecimento institucional nessa área.

As normativas internas reforçam esse arcabouço: a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019 regulamenta o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência na graduação; a Resolução CAD/UFPI nº 62/2022 aprova o estatuto do NAU; e há protocolos para a prestação de apoio através da documentação adequada e modalidades de tecnologia assistiva.

Em síntese, a UFPI constrói uma estrutura inclusiva robusta que passa pela infraestrutura adaptada, pelo apoio técnico e pedagógico, pela formação de servidores, pelo suporte financeiro e por orientações claras e acessíveis. Esse conjunto de ações assegura que ingressantes e concluintes possam exercer sua trajetória acadêmica com autonomia, respeito e igualdade real de oportunidades.

12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, será realizada

em etapas articuladas, garantindo aderência às diretrizes do Edital nº 3/2025 e observando os prazos, procedimentos e metas institucionais.

O processo será conduzido em consonância com o Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI, que detalha as fases, períodos, ações e responsáveis.

A primeira etapa, de julho a agosto de 2025, corresponde à organização e submissão da proposta, envolvendo a constituição do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, a definição dos cursos e da justificativa baseada em diagnósticos territoriais e dados do Censo Escolar/INEP, a elaboração do PPC inicial alinhado à BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Política de Educação Integral, bem como o registro e submissão da proposta no SIMEC.

A segunda etapa, prevista para setembro a dezembro de 2025, refere-se aos ajustes pós-seleção e planejamento pedagógico. Nela será firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MEC, concluída a elaboração final dos PPCs com incorporação de metodologias ativas, interdisciplinaridade e inserção de estágios desde o início do curso. Essa fase também incluirá a articulação formal com as redes municipais e estadual para definição dos polos de estágio e da Residência Docente, a ser implementada no último ano.

A terceira etapa, de outubro de 2025 a fevereiro de 2026, destina-se à preparação da infraestrutura e recursos humanos. Será realizada a adequação de salas de aula e laboratórios, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, garantia de acessibilidade física, pedagógica e digital, publicação de editais para seleção de professores (com prioridade para docentes efetivos da UFPI) e capacitação das equipes envolvidas.

A quarta etapa, que ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2026, corresponde à mobilização e seleção de estudantes, com ampla campanha de divulgação, visitas às escolas, divulgação em redes sociais e meios de comunicação, inscrição e seleção de candidatos via SISU/ENEM ou edital específico, observando a legislação de cotas e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A quinta etapa marca o início das atividades acadêmicas em março de 2026, com a realização de aula inaugural, início das disciplinas e implementação das metodologias ativas e dos estágios supervisionados desde o primeiro semestre.

A sexta etapa, de março de 2026 a fevereiro de 2030, envolve o monitoramento e avaliação contínua, com acompanhamento semestral de indicadores como taxa de matrícula, evasão, conclusão, desempenho acadêmico, inserção profissional e impacto comunitário. Relatórios técnicos serão produzidos anualmente e apresentados ao MEC, bem como em eventos como o Congresso Nacional da Rede PRILEI.

Por fim, a sétima etapa, no ano de 2030, compreende o encerramento e avaliação final, com sistematização dos resultados alcançados, análise do impacto territorial e social, elaboração do relatório final e registro das boas práticas para subsidiar novas políticas de formação docente.

Este cronograma, descrito no Quadro de Acompanhamento, assegura a execução planejada das atividades, permitindo controle rigoroso das responsabilidades institucionais e garantindo que os objetivos do PRILEI sejam plenamente atingidos, com formação de professores qualificados, fortalecimento da educação integral e impacto positivo no desenvolvimento educacional do Piauí.

Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Organização e Submissão da Proposta	Jul/2025 – Ago/2025	Constituir comitê, definir cursos, elaborar justificativas e PPC inicial, alinhar com BNCC, DCNs e Educação Integral, inserir proposta no SIMEC.	PREG, CGRAD, CDAC, Direções de Centro/Campus, PROPLAN, STI
Ajustes Pós-Seleção e Planejamento Pedagógico	Set/2025 – Dez/2025	Assinar TED com MEC, finalizar PPCs, alinhar conteúdos e metodologias ativas, articular com redes públicas e definir polos de estágio e residência.	PREG, Coordenação PRILEI, Colegiados de Curso, CEPEX
Preparação de Infraestrutura e Recursos Humanos	Out/2025 – Fev/2026	Adequar salas e laboratórios, adquirir equipamentos e materiais, garantir acessibilidade, publicar editais para seleção de professores e capacitar equipes.	Direções de Centro/Campus, PREG, PROAD, STI
Mobilização e Seleção de Estudantes	Jan/2026 – Fev/2026	Executar campanha de divulgação, realizar inscrições via SISU/ENEM ou edital, aplicar política de cotas e garantir inclusão.	PREG, CSPE, Assessorias de Comunicação
Início das Atividades Acadêmicas	Mar/2026	Realizar aula inaugural, iniciar disciplinas e projetos, implementar metodologias ativas e estágios supervisionados.	Coordenações de Curso, Colegiados, PREG
Monitoramento e Avaliação	Mar/2026 – Fev/2030	Monitorar matrícula, evasão, conclusão, desempenho, inserção profissional e	Coordenação Institucional PRILEI,

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
		impacto comunitário; produzir relatórios técnicos anuais.	Coordenações de Curso, PREG, CEPEX
Encerramento e Avaliação Final	Ano de 2030	Sistematizar resultados, avaliar impacto territorial, produzir relatório final e apresentar boas práticas ao MEC.	PREG, Coordenação PRILEI, MEC

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Bom Jesus, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural.

14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA

O acompanhamento sistemático da permanência estudantil no âmbito dos cursos do PRILEI/UFPI será desenvolvido como estratégia institucional de promoção da equidade, inclusão e qualidade da formação inicial, em conformidade com as diretrizes do Edital nº 3/2025 e com as metas estabelecidas no projeto institucional.

O monitoramento da permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) será realizado de forma sistemática, integrando ações pedagógicas, administrativas e de assistência, em conformidade com as normativas institucionais e as diretrizes do

Ministério da Educação. O processo utilizará indicadores quantitativos (como desempenho acadêmico, frequência e tempo de integralização curricular) e qualitativos (como perfil socioeconômico e acompanhamento individualizado), permitindo a identificação precoce de riscos de evasão e a implementação de estratégias direcionadas.

A análise dos dados será feita por meio de sistemas institucionais, como o SIGAA, que possibilita o acompanhamento da trajetória dos estudantes, cruzando informações acadêmicas e socioeconômicas para embasar políticas de apoio. Além disso, reuniões periódicas do colegiado servirão para avaliar casos específicos e propor intervenções. Para maior eficácia, sugere-se a inclusão de mecanismos de escuta ativa dos discentes, a definição de metas mensuráveis (como redução de evasão) e a divulgação transparente dos resultados, reforçando o compromisso com a permanência e o sucesso acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAU), o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica e as coordenações de curso, terá papel estratégico nesse monitoramento, garantindo que estudantes público-alvo da educação especial ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso às políticas de permanência já implementadas, como auxílios financeiros, bolsas, apoio pedagógico especializado e tecnologias assistivas. A PRAEC disponibiliza ainda suporte psicológico e orientação pedagógica, conforme as necessidades dos estudantes.

Os resultados parciais e finais de cada semestre letivo serão apresentados em relatórios de acompanhamento, discutidos em reuniões de colegiado e encaminhados à direção de centro e à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), de modo a subsidiar ajustes no planejamento pedagógico e nas ações de apoio. A adoção de metas semestrais de redução da evasão e de elevação da taxa de integralização servirá como parâmetro para medir a efetividade das estratégias adotadas.

Além dos indicadores internos, a permanência será avaliada considerando dados do Censo da Educação Superior e do Sistema e-MEC, possibilitando o alinhamento do desempenho do curso aos parâmetros nacionais de qualidade. Essa análise externa permitirá também identificar tendências e desafios comuns a cursos de perfil semelhante, servindo de referência para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica.

A participação discente será incentivada por meio de espaços de escuta ativa, como questionários de satisfação, assembleias acadêmicas e reuniões abertas, criando um canal

permanente para que estudantes possam apontar dificuldades e propor melhorias. Essas contribuições serão incorporadas às estratégias de permanência, fortalecendo o caráter participativo do processo.

A avaliação da permanência será ainda vinculada às ações de acessibilidade, inclusão e equidade, assegurando que as metas de atendimento às ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012) e às políticas internas de inclusão sejam acompanhadas de forma integrada. Isso inclui a verificação do cumprimento das condições de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, conforme regulamentações como a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019.

As ações serão implementadas a partir do Bloco 1, gerenciadas pela coordenação do curso e pela coordenação pedagógica, garantindo acompanhamento individualizado e contínuo até a conclusão da graduação. Esse modelo visa promover um vínculo pedagógico e uma maior proximidade entre os estudantes, fortalecendo a prevenção da evasão e oferecendo suporte integral à trajetória acadêmica. Além disso, a coordenação do curso realizará avaliações periódicas e monitoramento da permanência dos alunos, assegurando que as necessidades de cada grupo sejam atendidas e que estratégias de apoio sejam adaptadas conforme necessário.

O acompanhamento terá como objetivos principais:

- Mapear necessidades e desafios: identificar, de forma contínua, dificuldades acadêmicas, socioeconômicas, emocionais e de acessibilidade que possam impactar o desempenho e a permanência dos estudantes, considerando o contexto territorial e social de cada campus.
- Fortalecer a comunicação institucional: criar e manter redes de comunicação eficientes entre discentes, coordenação de curso e a instituição, utilizando ferramentas digitais, encontros presenciais e canais oficiais para agilizar a circulação de informações.
- Garantir acesso a oportunidades e políticas de apoio: orientar e divulgar informações sobre bolsas de pesquisa, permanência, desenvolvimento acadêmico, residência docente e outras iniciativas previstas na política de assistência estudantil da UFPI, assegurando que todos os estudantes elegíveis tenham acesso a esses benefícios.

- Integrar diagnósticos e ações entre campi: consolidar, a cada semestre, o mapeamento das dificuldades e demandas identificadas, socializando-as entre todos os campi envolvidos no PRILEI, de forma a subsidiar a Coordenação Institucional e os Colegiados de Curso na definição de estratégias conjuntas.
- Acompanhar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem: atuar de maneira articulada com os docentes responsáveis pelas disciplinas, buscando soluções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação ativa e o desenvolvimento das competências previstas no PPC.
- Promover a inclusão e o atendimento especializado: planejar e executar ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, conforme normativas institucionais e legais.
- Monitorar o desempenho acadêmico: coletar e analisar, de forma sistemática, indicadores de rendimento, frequência, participação em atividades de estágio e residência docente, e conclusão de componentes curriculares, alimentando relatórios de gestão e tomada de decisão.
- Desenvolver estratégias para o sucesso acadêmico: propor ações preventivas e interventivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão, em alinhamento com a meta institucional de garantir taxa mínima de conclusão de 95% dos ingressantes.

Essa metodologia de acompanhamento, fundamentada na gestão compartilhada e na integração entre teoria e prática, articula-se diretamente às metas do PRILEI e ao compromisso institucional da UFPI com a formação de professores qualificados para a Educação Básica, em regime de tempo integral, com foco na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em síntese, o monitoramento da permanência estudantil será um processo contínuo, integrado e baseado em evidências, cujo foco é garantir que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o curso em condições de equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional da UFPI com a formação docente e com a democratização do acesso e da permanência na educação superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.

ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação . **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2021: Resumo Técnico**. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 22.mar.2022

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. **A prática como componente curricular na formação de professores**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. **Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar: desafios da política de educação especial em um município brasileiro**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GATTI, **Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019
GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?** Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280081, 2023.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados**. In: **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar. 2014. MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. **Política de educação especial no Brasil: análise da produção de textos de 2004 a 2019**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MICHELS, Maria. Helena.(Org.). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão**. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional**: um olhar reflexivo sobre sua prática. São Paulo: Avercamp, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UFPI. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.

UFPI.. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2024 (PDI 2024-2024_).

ROSSATO, Maristela. **O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente**. Boletim de Conjuntura (BOCA) ano V, vol. 15n. 44, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (Org.). **Docentes para a educação superior: processos formativos**. Campinas: Papyrus, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI observará os seguintes princípios:

- I - solidez teórico-científica das disciplinas que ensejam atividades práticas para a consolidação dos conhecimentos por elas abordados;
- II - desenho lógico e sequencial das atividades propostas, que possibilitem registro sistemático e, conseqüente formação de portfólio;
- III - foco na prática: a partir do que é delineado pelas respectivas teorias de cada disciplina, a vivência do estágio deverá mobilizar o conhecimento adquirido por meio de atividades estruturadas que permitam ao(à) estagiário(a) exercitar a docência de maneira supervisionada. Dessa forma, o(a) estagiário(a) irá construir um repertório inicial de práticas docentes que lhe confirmem confiança para o exercício profissional autônomo do magistério, com foco no aprendizado dos alunos;
- IV - pluralidade pedagógica: o estágio deve oferecer oportunidade a pluralidade pedagógica tanto por meio da participação em ambientes de aprendizagem diversificados, quanto sob a supervisão de profissionais com perfis variados, que lhe proporcionem flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade na atuação profissional;

V - processo ativo de aprendizagem: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer a combinação de solidez teórico-científica das disciplinas e interação de seus conteúdos com as atividades práticas aliadas ao engajamento dos(as) estagiários(as) na vivência, desde o planejamento, durante a execução e no processo contínuo de avaliação das atividades pedagógicas; e

VI - prática reflexiva: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer o desenvolvimento da capacidade de avaliação do(a) estagiário(a) sobre os objetivos, os componentes, o contexto, a execução e o resultado de cada atividade. Também requer uma autoavaliação contínua, refletindo tanto sobre as consequências da sua atuação, quanto das implicações dessas reflexões sobre sua futura atuação profissional.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI observará os seguintes objetivos:

I - formar docentes com mais flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade para sua atuação profissional, desde o início de sua carreira;

II - valorizar os docentes e fortalecer os vínculos com a carreira docente;

III - engajar docentes com mais experiência na formação de novas gerações de docentes;

IV - integrar a formação e a pesquisa acadêmica com a prática educativa do ambiente escolar;

V - integrar professores(as) supervisores(as), estagiários(as) e demais profissionais da IEB, para formar uma comunidade dinâmica e competente para seu autodesenvolvimento e para o aprendizado dos(as) estudantes da IEB;

VI - garantir parâmetros mínimos de formação docente necessários para o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas, alinhadas com as demandas da educação contemporânea e com a efetiva aprendizagem dos(das) estudantes; e

VII - promover a indução profissional inicial mediante uma transição lógica e efetiva entre o aprendizado teórico-científico e a materialização de conhecimentos, práticas, valores e atitudes necessários ao exercício competente da docência.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(as) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;

III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único: O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural envolve:

- . Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- . Coordenação de Estágio Supervisionado;
- . Professor Orientador de Estágio;
- . Supervisor de campo;
- . Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 7º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- . Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- . Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- . Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- . Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- . Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural:

- . Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;

- . Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- . Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- . Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- . Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- . Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- . Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- . Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- . Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 9º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- . Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- . Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- . Elaborar Plano de Estágio para os discentes;
- . Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de estágio e nos relatórios de estágio;
- . Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- . Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;

- . Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade;
- . Manter diálogo regular com os professores supervisores para integrar a formação acadêmica com a prática profissional.
- . Participar de momentos formativos e encontros de troca de experiências promovidos pela UFPI e instituições parceiras.

Art. 10º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deve assegurar que o Plano de Estágio seja estruturado de forma a garantir que o(a) estagiário(a) tenha a oportunidade de vivenciar:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

Art. 11º Para a realização das atividades descritas nos incisos do artigo anterior, o Plano de Estágio deve prever o uso pelo(a) estagiário(a) de diferentes instrumentos e meios de aprendizagem, tais como:

I - *Observação*: tem como objetivo desenvolver no(a) estagiário(a) um olhar crítico-reflexivo, por meio de protocolos pré-estruturados, que permita a compreensão do ambiente

educacional, das práticas pedagógicas e das interações no contexto escolar. Entre os objetos de observação, podem ser incluídos:

- a) Observação das formas de interação entre os(as) estudantes;
- b) Observação da organização do tempo e do espaço escolar/sala de aula;
- c) Observação das estratégias de gestão da sala de aula realizadas pelo(a) professor(a);
- d) Observação das estratégias de ensino realizadas pelo(a) professor(a);
- e) Observação das formas como o(a) professor(a) se comunica com os(as) estudantes;
- f) Observação da resolução de problemas e conflitos inesperados no ambiente de ensino, incluindo horários fora de sala de aula, tais como visitas de campo, recreio, uso de sala de leitura ou de recursos, entre outros.

II - *Entrevista*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) ouvir, de maneira estruturada e planejada, com perguntas relevantes e baseadas no arcabouço teórico-científico da disciplina a que se refere, os diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de aprofundar seu entendimento dos elementos observáveis no contexto das instituições de ensino. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Entrevista com estudantes para compreender suas perspectivas em relação ao processo de aprendizagem, a dinâmica com pares e docentes, a interação com o ambiente de ensino e o seu repertório cultural/social;
- b) Entrevista com professores(as) sobre seu planejamento, sua atuação didática, suas decisões de gestão de sala de aula e seu plano de ensino;
- c) Entrevista com professores(as) após a observação de práticas disciplinares específicas, com o objetivo de compreender decisões pedagógicas;
- d) Entrevista com gestores escolares para compreender como a organização da unidade escolar é pensada para favorecer as aprendizagens.

III - *Análise documental*: a análise de documentos e materiais deve ser descritiva e crítica, referenciada nas leituras e estudos orientados ao tema. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Análise dos planos de ensino do(a) professor(a);
- b) Análise dos materiais didáticos utilizados em sala;
- c) Análise de documentos curriculares;
- d) Análise do projeto político-pedagógico da escola;
- e) Análise dos instrumentos de avaliação formais e informais.

f) Análise das produções dos alunos frente a uma comanda didática.

IV - *Planejamento do ensino e aprendizagem*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) refletir e/ou definir sobre os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados (de acordo com o arcabouço teórico-científico da disciplina a que se vincula), os instrumentos e critérios avaliativos a serem utilizados, a forma como as aulas serão conduzidas, a seleção de materiais de ensino, entre outros aspectos relevantes na condução de atividades didáticas. Poderão ser realizados, entre outros: 6

- a) Planejamento de um momento de regência específico dentro de uma unidade de ensino do(a) professor(a);
- b) Planejamento de atividades avaliativas;
- c) Planejamento de aulas;
- d) Planejamento de gestão das aprendizagens.

V - *Regência*: deve possibilitar ao(à) estagiário(a) estar à frente da condução do processo de ensino e precisa ser precedida pelas atividades listadas acima. Deve ser exercida de forma compartilhada, na qual o(a) professor(a) e o(a) estagiário(a) conduzem conjuntamente atividades de ensino, possibilitando, de forma progressiva, a interação com a classe e um papel mais proeminente do(a) estagiário(a) na regência. Poderá ser realizada, entre outras:

- a) Regência de atividade específica;
- b) Regência de aula;
- c) Regência de unidade de ensino.

VI - *Avaliação das aprendizagens*: deve permitir ao(à) estagiário(a) refletir sobre as avaliações educacionais, incluindo a escolha de estratégias pedagógicas e a definição de instrumentos que possibilitem a entrega de devolutivas aos(as) estudantes.

Art. 12o Para que o estágio curricular supervisionado seja devidamente avaliado, o Plano de Estágio deve prever a entrega de relatórios, realizados pelo(a) estagiário(a), que registrem as percepções de maneira organizada, que relacionem as atividades desenvolvidas com a teoria estudada e que apresentem reflexões críticas, destacando os aspectos positivos, as dificuldades percebidas, o que poderia ser aprimorado ou replicado, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) estagiário(a).

Parágrafo único: o conjunto dos relatórios produzidos pelo(a) estagiário(a), registrando a sua vivência prática ao longo de suas atividades do estágio curricular supervisionado, é chamado de “portfólio”.

Art. 13o Na elaboração do seu Plano de Estágio a IES deve levar em consideração os seguintes aspectos:

I - as atividades de estágio ao serem definidas devem seguir uma progressão de complexidade, de acordo com a etapa letiva em que serão exercidas, e em consonância com o desenvolvimento pessoal e a maturidade profissional do(a) estagiário(a);

II - as atividades de estágio devem ser estruturadas de acordo com os períodos letivos, definindo qual é o foco de cada período, como por exemplo, Educação Infantil, Alfabetização, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos etc. e apresentando os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) em cada um desses períodos; e

III - a fim de não conflitar com a proposta pedagógica e curricular da rede de ensino ou IEB, as atividades de estágio serão definidas em comum acordo entre o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) professor(a) supervisor(a).

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 14º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- . Acolher o estagiário na escola e na sala de aula, apresentando rotinas e horários;
- . Orientar e supervisionar os estagiários;
- . Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI
- . Promover ambientes de aprendizagem que coloquem o estagiário como protagonista, incentivando reflexões sobre a prática docente.
- . Oferecer oportunidades para que o estagiário pratique a docência, com suporte e orientação formativa.

- . Manter comunicação contínua com o professor orientador para garantir a integração entre teoria e prática.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 15º São atribuições do estudante estagiário:

- . Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- . Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- . Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- . apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- . Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- . Apresentar um relatório ao final de cada estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio, registrando suas percepções, reflexões críticas, e o desenvolvimento de suas práticas docentes.
- . constituir um portfólio que documente a experiência de estágio, destacando aprendizados, dificuldades e propostas de melhorias no percurso formativo do estágio desde o início do curso.

PLANO DE ESTÁGIO DO DISCENTE

Art. 16º O plano de estágio é um documento elaborado pelo discente, com orientação do professor orientador, que deve contemplar as atividades a serem desenvolvidas durante o estágio supervisionado, alinhando-se às diretrizes do curso e às necessidades de formação do futuro docente.

Art. 17º O plano de estágio deve incluir:

I. Objetivos Gerais e Específicos: Definição clara dos objetivos do estágio, tanto gerais quanto específicos, em termos de desenvolvimento de competências docentes e integração teoria-prática.

II. Atividades Planejadas:

- Descrição das atividades de observação, entrevistas e análises documentais a serem realizadas.
- Planejamento de momentos de regência, incluindo a condução de aulas e atividades avaliativas.

III. Cronograma: Estabelecimento de um cronograma que distribua as atividades de estágio ao longo do semestre, garantindo tempo suficiente para preparação, execução e reflexão.

IV. Metodologia: Estratégias e métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos do estágio, incluindo recursos didáticos e tecnológicos.

V. Critérios de Avaliação: Definição dos critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do discente durante o estágio, incluindo autoavaliação e feedback do professor supervisor.

VI. Reflexão e Autoavaliação: Espaços dedicados à reflexão crítica sobre as práticas realizadas e ao registro de aprendizados, desafios enfrentados, e estratégias de superação.

Art. 18º O plano de estágio deverá ser aprovado pelo professor orientador antes do início das atividades práticas e poderá ser ajustado conforme necessário, em resposta às experiências vivenciadas durante o estágio.

Parágrafo único: O plano de estágio faz parte do portfólio do discente e será utilizado como um dos instrumentos de avaliação de seu desenvolvimento ao longo do estágio supervisionado.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19º O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 8 (oito) estágios a ser realizado de forma presencial, distribuído ao longo do curso, e

abrançar as áreas de atuação do futuro professor, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- . Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- . Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- . Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 20º A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 21º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 22º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- . A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;

- . A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- . Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 23º Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 100 (cem) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à _____ e à Câmara de Ensino- CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM LICENCIATURA EM ARTES E MEDIAÇÃO CULTURAL COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 24º Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;

- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO II

REGULAMENTO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC do Curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 105 e será distribuída em 02 períodos, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado do curso.

OBJETIVOS

Art. 3º O TCC possui como objetivos:

- . Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- . Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- . Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- . Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- . Elaboração do projeto de TCC;
- . Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso;
- . Apresentação pública do TCC.

§ único: Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural terá uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Parágrafo único: A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação do TCC é de responsabilidade dos docentes da UFPI.

Art. 7º É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- . Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- . Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
- . Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
- . Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- . Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- . Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- . A Coordenação do TCC deverá disponibilizará para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

I.

Art. 9º Compete ao professor orientador:

- . Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- . Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- . Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- . Contactar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.
- . Disponibilizar repositório na página do Curso para socialização das produções dos alunos

Art. 10º Compete ao orientando:

- . Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- . Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;

- . Cumprir as normas e prazos;
- . Entregar 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- . Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- . Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- . Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- . Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- . Avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 12 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 Art. 15 Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acessibilidade as produções dos alunos da graduação.

Art. 15 As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As Atividades Curriculares Complementares do Curso de XXXXX no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, resolve:

Art. 1º. As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aqueles relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único. As Atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 2º. São consideradas Atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;
- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- g) Organização de eventos técnico-científicos;

- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;
- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Extensão;
- n) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- o) Publicações em periódicos nacionais;
- p) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- q) Publicação de capítulo de livro;
- r) Representação estudantil;
- s) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- t) Atividades Artístico-culturais;
- u) Produções técnico-científicas;
- v) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- x) Participação em disciplina eletiva;
- y) Realização de estágios não obrigatório;
- z) Visitas técnicas.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE).

Art. 3º. As atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;
- e) Trabalhos publicados;
- f) Vivências de gestão;

- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

Parágrafo Único. Cada atividade está descrita no item 00 do presente PPC e possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

Art. 4º. Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;
- II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

Art. 5º. O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

Art. 6º. Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas do Curso de XXXXX PRILEI, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

Art. 7º. O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

Art. 8º. Os casos de discente ingresso do Curso de XXXXX PRILEI por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

Art. 9º. A carga horária de atividades complementares do Curso de XXXXX PRILEI, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único. Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

Art. 10º. A Coordenação do Curso é a responsável pelo acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

Parágrafo Único. É responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação a serem inseridas no PPC do Curso de XXXXX PRILEI e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN), em casos de inclusão de novas ACC's.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de XXXXX PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI seguirão as seguintes normativas:

Art. 1º As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

Art. 2º Os alunos do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI deverão integralizar, até o 8º semestre, **000 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural;

Art. 3º O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

Art. 4º As horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas de três formas, conforme determinação no projeto pedagógico do curso, a saber:

- I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;
- II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”, assegurado a oferta de, no mínimo, uma ACE a cada semestre letivo do curso ;
- III - cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:

- I - Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.
- II - Serem desenvolvidas presencialmente;
- III - Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

Art. 6º A Coordenação do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;

Art. 7º As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas ações voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:

- . Ética e Cidadania;
- . Inovação tecnológica;
- . Inclusão socioeducacional;

- . Empreendedorismo;
- . Políticas educacionais;
- . Práticas educativas;
- . Diversidade e educação.

Art. 8º Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;

Art. 9º As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:

I - As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 6 deste Regulamento;

II - As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;

III - O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;

III - O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

Art. 10º Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, os aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

Art. 11º A integralização das ACEs no Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.